

**Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da  
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da  
TAP, S. A.**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 36

14 de junho de 2023

(14,05 h – 21,03 h)

**Ordem do dia:** —Apreciação e votação dos requerimentos 93 (PSD), 94, 95 e 96 (PCP) e 97, 98 e 99 (CH); audição do Dr. Hugo Santos Mendes, na qualidade de ex-Secretário de Estado das Infraestruturas.

**Presidente da Comissão:** António Sales (PS)

**Deputados Oradores:** Paulo Moniz (PSD)

André Ventura (CH)

Bruno Aragão (PS)

Hugo Carneiro (PSD)

Pedro Filipe Soares (BE)

Bruno Dias (PCP)

Bernardo Blanco (IL)

O Sr. **Presidente** (António Sales): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Jornalistas, muito boa tarde.

Já temos quórum e, portanto, estamos em condições de iniciar a nossa reunião de Comissão.

*Eram 14 horas e 5 minutos.*

Vamos começar, como é convencional, pela primeira parte, que tem a ver com a apreciação e votação de requerimentos.

Temos hoje a apreciação e votação dos requerimentos n.<sup>os</sup> 93 ao 99. Por conseguinte, temos sete requerimentos para votar. Sugeriria que fôssemos por grupos parlamentares e de acordo com o que está na ordem de trabalhos.

Assim sendo, o primeiro requerimento é o n.º 93, do Grupo Parlamentar do PSD, que requer que seja extraída certidão da ata da audição do Ministro João Galamba, bem como remessa da mesma para a Procuradoria-Geral da República, com vista à instauração do competente inquérito de natureza criminal.

Dou a palavra, se assim o entender, ao Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, como julgo que tive oportunidade, já na anterior reunião, de aflorar este tema, reforço que face — e a crer nas — às declarações do Sr. Secretário de Estado Mendonça Mendes, em sede da 1.<sup>a</sup> Comissão, confrontadas com as declarações do Sr. Ministro João Galamba aqui na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), identificamos uma discrepância grosseira entre os factos relatados por um e por outro. E, podendo eventualmente isto configurar o faltar à verdade sobre os factos aqui na CPI, havendo esta dúvida face a esta circunstância, entende o PSD que é nossa obrigação, naturalmente como está no próprio regime jurídico que rege os inquéritos

parlamentares, enviar esta fundamentação à Procuradoria-Geral da República, competente em razão da matéria, para avaliar toda a decorrência destes factos objetivos e daí inferir se porventura, e eventualmente, o Sr. Ministro João Galamba faltou à verdade à CPI e, por conseguinte, incorre num ilícito previsto no próprio regime que regula os inquéritos parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra aos Srs. Deputados que o pretenderem. Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento-o, a si, a todos os Membros da Mesa e da Comissão.

Era apenas para deixar claro que vamos viabilizar este requerimento do PSD sobre esta matéria, que, aliás, nos parece importante.

Parece-nos apenas, e era uma interpelação que queríamos deixar aqui, que quando estamos, nos termos da lei, a dizer que houve prestação de falsas declarações a esta Comissão — e efetivamente, como deixou claro ainda agora o Sr. Deputado Paulo Moniz, face à confluência dos vários depoimentos, terá de ter havido pelo menos uma falsidade ou mais — não nos cabe a nós identificar um único desses depoimentos para efeitos de apreciação do Ministério Público.

Ou seja, devemos indicar todos os que estão em contradição, porque é ao Ministério Público que cabe apreciar então onde é que houve a devida falsidade. E, portanto, na nossa perspetiva, há três, pelo menos, que seriam relevantes aqui, como disse o Sr. Deputado Paulo Moniz. Um deles é o do Ministro João Galamba, outro do Sr. Secretário de Estado Mendonça Mendes, e também as declarações que foram feitas pela Sr.<sup>a</sup> Chefe de Gabinete do Ministro João Galamba podem entrar em contradição com o que aqui se disse.

E, já agora, para sermos rigorosos — e penso que aqui a Comissão deve sê-lo —, também as audições que houve — embora não nesta Comissão e, portanto, terão um tratamento diferente — de outras entidades que assumiram ter esta iniciativa que agora foi contraditada pela audição e pelos factos, deveriam estar aqui em relevo.

Na nossa perspetiva, este requerimento faz todo o sentido, mas não apenas da ata da audição do Ministro João Galamba, deve-se acrescentar, se o PSD concordar, a audição do Secretário de Estado Mendonça Mendes e também da Sr.<sup>a</sup> Chefe de Gabinete. Ao Ministério Público é que cabe ver qual deles é falso e não a nós, que não temos esses meios aqui.

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz, então, nesse sentido.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, agradecendo a intervenção também do Sr. Deputado André Ventura, naturalmente que, para o PSD, como sempre disse nesta Comissão, tudo o que possa concorrer para o esclarecimento da verdade e para complementar a clareza dos factos que pretendemos apurar é sempre bem-vindo.

Contudo, julgo que esta *démarche* já será no âmbito do próprio trabalho da Procuradoria-Geral da República e, por conseguinte, enfim, não nos parece que daí advenha grande acrescento nesta fase, embora, naturalmente, não nos oponhamos a qualquer acrescento.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se mais algum dos Srs. Deputados pretende intervir?

Sr. Deputado Bruno Aragão, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento-o e cumprimento também as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados.

Agradeço a apresentação do requerimento e dou nota de que acho que, apesar de tudo, há uma evolução face à apresentação pública que ele teve na semana passada e face ao texto desse requerimento.

É que neste requerimento, de facto, não há uma discrepância grosseira, há uma conclusão taxativa. O requerimento diz que o Ministro João Galamba mentiu.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A crer no que ele disse...

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Isso é uma conclusão taxativa que o proponente faz.

Não diz «apure-se», «verifique-se», «investigue-se.» E, por isso, é um requerimento meramente conclusivo no seu articulado — «mentiu» — o que, do ponto de vista de um inquérito parlamentar, nem faz muito sentido, porque não é isso que nos compete e, portanto, nunca acompanharíamos um requerimento nestes termos.

Mas há três ou quatro pontos que eu gostava de esclarecer.

O primeiro é que, sendo conclusivo, essa conclusão resulta, naturalmente, de uma interpretação do proponente, que eu não tenho, ou nós não temos, de qualificar, sobre audições que são até em sedes diferentes. E, portanto, há uma interpretação que está a gerar uma imputação criminal. Isso, mais uma vez, não nos compete a nós qualificar.

Há depois um segundo ponto que é importante esclarecer. É que, mesmo que possam existir contradições, e que se entenda que existam contradições, não há forma de tirar conclusões, tal como se expressa já neste requerimento.

É legítimo que pessoas diferentes entendam que há contradições em depoimentos de diferentes pessoas e, portanto, que achem que possa haver, nesses depoimentos, contradições. Ainda assim, nunca permitiria tirar as conclusões tal como estão neste requerimento.

E, terceiro ponto, entendemos que não há indícios de crime, mas, mesmo que os houvesse, e estando em causa crimes públicos, o Ministério Público instauraria officiosamente um inquérito.

Enfim, entendemos que há aqui um objeto político, que surge, de facto, na fase final de uma semana muito concreta, mas também não nos cabe a nós — nem o faremos, nesta Comissão de Inquérito — qualificar. Achamos que haverá sede própria e espaço próprio para a discussão política dessas questões e, portanto, não acompanharemos, por estas diferentes razões que aqui apresentei, este requerimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, começo pela conclusão e serei muito rápido, até porque creio que o mais importante desta tarde não é este debate sobre os requerimentos, é o ponto que se seguirá.

De forma muito concreta, votaremos favoravelmente o requerimento apresentado pelo PSD, sendo que ele enferma de um problema em particular, que é tirar conclusões e não deixar as conclusões para o destinatário do próprio requerimento, que é, de facto, quem deveria instaurar um processo no âmbito penal, se tiver existido perjúrio ou falsas declarações nesta Comissão.

Creio que, no entanto, o requerimento advém de um contexto político criado pelos diversos membros do Governo, não sei se de forma deliberada.

Face a tamanha profusão de declarações, tamanho prolongamento ao longo do tempo e também insistência em contradições ou, pelo menos,

meias-verdades, omissões, etc., penso que há aqui uma tática clara de prolongar esta novela. E este requerimento aparece como corolário desse processo, cuja responsabilidade inicial é dos membros do Governo, em particular do Sr. Primeiro-Ministro. Por isso, esperamos que, se tiver sido feito algum tipo de crime nas declarações a esta Comissão ele seja devidamente punido.

Uma Comissão de Inquérito não é um jardim de infância nem um espaço de brincadeira em que se pode faltar à verdade. As instâncias judiciais é que terão de apurar se houve ou não essa falta à verdade. A nós compete nos ter opinião, não nos compete ter uma decisão.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Bruno Dias, tem a palavra.

**O Sr. Bruno Dias (PCP):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, boa tarde a todos.

As comissões parlamentares de inquérito apuram responsabilidades políticas e retiram conclusões políticas das verdades e mentiras que lá são ditas.

No final do inquérito, o que é frequente — para não dizer habitual — é o acervo da Comissão de Inquérito poder ser enviado, muitas vezes tem sido enviado, ao Ministério Público, se a Comissão concluir que existem indícios de crimes.

E eu ressalvo, assim tem sido no final dos trabalhos das comissões de inquérito, remetendo-se o acervo da comissão de inquérito; não é escolher uma ata e mandar para o Ministério Público.

A Comissão de Inquérito ainda não terminou os seus trabalhos. A Comissão de Inquérito é sobre a tutela e a gestão da TAP, não é uma comissão de inquérito sobre a tutela do SIS (Serviço de Informações de Segurança).

E continuo, na minha esperança, a manter a expectativa de que possamos falar sobre a TAP na Comissão Parlamentar de Inquérito à TAP. E espero, mesmo, que outros nos acompanhem nesta esperança; gostaria mesmo.

A questão de saber da conversa entre qualquer outro membro do Governo e o Ministro João Galamba, e os contactos e diligências relativamente aos serviços de informações tem o seu lugar próprio e tem a sua sede própria para ser tratada.

Portanto, fica esta nossa preocupação: porque é que é tão difícil falarmos sobre a TAP? E fica esta crítica de que haja mais preocupação relativamente a estas situações que têm a ver com os serviços de informações do que propriamente em relação ao que tem a ver com a tutela e a gestão da companhia aérea.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Moniz, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria esclarecer o Sr. Deputado Bruno Aragão que, porventura na tentativa de justificar a opção política de votar contra este requerimento, se esqueceu de ler um detalhe importantíssimo do requerimento e que eu vou ler, porque julgo que é relevante. Diz-se: «...a eventual prática do crime de falsas declarações...» Isto não é, do nosso ponto de vista, a conclusão que o Sr. Deputado disse que estava no requerimento.

Esclarecido este aspeto, não deixamos de registar uma certa dessintonia entre aquilo que diz o Sr. Primeiro-Ministro, à boca cheia — «apure-se a verdade, doa a quem doer» —, e o que faz o Partido Socialista quando, naquilo que é uma ação concreta e objetiva para clarificar a verdade, vota contra, protegendo uma vez mais, inexplicavelmente, do nosso ponto de vista, o Ministro João Galamba. Ainda não percebemos qual é o ativo do



Ministro João Galamba para o funcionamento do PS que obriga a essa proteção, mas deve haver razões e deve haver opções que respeitamos, embora não as consigamos, com clareza, compreender à data de hoje.

Portanto, significa isso que, uma vez mais, naquilo que é para apurar a verdade, aprofundar quem disse a verdade e quem não disse, o Partido Socialista vota contra e obstaculiza.

O PSD fará aquilo que, em consciência e de acordo com a lei, tem de fazer: suscitada a dúvida, enviar para quem é competente em fazer o trabalho de esclarecer, aprofundar e fazer cumprir a lei.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Aragão, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, não vou alongar a discussão, porque acho que isto justifica aquilo que eu disse.

O Sr. **Presidente**: — Eu pedia era que houvesse algum silêncio quanto ao ruído de fundo, para se poder ouvir o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Não vamos transformar a discussão política que terá...

O Sr. **Presidente**: — Se pudessem fazer um pouco mais de silêncio, para se poder ouvir.

Muito obrigado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, só para esclarecer: não vamos, de facto — acho que esta intervenção justifica o que eu disse — fazer a discussão política, que terá, certamente, outro espaço nesta Comissão de Inquérito, mas procuro também ser rigoroso com aquilo que digo.

Portanto, vou ler a parte do requerimento que deu sustento à minha intervenção inicial: «Não há duas formas...» — estou a citar — «...de colocar a questão: perante o que disse António Mendonça Mendes o Ministro João Galamba mentiu.»

Foi a isto que eu me referi, é isto que está no requerimento; é com esta base que depois é feito o requerimento. Nem estou a dizer se o proponente tem ou não essa legitimidade, quem sou eu. Portanto, por tudo o que foi dito, e só para esclarecer, porque é mesmo isto que está escrito no requerimento, mantemos, naturalmente, a posição inicial.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz, mas agradeça que não nos prolongássemos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Vou ser muito breve, mas essa última intervenção do Deputado Bruno Aragão deu-nos aqui uma abertura. É que, para nós, o que interessa é a conclusão, que foi a que, naturalmente, eu li. Mas se o PS se sente mais confortável que o requerimento diga antes «porventura, pode ter mentido» e se isso fizer com que vote a favor, nós mudamos já o requerimento.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É já!

O Sr. **Presidente**: — Bom, não havendo mais nenhuma intervenção, acho que estamos em condições de votar o requerimento.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O algodão não engana!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Carneiro, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, para que não haja dúvidas, o requerimento que nós propomos que seja votado é com esta pequena correção: onde se diz, na explicação, «...temos de concluir que hoje é claro, inequívoco, e sem margem para dúvidas, que o Ministro poderá ter mentido», em vez de ter «mentiu», «poderá ter mentido», embora o que se vote seja a conclusão, a proposta que está aí em baixo,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro, é evidente!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... que diz que «pode haver indícios».

O Sr. **Presidente**: — Penso que já se percebeu.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas aquilo que nós queríamos que ficasse claro é que aquilo que vamos votar, com esta pequena alteração, se todos concordarem, é «poderá ter mentido».

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E aí saber se o PS vota a favor...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E assim ficará percebida a posição do PS sobre este tema.

O Sr. **Presidente**: — Penso que já todos percebemos e penso que estamos em condições de poder votar o requerimento, não havendo mais intervenções.

Vamos, então, votar o requerimento n.º 93 do Grupo Parlamentar do PSD.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Rita Borges Madeira e Vera Braz e do Deputado do PCP Bruno Dias e votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Paulo Moniz, Paulo Rios de Oliveira e Patrícia Dantas, do Deputado do CH André Ventura, do Deputado da IL Bernardo Blanco, e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Passamos agora ao requerimento n.º 94. Sugeria que apreciássemos, conjuntamente, os requerimentos n.ºs 94, 95 e 96, por uma questão de economia...

Pede-me a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz. Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, era para anunciar que, tal como havia avançado na minha primeira intervenção, o PSD fará chegar estas atas à Procuradoria-Geral da República e, naturalmente, desse ponto de vista, cumprirá aquilo que julgamos ser a nossa obrigação, no estrito cumprimento do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Como ia dizendo, vamos agora atentar sobre os requerimentos n.ºs 94, 95 e 96, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

O n.º 94 requer à ANAC (Autoridade Nacional de Aviação Civil) «todas as diligências, relatórios, decisões e deliberações feitos pela ANAC relativos aos processos de reprivatização (2015), reconfiguração (2016-2017) e reestruturação de decisões e decisões feitas pela ANAC, reconfiguração (2020 e seguintes) da TAP SGPS e da TAP SA; toda a eventual documentação, com data de envio e receção na ANAC, sobre

‘fundos Airbus’, capitalização da TAP, comunicações da DGN Corp., da Airbus e da Atlantic Gateway; toda a informação relativa ao Consórcio e empresa Atlantic Gateway; toda a informação sobre o cumprimento do regulamento (CE) n.º 1008/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008, referente à TAP.»

O requerimento n.º 95 requer «ao Tribunal de Contas o envio de uma listagem nominal e perceptível de todos os documentos e ficheiros existentes sobre a privatização da TAP e uma listagem nominal e perceptível de todos os documentos e ficheiros enviados pelo Presidente da PARPÚBLICA, Pedro Pinto, no dia 4 de dezembro de 2015, bem como o registo de envios de documentação adicional remetida ao Tribunal de Contas sobre a reprivatização da TAP; que esclareça por escrito se recebeu e/ou efetuou pedidos de esclarecimento à PARPÚBLICA sobre o processo de capitalização da TAP e a relação com a Airbus; à PARPÚBLICA que envie o índice da documentação e ficheiros que enviou à Comissão e que enviou ao Tribunal de Contas em 2015, bem como o esclarecimento por escrito sobre todas as solicitações que recebeu e a resposta sobre o processo de capitalização da TAP desde 2015 até ao presente; todos os documentos relativos aos fundos Airbus.»

E, por último, temos o requerimento n.º 96, que requer «que a TAP disponibilize a esta Comissão as auditorias realizadas ‘às contas e processos legais da VEM’ prévias à sua aquisição; que a TAP remeta a esta Comissão todo o tipo de comunicações entre a Airbus e a TAP sobre a compra da VEM e a sua adesão à Airbus MRO Network.» São estes os requerimentos n.ºs 94, 95 e 96.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Queria cumprimentar o Sr. Presidente e felicitá-lo pela apresentação perfeitamente clara e correta dos requerimentos do PCP.

Considero que estão muitíssimo bem apresentados e dispenso-me de fazer mais considerações.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se haverá algum Sr. Deputado que pretenda alguma intervenção sobre esta matéria?

Não havendo, vamos votar o primeiro requerimento, o n.º 94.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Votamos, agora, o requerimento n.º 95.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Finalmente, votamos o requerimento n.º 96.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Passamos agora à apreciação e votação dos requerimentos do Grupo Parlamentar do Chega, os n.ºs 97, 98 e 99.

O requerimento n.º 97 requer «uma nova audição ao Sr. Ministro das Infraestruturas, Dr. João Galamba»; o requerimento n.º 98 requer «audição ao Sr. Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança, Dr. António Gameiro Marques»; e o requerimento n.º 99 requer «nova audição ao Sr. Ex-Presidente da PARPÚBLICA, Dr. Pedro Ferreira Pinto».

Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, muito brevemente, em relação ao requerimento n.º 97, penso que ele é claro, prende-se com aquilo que já foi dito pelo PSD na parte inicial, sobre necessidade de esclarecimento do Ministro João Galamba em relação àquilo que outros aqui afirmaram, e que era importante ser concretizado.

O requerimento n.º 98 tem uma razão de ser. É que vários especialistas, apartidários, têm aferido e concluído que, na questão da intervenção do serviço de informações — especificamente ligada ao objeto desta Comissão, aos materiais de natureza classificada que estavam no computador, quer do adjunto, quer na TAP —, de facto, o Gabinete Nacional de Segurança não só tinha competência nesta matéria, como deveria ter sido acionado em vários momentos. A par disto, vários especialistas concluíram também, como, aliás, deriva da lei, que é ao Gabinete Nacional de Segurança que compete a credenciação, os critérios de credenciação e a forma dessa credenciação.

Portanto, há um grande espanto no País sobre porque é que o Gabinete Nacional de Segurança não foi ouvido, porque é que não foi tido em conta no circuito de informação e no circuito de factos que tentámos reconstruir. E parece-nos que é fundamental que ainda pudéssemos ouvir o Sr. Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança. Penso que pode ser uma pista importante para a obtenção da verdade e até para esclarecer muitos dos factos diretamente ligados ao objeto desta Comissão e a outros que a têm extrapolado.

O requerimento n.º 99, sobre a audição ao ex-Presidente da PARPÚBLICA, prende-se com uma notícia que todos vimos este fim de semana, em que ficou concluído que, apesar de tudo o que foi dito aqui, teria sido entregue ao Governo uma *pen* com uma série de informação, nomeadamente relacionada com os fundos Airbus, e em que era confirmado que esta informação tinha sido entregue, o que também coloca em crise —

não digo diretamente que seja mentira, mas pelo menos coloca em crise — alguns dos depoimentos que aqui foram dados; e parecia-nos importante que este depoimento pudesse ser novamente tido em conta, nesta Comissão.

Em qualquer caso, não queria deixar de sublinhar o requerimento n.º 98, porque esse, sim, parece-nos decisivo para que possamos ter ainda algum conhecimento sobre acontecimentos sobre os quais ainda não temos luz acerca do que verdadeiramente aconteceu; e acho que não era bonito esta Comissão de Inquérito fechar sem essa luz. E talvez o Dr. António Gameiro Marques possa ser também mais uma luz nesse sentido.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se há mais intervenções por parte dos Srs. Deputados...

Sr. Deputado Bruno Aragão, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Fazemos a discussão em conjunto, certo?

Posso fazer uma intervenção relativa a todos os requerimentos, só para simplificar.

Não acompanharemos nenhum destes requerimentos.

O primeiro,...

*Risos do PSD.*

Penso que nem há grande motivo para riso, porque o primeiro resulta até de uma posição que não foi única do Partido Socialista, na semana passada, e, portanto, imagino que outros votarão no mesmo sentido, tal como quanto ao requerimento n.º 98, que achamos que está fora do objeto desta Comissão. Mas entendemos que pode haver outros fóruns onde isso se possa esclarecer, como tem acontecido com esta questão do SIS.



Relativamente ao requerimento n.º 99, entendemos que não há contradição, nas diferentes audições que já fizemos, quanto ao que foi, de facto, a entrega de uma *pen*, a entrega de um conjunto de documentos que essa *pen* teria — penso que até o requerimento n.º 95, do PCP, pode ajudar ainda a clarificar os documentos que estariam também nessa...

Portanto, entendemos que não há aqui nenhuma contradição face àquilo que foi dito que justifique, neste momento, uma nova audição ao ex-Presidente da PARPÚBLICA e não acompanharemos este requerimento também.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Bruno Dias, tem a palavra.

**O Sr. Bruno Dias (PCP):** — O Sr. Presidente tem feito sistematicamente a opção de votar os requerimentos um por um e não de forma conjunta. Neste caso, se não fosse assim, eu próprio teria de pedir para que fosse votado separadamente, porque estes requerimentos não são todos a mesma coisa. Há um que trata da TAP, os outros não.

O que trata da TAP nós não iremos votar contra, embora haja, de facto, aqui uma abordagem que acaba por ser feita pela Comissão de Inquérito na sequência do requerimento do PCP, que acabámos de aprovar por unanimidade, que tem a ver com esta discrepância entre as afirmações do ex-Presidente da PARPÚBLICA, a documentação que a PARPÚBLICA deu nota ao Parlamento de ter enviado para o Tribunal de Contas e, por sua vez, a documentação que o Tribunal de Contas refere ter recebido. O requerimento do PCP aprovado há pouco trata desse assunto, digamos assim.

Relativamente aos outros requerimentos, não vou repetir aquilo que já disse: esta é a Comissão de Inquérito à Tutela e à Gestão da TAP e haverá uma sede própria, certamente, para tratar de eventuais usurpações de competências próprias do Gabinete Nacional de Segurança.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É mesmo muito rápido, Sr. Presidente, só para dizer que, efetivamente, isto é sobre a tutela política da TAP, mas, como todos percebemos pelas audições, uma das questões importantes que aqui tratámos foi, precisamente, a garantia da segurança destes documentos e a forma como eles foram tratados.

E, portanto, não podemos dissociar a tutela política da TAP da forma como os documentos foram classificados, armazenados, distribuídos e usados. Assim, se há alguém que faz sentido ouvir, e intimamente ligado ao objeto desta Comissão, é o Gabinete que tem a tutela destes assuntos, que é precisamente o Gabinete Nacional de Segurança. E não o ouvir, honestamente, parece-nos uma tentativa de fuga à verdade, mas, sobretudo, uma sombra que vai ficar nesta Comissão de Inquérito, porque parece que há um assunto que ficou por resolver e que, eventualmente, infelizmente, abrirá a porta a outras comissões de inquérito, menos desejáveis do que esta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Moniz, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, tal como o PSD tem feito e dito, nós não nos iremos opor a todos os requerimentos que contribuam para o esclarecimento e aprofundamento da verdade, que é a primeira missão desta Comissão, em tudo o que tem a ver com o núcleo da sua atuação sobre a TAP e também em todas as questões que, ao longo da própria Comissão, se revelaram imprescindíveis e importantes para que, de facto, a Comissão cumpra a sua verdadeira missão de aprofundamento. E, portanto, iremos, naturalmente, viabilizar estas propostas.

O Sr. **Presidente**: — Penso que não há mais intervenções de nenhum dos Srs. Deputados, pelo que passávamos, então, à votação do requerimento n.º 97.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Rita Borges Madeira e Vera Braz e do Deputado do PCP Bruno Dias e votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Paulo Moniz, Paulo Rios de Oliveira e Patrícia Dantas, do Deputado do CH André Ventura, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Votamos, agora, o requerimento n.º 98.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Rita Borges Madeira e Vera Braz e do Deputado do PCP Bruno Dias e votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Paulo Moniz, Paulo Rios de Oliveira e Patrícia Dantas, do Deputado do CH André Ventura, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Votamos, finalmente, o requerimento n.º 99.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Rita Borges Madeira e Vera Braz, votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Paulo Moniz, Paulo Rios de Oliveira e Patrícia Dantas, do Deputado do CH André*

*Ventura, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Bom, e depois de votados os diferentes requerimentos, havia uma informação que queria dar, relativa a algo que discutimos hoje de manhã, na reunião de Mesa e Coordenadores, e que tem a ver com uma resposta, a 8 de maio de 2023, relativamente aos ficheiros e aos documentos classificados pelo Gabinete Nacional de Segurança, após a sua classificação, que foram levados a esta Comissão, à CPI, pelo próprio Gabinete Nacional de Segurança, e também, conforme foi informado oportunamente no ofício n.º 815, de 16 de março 2023, disponível na sala de segurança, na pasta do Ministério das Infraestruturas, uma subpasta, no ofício relativo ao computador do Sr. Dr. Frederico Pinheiro. Isto ficou por responder de manhã na reunião de Mesa e Coordenadores, mas fica agora dada a informação relativamente a esta matéria.

Vou agora suspender a reunião para ir buscar o Dr. Hugo Mendes.

*Eram 14 horas e 36 minutos.*

Srs. Deputados, vamos reiniciar a nossa reunião.

*Eram 14 horas e 38 minutos.*

Uma vez mais, boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Jornalistas. Um cumprimento e um agradecimento especial ao Dr. Hugo Santos Mendes, que se encontra aqui na qualidade de ex-Secretário de Estado das Infraestruturas.

Queria dizer-lhe, Sr. Doutor, penso que já terá conhecimento, que a grelha de tempos utilizada é a grelha A, que está perfeitamente consolidada

nesta Comissão de Inquérito.

Sr. Doutor, primeiro, vou-lhe ler os seus direitos e os seus deveres.

Sei que, depois, tem um depoimento para apresentar, o que poderá fazer.

Relativamente aos direitos, o depoente tem direito a não responder a perguntas quando alegar que das respostas resulta a sua responsabilidade penal, nomeadamente quando da resposta puder resultar a violação de segredo de justiça punível, criminalmente, nos termos do artigo 371.º do Código Penal; ao depoente não podem ser feitas perguntas sugestivas ou impertinentes ou de qualquer outra natureza que possam prejudicar a espontaneidade e sinceridade das respostas; o depoente tem direito a ser inquirido sobre factos de que possua conhecimento direto; o depoente tem direito a apresentar objetos ou documentos que podem servir de prova, fazendo-se menção da sua apresentação e junção ao processo.

Relativamente aos deveres, o depoente tem o dever de depor sobre factos relativos ao objeto de inquérito, mantendo-se à disposição da comissão de inquérito até por ela ser desobrigado; a recusa de depoimento só se tem por justificada nos termos gerais da lei processual penal; o depoente deve cumprir as ordens legítimas da Comissão de Inquérito, nomeadamente quanto à forma como o depoimento deve ser prestado, sob pena de incorrer na prática de crime de desobediência qualificada — artigo 19.º do Regime Jurídico de Inquéritos Parlamentares —; o depoente deve responder com verdade às perguntas que lhe forem dirigidas, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho — artigo 360.º do Código Penal; quando conveniente podem ser mostradas peças de processo e documentos que a eles respeitam; não pode servir de meio de prova o depoimento de quem recusar ou não estiver em condições de indicar a pessoa ou fonte através da qual tomou conhecimento indireto dos factos; e, por último, a manifestação de meras convicções pessoais sobre factos ou a sua

interpretação só é admissível nos casos seguintes e na estrita medida neles indicada: alínea *a*) quando for impossível cindi-la do depoimento sobre factos concretos e alínea *b*) quando tiver lugar em função de qualquer ciência, técnica ou arte.

Lidos os direitos e os deveres do depoente, passo agora a palavra ao Sr. Dr. Hugo Santos Mendes para fazer o seu depoimento inicial.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes** (ex-Secretário de Estado das Infraestruturas): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, agradeço a oportunidade de estar presente nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Desempenhei as funções de Secretário de Estado durante cerca de dois anos e três meses: primeiro, como Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações no XXII Governo Constitucional e, depois, como Secretário de Estado das Infraestruturas no XXIII Governo Constitucional.

Tutelei, por delegação de competências do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, os setores da aviação, portuário, comunicações, a que se juntou, neste Governo, a rodovia. Setores tecnicamente exigentes que dependem de áreas centrais da economia e a mobilidade de milhões de pessoas. Setores nos quais operam grandes empresas que movem muitos interesses privados e nos quais, provavelmente mais do que noutras áreas, é preciso saber muito bem o que é defesa do interesse público, do Estado e dos contribuintes.

Se estes setores são já por si exigentes em tempos normais, imagine-se durante uma pandemia, quando as inúmeras limitações à mobilidade deixaram o setor dos transportes virado do avesso e quando as comunicações eletrónicas assumiram uma importância nunca antes testada.

Durante os meus mandatos, fiz parte da equipa liderada pelo Ministro Pedro Nuno Santos para, dando alguns exemplos, coordenar: a atualização da Lei das Comunicações Eletrónicas, diploma estrutural do setor; a equipa

que negociou o novo contrato do Serviço Postal Universal com os CTT; a equipa que garantiu o arranque do investimento nos cabos submarinos que ligarão o continente às regiões autónomas e o lançamento do concurso que visa garantir que a fibra ótica chegue a todo o território nacional; a equipa que acompanhou os investimentos portuários da transição digital, energética e ambiental; e que, no setor da aviação, procurou encontrar soluções estruturais para inúmeros desafios, seja participando na aprovação e execução do plano de reestruturação da TAP, seja procurando resolver os problemas de capacidade aeroportuária na região de Lisboa.

Como Secretário de Estado, sempre pautei a minha relação com os conselhos de administração das empresas tuteladas por respeito à autonomia, pelo acompanhamento próximo da sua atividade e pela disponibilidade para os apoiar em tudo em que a tutela pudesse ser útil.

Se estivesse em causa alguma dificuldade junto do Ministério das Finanças, algum problema com concessionários ou bloqueios nas relações com sindicatos, a preocupação era sempre a mesma: dar condições para quem gere as entidades fazer o seu trabalho da melhor forma possível.

Este foi o padrão de relacionamento com as entidades que tutelei, da NAV (Navegação Aérea de Portugal) às administrações portuárias, passando pelo Instituto de Mobilidade e Transportes (IMT), e também era assim com a TAP (Transportes Aéreos Portugueses).

A questão clara é que a TAP era uma empresa diferente. A ideia de que o Governo se podia relacionar com a TAP como apenas mais uma das cerca de 140 empresas públicas não faz sentido: em primeiro lugar, por um motivo óbvio de cariz financeiro, pois na pandemia, nenhuma outra empresa viu o Estado evitar a sua falência com o compromisso de injetar mais de 3000 milhões de euros; segundo, por um motivo ainda mais óbvio de cariz político, ou seja, a reconfiguração acionista da TAP, em 2020, foi, no meio dos grandes consensos que a pandemia gerou na sociedade portuguesa, talvez, o

tema mais polémico, pois a decisão dividiu a sociedade e uniu os partidos contra o Governo.

Mas a TAP é diferente das outras empresas públicas por um terceiro motivo: nenhuma vive um processo de reestruturação como o que a TAP atravessa. Uma empresa é um organismo vivo. E uma empresa em reestruturação profunda é um organismo com uma ferida profunda, aberta e a sangrar todos os dias, que exige cuidados de todos que a querem salvar — trabalhadores, administração e Governo.

Porém, a TAP não é uma empresa pública como as outras, ainda por um quarto motivo que não vi até aqui explorado: a TAP recebeu um auxílio de Estado e está obrigada a cumprir um plano de reestruturação. Dado que era o Estado o prestador do auxílio, era sobre o Estado que recaía a responsabilidade de garantir, perante a Comissão Europeia, que o plano era, primeiro, aprovado e, depois, aplicado pela empresa. Ou seja, a relação entre o Governo e a TAP tem de ser vista numa dupla dimensão: por um lado, o Governo, enquanto representante do acionista; por outro, o Governo, enquanto representante do Estado soberano.

É obrigação do acionista dar condições para que a empresa cumpra o plano. É obrigação do soberano zelar pelo seu cumprimento e responder junto da Comissão Europeia. É por isto que a TAP tem de estar sujeita a uma supervisão diferente de qualquer outra empresa pública.

Essa supervisão era feita pelo Ministério das Finanças nas vertentes financeira e societária e pelo Ministério das Infraestruturas e da Habitação nas dimensões laboral e operacional. Esta divisão do trabalho, porém, não faz jus à intensa cooperação que sempre existiu entre as tutelas. Se esta cooperação existe em todas as empresas públicas, a necessidade de negociar com Bruxelas um plano de reestruturação tornou-a muito mais intensa.

A liderança nas negociações com a Comissão Europeia foi assumida pelo Ministério das Finanças, sendo o ex-secretário de Estado do Tesouro o



único interlocutor com a Direção-Geral da Concorrência. Sublinho isto por dois motivos: primeiro, para elogiar o inexcelável trabalho desenvolvido pelo Prof. Miguel Cruz e suas equipas, segundo, para mostrar que o Ministério das Infraestruturas dependia da informação que o Secretário de Estado do Tesouro nos dava, com diligência, dos contactos com Bruxelas. Ou seja, foi o Ministério das Finanças que liderou o processo crítico para a sobrevivência da TAP. Este é o primeiro indício de como é ridícula a acusação de que eu queria impedir a TAP de comunicar com as Finanças.

Este trabalho conjunto do Governo foi desenvolvido em articulação próxima com as duas administrações da TAP, primeiro com o Dr. Miguel Frasquilho, como *Chairman*, e Ramiro Sequeira como CEO (*Chief Executive Officer*) interino, entre outubro de 2020 e junho de 2021, e, depois, com o Dr. Manuel Beja como *Chairperson* e a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener como CEO, a partir de junho de 2021.

Não há relatórios, *e-mails* ou mensagens de telefone capazes de fazer justiça à história de uma empresa que, com a frota no chão, teve de dispensar centenas de trabalhadores com contratos a termo; que viveu uma transição brusca da gestão privada para a pública, após o bloqueio pelo acionista privado da entrada ao auxílio de Estado; que foi obrigada a preparar um brutal plano de reestruturação no meio de incerteza radical; que negociou violentos acordos de emergência com todos os sindicatos; que viveu meses de angústia por causa da Groundforce; que atravessou um processo de centenas de rescisões por mútuo acordo e, por fim, um despedimento coletivo.

Enfim, uma empresa suspensa por vários meses de duras negociações com a Comissão Europeia antes da aprovação do plano no fim de 2021.

E quando o mais complicado parecia feito, a história continuou difícil em 2022: a vaga do ómicron, a guerra que fez explodir o preço do *jet fuel*, as duras negociações com os sindicatos sobre o novo acordo da empresa e os

desafios operacionais da inesperada recuperação do mercado, com o aeroporto a rebentar pelas costuras e a transição do sistema de navegação aérea que levou ao cancelamento de milhares de voos durante o ano.

Esta foi uma história de sacrifícios, suor e lágrimas. Sacrifícios de tantos trabalhadores que aceitaram ver o seu salário cortado e trabalhar menos horas para proteger o trabalho dos colegas; suor pela dedicação dos que deram o melhor de si nos momentos mais difíceis da TAP; e lágrimas pelos que, para salvar a empresa, tiveram de a abandonar.

Mas também é uma história de objetivos ultrapassados, resultados antecipados e, por isso, de orgulho no trabalho feito. Da quase falência em 2020 aos lucros em 2022, a TAP é uma história de sucesso. Um sucesso que dependeu dos contribuintes que pagaram o resgate da empresa, que dependeu também da entrega e dedicação dos milhares de trabalhadores, que dependeu também do trabalho e responsabilidades assumidas pelos administradores, que dependeu também do Governo que se atravessou por uma decisão impopular para evitar a falência da TAP, que dependeu do excepcional trabalho do Ministério das Finanças na negociação do plano com Bruxelas e que dependeu também da forma como o Ministério das Infraestruturas e da Habitação sempre se entregou, de corpo e alma, à salvação e à recuperação da companhia.

Muitos não conseguem ver nesta entrega e dedicação outra coisa senão vontade de mandar e ingerência política. Esses nunca conseguirão compreender duas coisas que fazem parte desta história de sucesso: primeira, a excelente relação de trabalho que o Ministério das Infraestruturas e da Habitação construiu com as administrações da TAP. Uma relação feita de acompanhamento, cooperação, debate, respeito mútuo, seja nos momentos terríveis, seja nos apenas difíceis, porque foram poucos os momentos de celebração.

Trabalhei com Miguel Frasquilho, Ramiro Sequeira, Alexandra Reis,

Christine Widener, Gonçalo Pires, Manuel Beja, nos 840 dias de tutela setorial da TAP. Trabalhei para eles e com eles, para lhes dar condições para fazerem o trabalho que só uma administração pode fazer: dar, por sua vez, as condições para os trabalhadores colocarem no ar centenas de voos todos os dias.

Há milhares de trabalhadores da TAP que eu não sei reconhecer na rua, mas sei que eles são o coração da companhia e que cumprem diariamente com a sua responsabilidade para garantir o funcionamento da empresa.

E é aqui que entra o segundo contributo do Ministério das Infraestruturas e da Habitação para o sucesso desta história. No nosso trabalho com e para a TAP, seguimos um princípio essencial: dar todas as condições à administração para cumprir o difícil plano de reestruturação.

Para isso, criámos um anel de segurança em torno da gestão face a todas as pressões externas e internas, protegemos sempre aquilo que é o coração de uma companhia de aviação — as rotas, a frota e as pessoas. Para onde a empresa voa, que aviões usa e com quem trabalha, por princípio, apenas a gestão podia tocar nestas dimensões.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Falei de pressões e de preocupações. Elas são legítimas em democracia e, no caso da TAP, vinham de todos os lados, todos os dias. Pressões de agentes políticos, de agentes económicos, da sociedade civil e, pontualmente, preocupações internas ao Governo e a entidades públicas.

Não vou maçar os presentes com muitos exemplos; darei só dois, que creio emblemáticos, para podermos perceber o exercício de ironia em que, do meu ponto de vista, se transformou esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Porque não é sem ironia que leio o que disse o então presidente do PSD, o Dr. Rui Rio, a 27 de novembro de 2020, e cito: «Se a TAP fosse privada, eu podia sugerir um melhor serviço no Aeroporto de Faro ou no Aeroporto do Porto, podia sugerir. Como a TAP é pública e funciona com

dinheiros públicos, tenho de exigir.» Ou quando leio o que o mesmo Dr. Rui Rio dizia a 23 de dezembro de 2020, e cito: «Se é o Estado que lá está, tem de cumprir o serviço público e o serviço público é para fazer de Valença a Vila Real de Santo António, passando pelas regiões autónomas. Não é para centrar tudo num único e exclusivo aeroporto que, neste caso, é o de Lisboa. Se for para concentrar tudo em Lisboa, ou tudo em Faro, ou tudo no Porto, isso é uma iniciativa privada. Se são os portugueses que pagam a TAP [...], então, pelo menos, a TAP tem de fazer serviço público e isso é servir as regiões todas do País.»

Durante dois anos, o Ministério das Infraestruturas e da Habitação foi bombardeado para criar rotas políticas, independentemente da sua rentabilidade comercial e de poderem agravar as contas das empresas, o que obrigaria o Estado a injetar dinheiro — ainda mais dinheiro! — na TAP. O que fez o Ministério das Infraestruturas e da Habitação?

Pressionámos alguma vez a Comissão Executiva a fazer serviço público? Não.

Criámos alguma rota em particular? Não.

Pedimos algum desvio ao plano de reestruturação? Não.

Nunca cedemos a nenhuma pressão externa, nem fizemos qualquer pressão interna. A nossa resposta foi sempre a mesma: «Quem decide para onde a TAP voa é a Comissão Executiva.»

Quando os meus colegas dos Negócios Estrangeiros, com a pasta das Comunidades, falavam dos anseios dos portugueses espalhados pelo mundo, em particular na Venezuela e na África do Sul, para onde a TAP deixou de voar na pandemia, a nossa resposta era: «Quem decide para onde a TAP voa é a Comissão Executiva.»

Quando o Turismo do Algarve, em março de 2021, quis saber por que motivo a TAP não voava mais a partir de Faro e apresentou propostas

concretas para criar rotas a partir desse aeroporto, a nossa resposta foi: «Quem decide para onde a TAP voa é a Comissão Executiva.»

Quando a euroAtlantic, em julho de 2021, se veio queixar de o Estado não lhe ter prestado auxílio durante a pandemia e propôs que a TAP lhe comprasse serviços, sob pena de a euroAtlantic apresentar uma queixa à Comissão Europeia contra a TAP, a nossa resposta foi: «Quem toma decisões de cariz operacional é a Comissão Executiva.»

Quando a White — que reuniu com todos os Deputados — reuniu comigo, em outubro de 2022, para protestar contra a decisão da TAP de não renovar o contrato de operação dos ATR, a nossa resposta foi: «A tutela não vai reverter decisão nenhuma, porque quem toma decisão de cariz operacional é a Comissão Executiva.»

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, impende sobre o Ministério das Infraestruturas e da Habitação a acusação de ingerência política, sem que, aliás, alguém, alguma vez, tenha feito o mais pequeno exercício ou esforço para definir tal conceito.

Creio que já ficou visível a enorme ironia desta narrativa: não só o Ministério das Infraestruturas e da Habitação criou sempre um anel de segurança em torno da empresa como, afinal, muitos dos que nos acusam de ingerência exigiam que a TAP voasse para todo um conjunto de destinos só porque o Estado estava a financiar a empresa. A atitude do «quero, posso e mando», do «agora que o País pagou pela empresa, a TAP tem de voar para todo lado» ou do, na memorável citação do Dr. Rui Rio, «Como a TAP é pública e funciona com dinheiros públicos, tenho de exigir» nunca foi a postura do Ministério das Infraestruturas e da Habitação. Pelo contrário, sempre fizemos o que era a nossa obrigação: proteger a TAP de todas as pressões, para que estivessem garantidas as melhores condições para cumprir o plano, de cuja rigorosa execução depende o seu futuro. Porque uma coisa

é certa, a forma mais fácil de destruir uma companhia de aviação é começar a criar rotas por motivos políticos.

Se tivéssemos cedido a uma ínfima parte destas pressões, não só isso, sim, seria ingerência, como levaria ao degradar das contas da empresa, ao incumprimento do plano e à necessidade de injetar mais dinheiro.

Mas vamos aos casos concretos de ingerência de que nos acusam. Das centenas de horas de audições, Srs. Deputados, identifico duas, claramente: a alteração do voo do Sr. Presidente da República e o episódio da frota dos carros da TAP.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, naturalmente, penalizo-me pelo comentário que partilhei com a ex-CEO sobre o Sr. Presidente da República. Embora quisesse, tão-só, sinalizar, junto de alguém com quem tinha uma relação profissional de confiança, o apoio que o Sr. Presidente da República deu à difícil decisão do Governo de resgatar a TAP, em 2020, reconheço que não devia ter emitido nem partilhado aquela opinião, tanto no seu conteúdo como na sua forma.

Mas, sobre este tema, permitam-me, ainda assim, sublinhar alguns elementos. Em primeiro lugar, não partiu de mim a iniciativa de pedir nada; eu sou o destinatário de um *e-mail* que a ex-CEO me endereça a expressar uma dúvida.

Em segundo lugar, limitei-me a partilhar uma opinião. Ela foi, sem dúvida, infeliz, mas não dei nenhuma instrução. Na relação de respeito que tinha com a ex-CEO, uma opinião minha era isso mesmo — e ela sabia-o —, uma opinião para ser tida em conta se não causasse dano à empresa, o que caberia a ela própria avaliar.

Terceiro: a ex-CEO tanto sabia que não era uma instrução que tomou a decisão que entendeu ser a melhor na esfera da sua autonomia, e a sua decisão foi a de não alterar o voo.

Por fim, eu não fiz qualquer acompanhamento deste caso, nem procurei saber que decisão a ex-CEO tomou sobre o voo. Se tivesse sido uma instrução que não tivesse sido cumprida mereceria, por certo, uma chamada de atenção, mas nada disto aconteceu. A única vez que voltei a ter contato com este tema foi quando o *e-mail* foi tornado público nesta CPI.

Sobre o segundo caso de ingerência, a frota automóvel, deixo quatro notas. Primeiro, o Ministério das Infraestruturas e da Habitação soube deste caso pela imprensa. Não tivemos conhecimento prévio, nem tínhamos de ter, da opção adotada no quadro da política corrente de mobilidade na TAP.

Segundo, quando a notícia foi publicada, a 5 de outubro de 2022, gerou imediatamente alarme social, motivando o comentário do Sr. Presidente da República e críticas de partidos políticos e de sindicatos da TAP.

Ou seja, em terceiro lugar, em poucas horas, o caso deixou de ser um tema de gestão corrente da TAP e transformou-se num problema político; e quando um tema operacional se transforma num problema político passa a exigir a intervenção da tutela política. Foi neste momento que dissemos à TAP para reverter a decisão, para estancar a polémica. Sim, puxámos o travão de mão, mas fizemo-lo numa situação limite e excecional, para resolver o que se tinha transformado num furacão político.

Em quarto lugar, o Ministério das Infraestruturas e da Habitação não se imiscuiu na solução subsequente do problema. Apenas apelámos ao bom senso da administração e a TAP resolveu como entendeu. Até à minha saída de funções, não tive mais notícias, nem procurei ter, sobre este assunto.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, já tive oportunidade de referir que a interação entre a área das Finanças e a das Infraestruturas e da Habitação sobre e com a TAP foi muito intensa nos últimos meses de 2020 e no fim de 2021, por causa das negociações com Bruxelas.

Em 2022, com o plano aprovado, a relação entre as tutelas entrou em velocidade de cruzeiro, mas desenvolveu-se sempre com a fluidez normal.

Esta questão é importante, porque, durante meses, foi alimentada a acusação de que o então *Chairperson* e a CEO da TAP estavam impedidos de estabelecer contato com o Ministério das Finanças.

Esta tese é absurda, grave e irresponsável. Absurda, porque infantiliza gestores profissionais, com experiência internacional e que ganham muito dinheiro; grave, porque visa atribuir a um Secretário de Estado práticas e declarações que não tiveram lugar nem a lei lhe confere tal poder; e irresponsável, porque assenta em alegadas provas inexistentes ou, então, fáceis de refutar.

Desde fins de março que foi colocada a circular nos meios de comunicação social, e amplamente citada nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, uma mensagem entre mim e a ex-CEO. É uma mensagem, nem sequer é um *e-mail* — nem sequer conseguiram perceber isso!

A mensagem tem sido usada de uma forma truncada e manipulatória e como, ao longo destes mais de três meses, ninguém a leu na totalidade, sou obrigado a fazê-lo aqui. A 6 de junho de 2022, questionei a ex-CEO, e cito: «Boa tarde, pediu uma reunião à Ministra do Trabalho?» — sublinho que a reunião era com a ministra do Trabalho, um ministério que não tutela a TAP.

A esta questão, a CEO respondeu: «Sim, Hugo, temos uma longa lista com a Ana Dionísio.» Face a esta resposta, eu escrevi «Christine, de novo, todas as questões colocadas ao Governo devem ser colocadas através de nós. Isto aconteceu tantas vezes que eu já não sei o que dizer. A TAP é a nossa única companhia que se comporta desta forma. O Ministério das Infraestruturas e da Habitação é a única porta de entrada para o Governo. Não existem ligações diretas entre a TAP e os outros Ministérios.»

Esta é a parte conhecida da mensagem, mas nunca ninguém leu a troca que se segue. Porque no dia seguinte, 7 de junho, a ex-CEO afirma que está, e cito, «disponível para falar sobre o assunto»; ao que eu respondo que «não existe muito para falar. A TAP está sob a tutela de dois Ministérios, o



Ministério das Infraestruturas e da Habitação e o Ministério das Finanças. Qualquer outro contacto com outro membro do Governo ou outra entidade pública deve acontecer através do nosso Ministério. Estas são as regras e todas as empresas as seguem, menos a TAP. É realmente desagradável que, depois destes meses, isto continue a acontecer.».

A troca de mensagens lida na totalidade comprova que: primeiro, a mensagem foi motivada por uma reunião pedida pela ex-CEO a um ministério que não tutela a TAP, e daí que a minha advertência nada diga respeito à relação da ex-CEO com as Finanças; segundo, eu recordo explicitamente que a TAP tem duas tutelas, o Ministério das Infraestruturas e da Habitação e o Ministério das Finanças. Por fim, esta conversa ocorreu quatro meses depois — sublinho, quatro meses depois! — do processo de cessão de funções da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis.

Mas há mais! É que, afinal, a própria Eng.<sup>a</sup> Christine, a destinatária da mensagem e que a saberia interpretar, já tinha desmentido esta fantasia, aqui, nesta Comissão, na audição de 4 de abril, quando o Sr. Deputado Bernardo Blanco questionou a ex-CEO da TAP sobre se, e cito, «o Ministério das Infraestruturas e da Habitação lhe disse que só podia comunicar com este e com mais nenhum ministério, tendo sido repreendida quando falou com outro». A ex-CEO respondeu que esta mensagem, e cito, «foi no seguimento de uma interação minha com outro Ministério, não as Finanças. Honestamente, da boa relação que mantinha com o ex-Secretário de Estado das Infraestruturas, compreendi também que ele queria tomar conhecimento», e, segundos depois, acrescentou: «Penso que o seu comentário foi apenas para clarificar que o Ministério das Infraestruturas e da Habitação era a tutela e o ponto mais importante de contacto, se não único, para tudo o que eram questões operacionais.» — repito as suas palavras, «questões operacionais».

Se esta CPI tem servido para alguma coisa, é para mostrar que é possível produzir teorias fantasiosas e julgamentos sumários de caráter e de competência a partir de leitura fragmentada de mensagens avulsas de telefone, de *e-mails* e outros documentos esparsos. Mas, para compreender um texto, é necessário compreender o contexto, e eu vou explicar o contexto desta mensagem em duas partes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Hugo Mendes, a única coisa que eu lhe pedia, não querendo interromper o seu depoimento, era que não fizesse juízos sobre esta CPI e a qualificasse. Isso, pedia-lhe que não o fizesse e que não passasse essa linha, por favor.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Muito obrigado, vou continuar.

Em primeiro lugar, quando, na mensagem em causa, falo de «todas as questões», falo apenas das questões de ordem laboral e operacional. Isso era óbvio para mim e para ela, como a própria aqui reconheceu, tão óbvio que não foi preciso explicitá-lo na mensagem.

Eu nunca discutia com a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener questões de cariz financeiro ou societário. Quando queria inteirar-me destes temas, falava com o meu colega nas Finanças ou com o CFO (*Chief Financial Officer*) da TAP. Aliás, nas reuniões habituais que mantinha com a ex-CEO, quando havia necessidade de discutir questões de cariz ou com impacto financeiro ou societário, ela, por sua iniciativa própria, fazia-se acompanhar pelo CFO.

Para que fique claro, em definitivo, quando afirmo na mensagem que todas as questões deviam ter como porta de entrada o Ministério das Infraestruturas e da Habitação, refiro-me exclusivamente às da tutela setorial, ou seja, às de cariz laboral e operacional.

Lembro que, da reorganização da Comissão Executiva, apresentada em janeiro de 2022, a ex-CEO ficou com o pelouro dos recursos humanos.

As negociações dos novos acordos da empresa eram um dos maiores desafios da Comissão Executiva e foi esse o tema que mais horas consumiu das reuniões que mantive com a ex-CEO da TAP nesse ano.

Segundo elemento essencial do contexto da mensagem: qual o motivo da minha advertência? Se recordo à ex-CEO que a tutela da TAP pertence ao Ministério das Infraestruturas e ao Ministério das Finanças, é para lhe lembrar que a TAP não se relaciona com o Governo em geral, mas através dos Ministérios que a tutelam, em função dos temas a resolver.

O que se passava era que, em 2022, a CEO da TAP começou a dirigir-se a membros do Governo para resolver problemas diretamente com eles. Fui tomando disto conhecimento, porque era questionado por colegas meus, em reuniões de secretários de Estado, dizendo-me que a TAP tinha falado com eles para tratar deste ou daquele assunto. Colocavam-me questões que eu, que tutelava a TAP, desconhecia e não sabia como responder, o que era no mínimo constrangedor.

Isto aconteceu com pelo menos quatro Ministérios: Defesa, Negócios Estrangeiros, Trabalho e Administração Interna.

Por exemplo, dois meses antes da mensagem em causa, a 12 de abril de 2022, soube que a CEO tivera uma reunião com o meu colega da Administração Interna e o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras). Ela confirmou a reunião e disse que nela foram discutidas as dificuldades que se adivinhavam para o fim de semana da Páscoa no aeroporto. Perante isto, escrevi esta mensagem, e cito: «Da próxima vez, por favor, avisem-nos. Nós também devemos participar. O nosso Ministério tutela a TAP e todos os membros do Governo deviam respeitar este circuito. Se eles querem conversar com a TAP, deviam fazê-lo através de nós. Se isto não acontecer, diga-nos. É uma regra que se aplica a todo o Governo, por isso eu não contacto diretamente outras empresas públicas que são tuteladas por outros Ministérios e o inverso também devia acontecer. Se pretendem falar com

outros membros do Governo, façam-no, por favor, através de nós. Caso contrário, nós perdemos o fio à meada das questões discutidas e este circuito de procedimentos transforma-se numa grande confusão.»

O que estava em causa, mais uma vez, não era nenhuma tentativa de excluir o Ministério das Finanças. A TAP, como qualquer outra empresa pública, tem o seu canal institucional autónomo com o Ministério das Finanças, que se relaciona com as suas entidades, que tutela, quando, como e pelos motivos que entender.

Eu não sabia, nem tinha de saber, quantas vezes a Administração da TAP falava com as Finanças. Tal como não sabia, nem tinha de saber, quantas vezes as administrações da TAP, da NAV ou dos portos reuniam com as Finanças.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, desculpem a frontalidade, mas é simplesmente ridículo, para quem tem a mais vaga ideia de como funciona um Governo, pensar-se que um ministério setorial pode querer impedir a comunicação de uma empresa pública com o Ministério mais poderoso do Governo, que representa o acionista e lhe controla as contas. Uma vez explicado...

O Sr. **Presidente**: — Dr. Hugo Mendes, vou pedir-lhe, uma vez mais, com toda a tranquilidade e com toda a calma, para, dentro daquilo que é o processo de urbanidade que tem sido toda a nossa relação dentro da Comissão, e de alguma forma até percebendo o seu depoimento, que possamos utilizar uma linguagem mais urbana.

Sempre o fizemos, mantivemos esta Comissão com uma linguagem urbana nas relações que fomos mantendo, nas perguntas, nas questões e nas respostas. Algumas linguagens, nomeadamente «ridículo», expressam uma qualificação e um juízo de valor sobre uma determinada opinião. Se fosse possível tentar transformar essa linguagem numa linguagem um pouco mais urbana, pedia-lhe esse favor.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Muito obrigado, Sr. Presidente, vou prosseguir.

O Sr. **Presidente**: — Dr. Deputado Paulo Moniz, pede a palavra?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, por favor.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, estamos aqui a assistir pacientemente àquilo que já está a resvalar para um uso de uma linguagem desrespeitosa para com esta Comissão, de alguém que teve o desprazer de mandar um *e-mail* sobre um voo do Sr. Presidente da República e teve de ir fazer um depoimento à IGF (Inspeção-Geral de Finanças) aquando da sua auditoria.

Portanto, o que peço ao Sr. Presidente é que não permita, de forma veemente, que quem aqui está destrata todos os Deputados e funcionários da CPI de forma impávida, ligeira e serena para alguém que está a ser ouvido nestas condições.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tal como já o fiz, pela segunda vez reiterarei esse pedido, e garantidamente que o Dr. Hugo Mendes terá essa cautela a partir de agora.

Dr. Hugo Mendes, faça favor de prosseguir.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Presidente, vou retomar o início do parágrafo.

Eu não sabia, nem tinha de saber, quantas vezes a administração da TAP falava com as Finanças, tal como não sabia, nem tinha de saber, quantas vezes a administração da NAV Portugal ou dos portos reunia com as finanças.

Vou evitar a frase que provocou a reação imediata. É melhor.

Não é possível pensar que um ministério setorial pode querer impedir a comunicação de uma empresa pública com o Ministério mais poderoso do Governo, que representa o acionista e lhe controla as contas. Uma vez explicado o real significado da mensagem enviada à Eng.<sup>a</sup> Christine Widener, sou obrigado a demonstrar a tese de teor similar propalada pelo ex-*Chairperson* da TAP.

Na audição nesta CPI, a 11 de abril, o Dr. Manuel Beja disse que, e cito, «a TAP recebeu instruções claras e sinais repetidos para fazer a articulação exclusivamente com o Ministério das Infraestruturas». Fim de citação. Questionado sobre se a instrução tinha sido tão clara como no caso da ex-CEO, a tal mensagem que já desmontei, o Dr. Manuel Beja admite que tal aconteceu, cito, «não com tanta clareza, que não há comunicações escritas a prová-lo, e que os subentendidos são sempre subjetivos». As expressões são suas.

Ou seja, o Dr. Manuel Beja não apresenta uma única prova para suportar tão grave acusação. É para mim um mistério como é que o Dr. Manuel Beja intuiu, decifrou ou adivinhou que estava proibido de exercer aquela que era a sua obrigação de comunicação com a tutela acionista da TAP.

Ora, em vários momentos da sua audição, o Dr. Manuel Beja mostrou que, afinal, tinha contacto regular com o Ministério das Finanças, como era, aliás, sua obrigação. Mostrou-o quando afirmou que o Prof. Miguel Cruz era, cito, «geralmente acessível e que quando as coisas eram realmente

importantes era possível chegar à fala com o Secretário de Estado do Tesouro». Fim de citação.

Mostrou-o quando afirmou que, desde cedo, cito, «manifestou a vontade e disponibilidade para trabalhar quotidianamente, se necessário, com o Ministério das Finanças e todas as partes para fazer o papel de ligação entre a empresa e o acionista». Fim de citação.

E mostrou-o quando vários temas abordados na audição, como os contratos de gestão, a proteção jurídica dos administradores ou os possíveis conflitos de interesse entre administradores da TAP, SGPS e da TAP, S.A. foram temas que o Dr. Manuel Beja tratou em exclusivo com o Secretário de Estado do Tesouro.

Estas iniciativas foram corroboradas por várias pessoas aqui inquiridas, desde membros da Comissão Executiva ao Prof. Miguel Cruz.

Resumindo, esta CPI já ouviu quatro membros do Governo e quatro membros da administração da TAP que desempenharam funções enquanto tive a tutela da empresa: o Prof. João Leão, o Prof. Miguel Cruz, o Dr. João Nuno Mendes, a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, o Dr. Miguel Frasquilho, o Ramiro Sequeira, o Dr. Gonçalo Pires, o Dr. João Weber Gameiro, mais a Dr.<sup>a</sup> Maria Araújo, então chefe de gabinete do ex-Ministro das Infraestruturas e da Habitação. Em nenhum momento, alguma destas pessoas — a que se junta, por ironia, a própria ex-CEO da TAP — validou nesta CPI a tese de que o Ministério das Infraestruturas e da Habitação queria proibir, controlar, limitar, condicionar ou dificultar a comunicação da TAP com o Ministério das Finanças. As únicas duas pessoas que criaram esta fantasia são gestores em litígio com o Estado sobre a sua forma de saída da TAP e que acham que podem usar o meu nome para justificar atos de gestão.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, passo agora ao caso relativo à cessação de funções da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis. Começo por um argumento que tem passado despercebido no meio do ruído gerado, mas que é relevante

à tese falsa de que o Ministério das Infraestruturas e da Habitação mantinha uma ingerência na gestão da TAP, porque ilustra o contrário do que nos acusam. Muito se tem especulado sobre o que terá levado à situação de rutura entre a ex-CEO e a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, mas isso mistura o essencial com o acessório. O essencial que explica o acordo dado pelo Ministério das Infraestruturas e da Habitação ao pedido da ex-CEO para a saída da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis é simples: dar as melhores condições, que a líder da equipa executiva reclamava, para cumprir a missão, para executar o plano.

O objetivo foi, assim, o contrário de quem estivesse interessado em imiscuir-se na gestão da TAP. O que queríamos era reforçar — como se diz agora, empoderar — a autoridade da Eng.<sup>a</sup> Christine Widener como líder da sua equipa. Recordo que a ex-CEO só havia escolhido uma das quatro pessoas da Comissão Executiva. Negar o pedido para uma substituição de uma vogal que não fora por ela escolhida e com quem revelou existir um desalinhamento estratégico seria colocar não apenas em risco o funcionamento eficaz da Comissão Executiva, mas também reduzir a autoridade da CEO junto da equipa que liderava.

Foi pelo mesmo motivo que assentimos a que a ex-CEO gerisse o processo de recrutamento do novo administrador e aceitámos que a Eng.<sup>a</sup> Sofia Lufinha, sugerida pela Eng.<sup>a</sup> Christine Widener, passasse a integrar a Comissão Executiva.

Creio que, ao fim destes meses, a linha de tempo da saída da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis já está, em grande medida, estabilizada. Da minha parte, queria apenas sublinhar o que, politicamente, me parece mais relevante.

Em primeiro lugar, acompanhei este dossiê a pedido da CEO, que liderou, no seguimento da autorização dada pelo Ministro, para substituir a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis na comissão executiva.



Segundo, mantive-me à distância nas negociações conduzidas pelos representantes da TAP e da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis. Só a ex-CEO mantinha um contacto regular com o consultor jurídico que representava a TAP.

Terceiro, este acompanhamento à distância justificou-se pelo facto de não estar em causa uma intervenção formal do Ministério das Infraestruturas e da Habitação, isto é, um despacho autorizador que, no caso da TAP, carecia da assinatura de um membro do Ministério das Finanças e outro do Ministério das Infraestruturas e da Habitação. O que sempre esteve em causa foi a obtenção de um acordo entre a TAP e a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis.

Quarto, a preocupação do nosso Ministério era de cariz exclusivamente político, de modo a que o valor da compensação do acordo entre as partes fosse o mais baixo possível e respeitasse os direitos da administradora.

Quinto, nunca foram levantados quaisquer riscos jurídicos pelo consultor que representava a TAP. Embora este tenha dito que a proposta inicial próxima de um milhão e meio de euros era, cito, «política e financeiramente inaceitável», o seu dever primeiro era o de garantir que o enquadramento jurídico usado na operação era o adequado e alertar para riscos jurídicos, se existissem. Tal não aconteceu em nenhum momento.

Sexto, não negocieei nem dei instruções sobre nenhum valor concreto. Os 500 000 € eram um valor defendido pelo consultor jurídico como passível de ser aceite pela representante da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis.

Sétimo, a prova de que não defini nenhum valor concreto é o *e-mail* da ex-CEO, de 2 de fevereiro de 2022, no qual ela recomenda — sublinho, recomenda — um valor global e uma série de benefícios acessórios a que dei anuência política.

Oitavo, o valor de 500 000 € pareceu-me passível de ser aceite, não apenas porque era recomendado pela CEO, mas também porque era cerca de um terço da proposta inicial feita pela Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis. Considerei que

este valor era o ponto de equilíbrio possível entre a defesa dos interesses da empresa e a salvaguarda do que se entendia serem os direitos da administradora, e que não excedesse o que politicamente nos parecia admissível.

Nono, a prova de que eu não conhecia o clausulado do acordo é que o referido *e-mail* não contém qualquer documento em anexo. Aliás, este *e-mail* reenvia uma mensagem do consultor jurídico para a TAP que termina assim, e cito: «Por favor, diga-me se a TAP estaria recetiva a aceitar esta proposta, de modo a que possamos confirmar com a advogada de Alexandra Reis e começar a redigir o acordo de cessação de funções.» Fim de citação. Ou seja, o acordo que vários Deputados aqui afirmaram que estaria em anexo ao *e-mail* não existia, sequer, a 2 de fevereiro, pelo que muito menos poderia ser do meu conhecimento.

Destes nove pontos, o relativo ao acompanhamento jurídico pelo Ministério das Infraestruturas e da Habitação é decisivo. A minha conduta neste processo seguiu dois princípios: o princípio da responsabilidade dos administradores e o princípio da confiança. Por próximo que fosse o acompanhamento do Ministério das Infraestruturas e da Habitação dos temas centrais da TAP, as responsabilidades não se confundiam. A tutela política era isso mesmo, política. A empresa, isto é, os seus administradores, eram juridicamente responsáveis pelos seus atos de gestão. Encarei a minha intervenção na cessação de funções da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis de modo similar ao que se passou em outras situações em que o Ministério fez um acompanhamento político dos temas e o apoio jurídico foi dado pela TAP.

Dois dossiês de grande complexidade política e jurídica são paradigmáticos durante este período: a negociação dos acordos de emergência em janeiro e fevereiro de 2021 e o processo da Groundforce entre março e agosto do mesmo ano, que resultou no pedido de insolvência pela TAP. Em ambos os casos, o apoio jurídico foi prestado pela TAP, não apenas

porque uma grande empresa tem maior capacidade para se dotar de recursos jurídicos do que um gabinete ministerial, mas sobretudo porque estavam em causa atos que eram formalmente da responsabilidade da empresa.

É que, no tema da responsabilidade dos gestores, há um elemento crucial: o maior interessado em que um ato de gestão da empresa cumpra a lei é o administrador, porque a responsabilidade jurídica e financeira recairá sobre si no caso de algum ato estar ferido de ilegalidade. É por isso que, em processos de complexidade jurídica, a administração da TAP não reunia com o Governo sem se fazer acompanhar de apoio jurídico, nem dava um passo sem a segurança de que a lei estaria a ser cumprida.

Este esclarecimento é crítico para responder à questão da alegada informalidade com que o Ministério das Infraestruturas e Habitação geriu este processo. A comunicação entre mim e a ex-CEO e entre mim e o ex-Ministro seguiu mecanismos revestidos de alguma informalidade porque a intervenção da tutela setorial era, no limite, desnecessária. A ex-CEO quis anuência em relação a um acordo que era um ato de gestão seu e que a iria responsabilizar e a quem com ela o assinasse. Este processo, aliás, nem carecia formalmente do meu acompanhamento, uma vez que, dada a autorização do Ministro para a saída da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, todos os procedimentos seguintes seriam da responsabilidade da TAP.

O procedimento e o seu formalismo seriam bem diferentes se estivesse em causa a minha assinatura ou a do Ministro. Foi o que aconteceu, por exemplo, no caso dos despachos conjuntos que assinei com o Secretário de Estado do Tesouro para autorizar certas despesas da TAP. Antes da aprovação do plano de reestruturação, a TAP seguia um rigoroso plano de liquidez definido pelas finanças e carecia da autorização para certas despesas elevadas, como por exemplo as relativas à compra de *jet fuel* ou ao refinanciamento de *leasings* de aeronaves. Nesses casos, a TAP precisava de um despacho autorizador conjunto do Governo. O processo era enviado da

TAP para as Finanças, era aí instruído e o despacho era assinado pelo Secretário de Estado do Tesouro. Depois, seguia para o meu gabinete. Quando aí chegava, a minha equipa fazia a análise jurídica e, só após este trabalho, estavam reunidas as condições para a minha autorização, que se tornava vinculativa com a assinatura de um despacho conjunto. Aqui, sim, a nossa responsabilidade jurídica e financeira estava em causa, e aqui, sim, era imperativo que a análise jurídica fosse feita pelos gabinetes ministeriais.

Como referi, a minha conduta respeitou dois princípios. Depois de explicar o princípio da responsabilidade dos gestores, passo ao princípio da confiança. Muitos perguntaram ao longo destes meses: como se confia a resolução de uma matéria destas a duas sociedades de advogados? Sobre esta questão, tenho quatro notas.

Primeiro, não há diferença, na prática, para a tutela setorial se o apoio jurídico na gestão de um dossiê é feito pelo departamento jurídico da TAP ou por uma assessoria externa. Ambas constituem o apoio jurídico que a empresa dá à administração e ao Governo, se necessário. A razão é simples e já a expus. A TAP escolhia com quem trabalhava e a quem entendia entregar o cumprimento de uma tarefa. O contrário, ou seja, que o Ministério dissesse à empresa «Vocês vão trabalhar com a entidade A para não trabalharem com a entidade B», isso, sim, é que seria ingerência na gestão.

Segundo, o facto de a TAP e de a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis estarem representadas por duas reputadas sociedades de advogados não tinha de suscitar qualquer suspeita. A entidade em representação da TAP trabalhava com a empresa há mais de um ano, acompanhara a negociação dos acordos de emergência e tinha experiência a trabalhar com empresas públicas no setor dos transportes.

Terceiro, eu não confiei apenas na reputação e no currículo dos escritórios de advogados. Eu confiei que em nenhum momento se colocariam em risco de violar o seu código deontológico, que, no artigo 90.º, obriga os

advogados, cito, «a pugnar pela boa aplicação das leis, a não advogar contra o direito e a não usar de meios ou expedientes ilegais.»

Por fim, a fazer fé no que a ex-CEO da TAP disse a esta CPI, o acordo de cessação de funções da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, depois de assinado pelas partes, foi enviado para o departamento jurídico da TAP, incluindo o comunicado para a CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários). Ora, o departamento jurídico, já na posse de toda a informação, não terá alertado a ex-CEO nem o ex-*Chairman* para o facto de a solução encontrada não respeitar a lei, o que mostra que esta camada de *compliance* da empresa também falhou.

Acresce que há processos de tomada de decisão que eu não verifiquei nem tinha de verificar, confiando que todos os passos legais da empresa que são exigíveis, ou seriam exigíveis, iriam ser seguidos.

Significa isto que tudo correu bem na minha gestão deste processo? A resposta é não.

Primeiro, em relação à comunicação com o Ministério das Finanças: como o Prof. Miguel Cruz referiu a esta CPI a 30 de maio, a nossa interação foi intensa até o fim de 2021, quando o plano foi aprovado em Bruxelas. Como 95 % dos temas tratados em conjunto diziam respeito ao plano da TAP, a interação diminuiu bastante após a sua aprovação. Embora, como disse o Sr. Inspetor-Geral de Finanças nesta Comissão, não houvesse dever legal de comunicação entre as tutelas, e embora eu tenha assumido que o canal próprio entre a TAP e as Finanças para os temas societários seria ativado pela empresa, como sempre aconteceu, a verdade é que, por uma questão de boa articulação política, eu devia ter comunicado esta situação ao Prof. Miguel Cruz.

Existe neste processo um outro momento em que tenho de admitir que estive menos bem. Diz respeito à reunião de 26 de dezembro passado, amplamente referida nesta Comissão. Esta reunião surge no seguimento do

despacho assinado pelos Ministros das Finanças e das Infraestruturas e da Habitação no mesmo dia, a pedir à TAP, cito, «informação sobre o enquadramento jurídico do acordo celebrado no âmbito da cessação de funções como vogal da respetiva Comissão Executiva de Alexandra Margarida Vieira Reis, incluindo sobre o montante indemnizatório atribuído.» Fim de citação. Note-se: informação sobre o enquadramento jurídico e a forma como foi calculado o montante indemnizatório.

Tem-se dito nesta Comissão que este foi um despacho de fachada e que bastaria aos Ministros darem respostas às questões efetuadas. Mas tal é falso. Como já aqui disse e como a informação pública comprova, em momento algum não foi explicitado o quadro jurídico ou a forma como os 500 000 € se dividem pelas parcelas em causa: a compensação pela cessação do contrato de trabalho, remunerações relativas a férias não gozadas e a compensação pela cessação antecipada do mandato como administradora.

Estive na reunião porque, tendo validado o valor da compensação, julguei meu dever saber, de viva-voz, as respostas. No início da reunião, o consultor que representou a TAP na negociação expôs o quadro jurídico que sustentava o acordo e como se constituíam as parcelas que totalizavam os 500 000 €. Ora, foi quando se passou da explicação à fase de os presentes na reunião iniciarem a redação da proposta ao despacho do Governo, que eu a devia ter abandonado. Não saí da reunião e esse foi o meu erro, que assumo.

Falta apenas explicar, em toda esta história, uma peça final: a entrada da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis para a NAV. Mais uma vez, não vou detalhar a linha do tempo que esta CPI já conhece, mas sublinhar o que me parece essencial.

Primeiro, não há qualquer relação entre a sua saída da TAP e a sua entrada na NAV. A NAV é uma empresa essencial para o setor da aviação, que estava sem presidente desde 31 de agosto de 2021 e era preciso encontrar uma solução.

Segundo, o primeiro contacto com a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis foi feito depois de eu ter a confirmação de que iria continuar no Governo com a tutela da aviação civil, a 22 de março de 2022. O contacto serviu, na prática, para perceber se a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis ainda estava disponível ou se já se tinha comprometido profissionalmente. O convite para a NAV só foi feito no início de abril, depois da tomada de posse do XXIII Governo Constitucional.

Terceiro, a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis reunia as qualidades que entendíamos necessárias para presidir à NAV: experiência como administradora de uma grande empresa, conhecimento amplo do mundo da aviação, competências de liderança e enorme capacidade de trabalho.

Quarto, comuniquei ao Secretário de Estado das Finanças a nossa escolha quando lhe liguei, dias depois do convite que enderecei à Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, para lhe pedir que as Finanças fizessem a sua escolha de um CFO para o novo Conselho de Administração.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, agradecendo a vossa paciência, vou concluir. Tenho muito orgulho em ter exercido funções no XXII e XXIII Governos Constitucionais. Foram dois anos e três meses de dedicação à causa pública nas áreas que tutelei, em períodos em que a pandemia transformou a área das infraestruturas e dos transportes num inferno.

Se me perguntarem do que mais me orgulho, a resposta é ter participado nas equipas que evitaram a falência da TAP, que fizeram aprovar o plano de reestruturação e que deram início à execução, até aos lucros, três anos antes do projetado.

A reestruturação da TAP é um caso de sucesso e estou convicto de que estes anos ficarão para a história como aqueles em que a TAP quase desapareceu e, com a dedicação de muitos, renasceu. Quem, durante dois anos e três meses, é responsável pelas áreas que tutelei, toma decisões todos os dias. Terei tomado, com o apoio das minhas equipas, milhares de decisões, de pequeno, médio e longo alcance, enquanto, neste cariz estratégico, eram

tomadas pelo e com o Ministro. Desses milhares de decisões, nem todas foram perfeitas. Tal não é possível. Só não erra quem não é chamado a decidir a coisa nenhuma; e quem aspira à decisão perfeita acaba paralisado.

Da imperfeita gestão do processo de cessação de funções da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, tirei consequências. Pedi a demissão do cargo de Secretário de Estado das Infraestruturas. Fi-lo porque entendi que devia assumir a responsabilidade política pela minha intervenção; fi-lo porque sempre pautei a minha atuação pela defesa do interesse público, e defender o interesse público era, naquele momento, proteger o Governo.

As condições para um membro do Governo exercer as suas funções medem-se, desde logo, pelos resultados. Os resultados da TAP, para os quais humildemente contribuí, são excelentes. Mas, tendo em conta o que estava em causa, quis proteger o bom nome do Governo, e proteger o bom nome do Governo, ao máximo, implicava aplicar a mim próprio a sanção política máxima: a demissão.

Termino com uma palavra de agradecimento ao Dr. Pedro Nuno Santos, que me deu a oportunidade de exercer funções governativas, e às equipas dos meus gabinetes, que sempre deram o máximo de si. Desejo a maior sorte à TAP e aos seus trabalhadores. O seu sucesso será também o sucesso do País e dos portugueses.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Hugo Mendes, pelo seu longo depoimento.

Queria agora reiterar o pedido, aos diferentes grupos parlamentares, desta continuidade de cumprimento das boas regras de convivência e de respeito neste relacionamento com cortesia e com civismo político, como sempre tem acontecido. Nesta rotatividade, que é habitual nas nossas Comissões, começaria por dar a palavra ao Sr. Deputado do Chega, André Ventura.



O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento-o mais uma vez. Cumprimento também o Sr. Dr. Hugo Mendes.

Queria começar por lamentar o tom com que se dirigiu a esta Comissão de Inquérito e a forma como o fez. Queria também salientar a sua excelente memória para os factos, que parece não ter existido aquando da saída da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis de funções. Portanto, queria saudar-lhe esse reavivar de memória, que agora parece estar tão vincado e tão forte, mas que aparentemente não o estava nos dias em que Alexandra Reis saiu e em que foi noticiado.

Quando é que informou o Ministro Pedro Nuno Santos do valor que ia ser pago de indemnização à Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Desculpe, Sr. Deputado, podia repetir?

O Sr. **Presidente**: — Paramos o tempo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pergunto-lhe quando é que informou o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos do valor que iria ter como indemnização a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis para sair do Conselho de Administração da TAP.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, antes de responder à sua pergunta, tendo em conta os seus considerandos, a memória que tenho, no dia 14 de junho, cinco meses e meio depois de me ter demitido, é naturalmente mais profunda do que naquela noite em que escrevemos o comunicado de demissão. Acho que toda a gente compreende que aquele comunicado de demissão foi escrito em circunstâncias-limite. Aquilo não foi uma demissão em câmara lenta. Não estávamos para a demitir há um mês ou

há uma semana. Foi uma decisão tomada naquele momento. É um comunicado escrito em duas ou três horas por pessoas que, literalmente, têm informação limitada. Essa informação limitada é a informação que nos permite escrever aquele comunicado.

O objetivo era ser o mais fiel possível face à informação e à memória que tínhamos. Não preciso de lhe explicar, Sr. Deputado, que a memória é limitada. Tenho a certeza de que não se lembra do que é que fez há 10 meses, das mensagens e dos telefonemas que trocou há 10 meses, porque era aquilo que estava em causa.

Portanto, quanto à questão que me pergunta, a resposta está num momento posterior em que há informação a que não tínhamos acesso no dia 28 de dezembro. Viemos a saber mais tarde, ou melhor, eu vim a saber mais tarde, porque o mais curioso é que, repare — e isso eu refiro no meu segundo parecer à IGF —, eu não tinha mensagens. Não posso falar pelas outras pessoas, mas eu não tinha mensagens, das que foram trocadas com todas as pessoas com quem trabalhei, relativas ao XXII Governo Constitucional. Parti o meu telemóvel numa visita que efetuei no porto de Sines, no dia 15 de dezembro. O telemóvel é do Estado, o que sobrará dele estará na posse da Secretaria-Geral da PCM (Presidência do Conselho de Ministros), e, portanto, eu não tinha mensagens relativas a esse período.

A pergunta que me está a fazer tem uma resposta. A resposta é: foi no próprio dia da autorização. Mas sabe quando é que eu recuperei essas mensagens? Quando alguém decidiu partilhá-las com o País nos meios de comunicação social, porque eu não tenho aquelas mensagens do *WhatsApp*.

Portanto, respondendo à sua pergunta, depois desta contextualização da minha parte, foi no dia 2 de fevereiro, às 18 horas e 13 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vamos ver se nos entendemos.

O Sr. Ministro diz, em mensagem para a CEO da TAP, «*The Minister is OK with the deal, please close everything*». Portanto, isto, «*OK with the deal*», imagino que tenha falado com o Ministro e que não tenha inventado estas palavras.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Então, mas o Ministro já explicou isso no comunicado que ele próprio emitiu.

Desculpe, não sei se...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Mendes, eu não vou interromper...

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Tem razão, tem razão.

Não sei se se recorda, podemos reconstituir a *timeline*, mas acho que isso, ao fim de três meses da Comissão de Inquérito, já está mais ou menos estabilizado...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não está!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Estou aqui para contribuir naquilo que sei e naquilo que, na minha memória, onde não tenho dados, me é possível.

O que acontece é que, entre o dia 28 de dezembro e o dia 18 de janeiro, que é quando eu faço o meu primeiro depoimento à IGF, não tenho informações novas, não tenho elementos novos. Os *e-mails* são aquela informação escrita oficial que foi trocada com a TAP, os *e-mails* que fazem parte, creio, do anexo 11 do relatório da Inspeção-Geral de Finanças. Não tenho mais informações.

O que acontece no dia 18 de janeiro às 10 horas da manhã é que vem a ex-CEO da TAP — então ainda era CEO da TAP — a esta Comissão

Parlamentar de Inquérito dizer o que eu sabia, que é que eu tinha dado o *OK*. Eu sabia que tinha dado o *OK*. Aí, não há nenhuma dúvida. Isso está escrito no comunicado do dia 28.

A seguir, às 15 horas, eu vou fazer o meu depoimento na IGF. O meu depoimento da IGF não tem nenhuma informação que colida com a informação do comunicado de dia 28. Não tenho informação nova.

O que é que se passa no dia 19 de janeiro? Passa-se que eu recebo, às 9 horas da manhã, um telefonema do Sr. Ministro a dizer: «Encontrei a mensagem que explica tudo.» É uma mensagem que foi enviada pela chefe de gabinete, para mim e para o Sr. Ministro, com os detalhes do valor indemnizatório e dos benefícios acessórios que estavam em causa. Essa mensagem — como, aliás, a Dr.<sup>a</sup> Maria Araújo já explicou nesta Comissão, quando aqui esteve — num certo sentido, revela tudo. Houve, de facto, uma articulação completa entre nós os três. Não havia memória... Do meu lado, eu não tinha forma de recuperar aquela informação. Ainda bem que o Ministro descobriu porque, se não, ainda hoje estávamos sem saber o que tinha acontecido.

Portanto, o comunicado, eu faço-o nesse dia. A primeira coisa de que eu me lembro, quando recebo o telefonema do Sr. Ministro às 9 horas da manhã, é que tenho de ligar à IGF para fazer um depoimento a aditar o anterior. Ligo ao Inspetor-Geral de Finanças, no final dessa manhã, e digo: «Olhe, aconteceu isto, tenho de fazer uma correção ao meu depoimento.» Creio que o Sr. Inspetor-Geral de Finanças não teve intenção, mas utilizou aqui, nesta audição, uma expressão que, entretanto, se tornou famosa, que é que «houve evolução de pensamento». Não houve evolução de pensamento nenhum, eu tive factos novos. Eu tive factos novos. O Sr. Ministro leu uma mensagem que tinha descoberto. Eu não me lembrei de nada.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado André Ventura pede para parar o tempo?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, talvez o Sr. Secretário de Estado não tenha compreendido a questão, portanto, pergunto se posso repetir a questão.

O Sr. **Presidente**: — Pode explicitar melhor, sim.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não estou a perguntar sobre o relatório, sobre o 10 de janeiro, nem sobre o 15 de janeiro. Estou a perguntar o dia em que o Sr. Secretário de Estado disse: «*I'm fine with this, let me just check with the Minister in a moment. The Minister is OK with the deal, please close everything.*» Acho que os dois percebemos bem inglês.

Não se lembra de ter dito isto? Estou a perguntar-lhe em que dia é que transmitiu isto ao Ministro Pedro Nuno Santos e o Sr. Secretário de Estado está a falar de um depoimento de janeiro. Estou a perguntar quando é que disse a Pedro Nuno Santos: «A indemnização é *OK*, o valor é este.» É isso que eu quero saber, o dia, se se lembrar. Ou então não se lembra que disse isto.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, se percebi bem a sua pergunta, também já respondi. Foi dia 2 de fevereiro, ao final da tarde.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então dia 2 de fevereiro, ao final da tarde, falou com o Ministro, o Ministro disse-lhe que estava tudo *OK*, e diz o Sr. ex-Secretário de Estado o seguinte, noutra mensagem: «*So, in terms of cash, she would only get 500.*» Ela «apenas» ia receber meio milhão? E vem aqui dizer que acha um valor razoável e tal, mas em mensagens diz que acha

pouco, meio milhão? Ela «apenas» vai receber meio milhão. Não se lembra disto? Não se lembrava disto? Teve de ir buscar uma caixa de um telefone que perdeu, que estava em Sines.

Ó Sr. Secretário de Estado, então, quer dizer, fez aqui uma linha do tempo tão rigorosa e não se lembra de ter dito, depois de tanta troca de mensagens, que a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis só ia ficar com meio milhão? São palavras suas: «'Só' ia ficar com meio milhão.»

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, só uma precisão, eu não falei com o Ministro. Foi uma mensagem enviada pela chefe de gabinete. Portanto, não houve um contacto, não houve, digamos, uma chamada telefónica, houve uma troca de mensagens.

Sr. Deputado, percebo mesmo, percebo mesmo, o alarme público quando se fala de 500 000 € que são atribuídos como indemnização a uma administradora.

Mas acho que temos de perceber várias coisas, para que as pessoas se possam colocar, na medida do que é possível, nos sapatos de quem toma uma decisão. Em primeiro lugar, o valor que estava ali em causa era um terço do valor que era pedido e que ninguém nos disse que era ilegal, ou para o qual não havia cobertura jurídica, no início das negociações, que é o tal cerca de 1 milhão e meio de euros. Para isso, obviamente, a empresa não estaria disposta. Esse é o primeiro contexto, estamos a falar de um terço do valor.

O acionista não está em guerra com a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis. Acho que há limites à compressão dos direitos das pessoas, sejam administradores, sejam trabalhadores. E, portanto, naquele caso, pareceu-me um ponto de equilíbrio entre a defesa dos direitos da empresa, a defesa dos direitos da administradora e o que era politicamente admissível.

Sobre os 500 000 €, Sr. Deputado, houve pessoas da TAP, trabalhadores, repito, trabalhadores, que receberam — não sei quantos, não

tenho esse dado, a empresa pode dar — 250 000 € em rescisões por mútuo acordo. Estamos a falar de uma administradora que tinha direito, segundo nos foi apresentado, ao triplo. Estamos a falar do mundo da aviação, que é dos mais bem pagos do mundo.

Quer que lhe diga um valor que acho que nunca foi dito nesta Comissão? Sabe qual era o corte? A Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis ganhava, com os cortes de 30 %, segundo foi decidido pela Comissão de Vencimentos, 245 000 €. Sabe quanto ganhava o administrador equivalente, creio que é engenheiro, o Dr. David Pedrosa? Ela ganhava 55 % do que ele ganhava, e ele ainda tinha direito a um bónus de 1 milhão, na administração privada. E, portanto, ela ganhava 55 000 € brutos — não estamos a falar de líquidos —, antes de impostos. Ela ganhava 55 % do que ganhava o Sr. Doutor, ou Engenheiro, não sei, David Pedrosa.

Acho que este valor nunca tinha sido dito. Quando nos vêm falar de desigualdades salariais, se calhar, esse é um debate que vamos ter mais à frente.

Terceiro, diz-me que não me lembro de 500 000 €. Sr. Deputado, percebo que esta seja uma CPI sobre a TAP e percebo que, num certo sentido, as pessoas às vezes achem que os governantes... embora eu às vezes me sentisse Secretário de Estado da TAP, porque não tinha tempo para mais nada, mas eu tinha outras coisas para fazer. E sabe o que tinha para fazer na altura, também?

Olhe, estava a fechar um acordo com os CTT para a renegociação do contrato que valia centenas de milhões de euros e eu queria evitar aquilo que a empresa queria, que era que o Estado se responsabilizasse por uma parte. Estava a tentar lançar o projeto de cabos submarinos, que não valia 500 000 €, valia 118 milhões de euros. Não valia 500 000 €, valia 118 milhões de euros! E estava preocupado em avançar com o processo de fibra ótica que vai ligar todo o País e que custava 150 milhões de euros.

Sr. Deputado, todos os projetos nas infraestruturas custam muito dinheiro. E não estou a desvalorizar, para os portugueses, o valor simbólico dos 500 000 €.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É simbólico?!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não são simbólicos os 500 000 €, é o símbolo do valor que, aos olhos das pessoas, é gigantesco. Eu compreendo isso. Mas, repare, todos os valores nas infraestruturas e na TAP, que é uma empresa da aviação, são, para o português médio, gigantescos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas o Dr. Hugo Mendes sabia que era a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis que queria renunciar ao lugar e não que estava a ser afastada, exonerada ou demitida?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Ela não pediu a renúncia. Há aqui duas questões que acho importante separar.

Ela envia *e-mail* creio que no dia 28 ou 29 de dezembro, no dia em que o vogal não executivo, José Manuel Silva Rodrigues, renuncia. Esse, sim, renuncia. A Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis não renuncia. Ela colocou o lugar à disposição, mas disse que queria ficar na empresa, porque queria partilhar do projeto.

Ninguém respondeu àquele *e-mail*, um *e-mail* que foi dirigido ao Dr. Pedro Nuno Santos, com conhecimento, porque isto também é importante, para mim e para o Prof. Miguel Cruz. E a nossa posição foi: nós não temos nenhum motivo para lhe responder.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já lá vamos.



Sabia que a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis queria sair, tanto que no comunicado da CMVM o que se transmite é que ela vai abraçar novos desafios profissionais. Portanto, vamos lá tentar aqui não enganar as pessoas. Vocês sabiam que ela queria sair.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então, porque é que se paga uma indemnização a quem é afastado? Quer dizer, ela, querendo sair, não tinha direito a receber nenhuma indemnização. Mas vocês sabiam que ela queria sair. Ou, então, quando viu o comunicado da CMVM, isso não lhe lançou um alerta de que alguém estava a mentir?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então, vamos lá ver. A TAP envia comunicado à CMVM a dizer que a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis vai sair, porque vai abraçar um novo desafio profissional. E o senhor acha normal dizer aqui que não sabe se ela quer sair por ela própria?!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, vamos tentar separar as coisas.

Retirando esse *e-mail*, que é um colocar de lugar à disposição, mas uma manutenção de intenção de continuar ligada à TAP, em nenhum momento — aliás, acho que nem sequer falei com ela em janeiro —, tivemos a informação de que a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis queria sair da TAP. Em nenhum momento! Por isso é que há um processo, por isso é que, quando a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener aborda a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, ela sente que está a ser

despedida e, portanto, inicia um processo de defesa própria, encontrando um representante legal.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Desculpe, não estou a perceber.

Não teve conhecimento do comunicado que foi feito à CMVM por parte da TAP?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — A TAP deu-nos conhecimento, sim, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Penso que não tenho dificuldades de compreensão, logo, isso quer dizer que os senhores viram o que vinha nesse comunicado. Esse comunicado é um comunicado oficial que informa o regulador financeiro de que a Dr.<sup>a</sup> Alexandra Reis decide sair para abraçar outros desafios profissionais.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sim.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E não lhe fez um clique?! Um clique do género «espera aí, estamos a pagar meio milhão a uma pessoa que quer sair por vontade própria para ir abraçar outros desafios profissionais»?!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, não tocámos no comunicado da CMVM. É um comunicado da TAP ao regulador. Eles deram-nos conhecimento.

Deixe-me só dizer isso. Nós somos acusados de coescrever com a TAP os comunicados para a CMVM e outros da empresa. Neste caso, não fizemos nada.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Neste caso!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — É um comunicado da empresa para o mercado. E nós somos acusados de não ter... Ou seja, devíamos ter intervindo. É isso?

Para nós, esse é um comunicado da empresa para o mercado, Sr. Deputado. Nós não nos metemos naquele comunicado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Secretário de Estado, desculpe, uma coisa era dizer que não tinha conhecimento desse comunicado — isso era uma coisa, porque não pode fazer o que não tem conhecimento.

Mas o Governo tem conhecimento de que há uma mentira comunicada ao regulador.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Eu não sei se é uma mentira...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Desculpe, desculpe.

O Sr. **Presidente**: — Vamos tentar não cruzar diálogo e deixar quem está a inquirir perguntar para, depois, com calma, quem está a responder poder responder.

Faça favor, Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Governo tem conhecimento de que há uma mentira no comunicado à CMVM, senão, não fazia sentido pagar esta indemnização de meio milhão! Quer dizer, então, isso era o sonho de todos os que estão aqui nesta sala, ou seja, ir trabalhar para um sítio onde nós, quando quiséssemos sair para ir abraçar novos desafios, receberíamos meio milhão.

O senhor está a dizer-me «não sabíamos, mas, nesse caso, decidimos não fazer nada». Quer dizer, fizeram em não sei quantos outros, mas no de meio milhão decidiram não fazer nada. Que sentido é que isto faz, Sr. Secretário de Estado? Não acha que isto não faz sentido nenhum?!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Vou repetir a verdade. Não sei se faz sentido ou não, desculpe. Mas vou repetir a verdade: foi-nos dado conhecimento do comunicado, e nós não mexemos no comunicado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já sei, já sei.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não mexemos no comunicado. Nós agimos de boa-fé perante as instituições, Sr. Deputado.

Foi a TAP que escreveu aquele comunicado para o endereçar a outra instituição. Foi isto, foi isto que aconteceu. Não nos metemos naquele comunicado. As partes tinham chegado a um acordo, as partes tinham supostamente enquadramento legal, tinham supostamente dado todos os passos societários que era suposto a TAP dar, não o Ministério das Infraestruturas. Era a TAP que tinha de instruir tudo. E a TAP fê-lo. Agora vai dizer-me «aquele comunicado não é fiel». Talvez não seja fiel — de acordo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Talvez!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Nós não nos metemos no comunicado, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Secretário de Estado, desculpe, acho estranho o Governo saber que é mentira e dizer que não se mete quando

isto vai dar origem ao pagamento de meio milhão de euros. Quer dizer, então o senhor sabe que é mentira, mas diz que não se mete por causa de uma questão de não-ingerência?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Desculpe, Sr. Deputado, mas o que é que eu sei que é mentira?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Oh...

O Sr. **Presidente**: — Se me permitem, Sr. Dr. Hugo Mendes e Sr. Deputado André Ventura...

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Eu é que peço desculpa. Não quero...

O Sr. **Presidente**: — Para não sobrepormos muito o diálogo, peço, uma vez mais, que se faça a pergunta e, com a mesma serenidade, se obtenha a resposta para não estarmos a cruzar perguntas e respostas.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. ex-Secretário de Estado, do que conheço, sei que é uma pessoa com uma formação avançada, bastante, e do que eu conheço da lei também penso que tenho um conhecimento avançado, e não era preciso isso para qualquer pessoa perceber o seguinte: se alguém decide sair por sua própria vontade de um espaço onde está a trabalhar, a menos que seja do Manchester United ou do Chelsea, a menos que seja isso, todos os que saem por sua vontade de um trabalho, e muito mais de um trabalho que é pago com o dinheiro dos contribuintes, não tem direito a uma indenização deste tipo. Acho que é em todos os casos assim, quando se trata

de alguém que decide sair por si próprio porque vai abraçar outro desafio profissional.

O senhor sabia que aquilo era mentira, porque, senão, sabia que não podia estar a pagar este tipo de indemnizações, a que deu a anuência política, como disse, não foi anuência técnica, mas política.

Portanto, como é que, sabendo que era mentira, não fez nada? Ou, então, achava que não era mentira, mas, aí, bom, é uma questão...

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Dr. Hugo Mendes.

**O Sr. Dr. Hugo Santos Mendes:** — Este processo foi instruído, negociado, acompanhado, finalizado, foi tudo escrito pelos advogados que representavam as duas partes. Tudo! Não tenho nenhum motivo para achar que ali há alguma mentira. Vai dizer-me: «Mas ela está a abraçar...» Se calhar, é uma formulação que é convencional, Sr. Deputado.

*Risos do Deputado do CH André Ventura.*

Não fomos nós que escrevemos o comunicado.

**O Sr. André Ventura (CH):** — Eu sei disso!

**O Sr. Dr. Hugo Santos Mendes:** — O comunicado foi escrito por quem negociou o acordo. E nós fizemos boa-fé de que aquele comunicado era fiel, e por isso seguiu.

**O Sr. André Ventura (CH):** — «Formulação convencional» é algo que não esperava ouvir nesta Comissão, mas enfim. Acho que também não vamos perceber mais do que isso.

Sr. ex-Secretário de Estado, desculpe, é um juízo apenas, mas acho que não é compreensível o que está a dizer e acho que não tem racional, na minha perspetiva.

Mas faço outra pergunta. Segundo o que disse, não viu nenhuma incompatibilidade, nem viu nenhuma incompatibilidade no acordo que foi feito. Então, mas não sabia que se aplicava o Estatuto do Gestor Público? Não sabia que havia limites, os 12 meses da indemnização? Não sabia que era ela que estava a renunciar e que, portanto, não havia lugar a indenização? Não sabia nada disto?

Quer dizer, tanta ingerência noutras coisas e nesta, que era evidente e do seu conhecimento, não sabia de nada disto? «Ah, foram os advogados, paciência». É assim que o Governo trata das coisas que metem dinheiro público?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, vou pôr o episódio ao contrário.

Imagine que era a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener e a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis que decidiam fazer um acordo sem nenhum apoio jurídico. E, claro, faziam uma asneira qualquer, não é? E as pessoas diziam: «Eh pá, isto, de facto, é uma irresponsabilidade. Elas deviam ter arranjado apoio jurídico, alguém que lhes desse apoio, que evitasse que fizessem uma asneira».

O que elas fizeram foi não dar um passo sem apoio jurídico. Elas não deram um passo sem ter apoio jurídico. Um passo! Não deram um passo sem ter apoio jurídico.

E, portanto, estamos a ir por um caminho, Sr. Deputado, em que, aparentemente, as pessoas e os ministros têm de ser doutorados em Direito. Sei que é um raciocínio *ad absurdum*, mas, repare, as entidades têm apoio jurídico precisamente para que as pessoas que têm cargos de liderança e outro tipo de responsabilidade, seja executiva, seja política, não tenham elas

também de ser peritas no Direito. O que é que as pessoas têm de fazer? Têm de se munir dos recursos. Foi o que aconteceu. Foi o que aconteceu! Ambas as partes, a primeira coisa que fizeram, quando partiram para um processo negocial, foi cada uma arranjar o seu representante legal.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Secretário de Estado, sem dúvida. Só que não se trata do apoio jurídico, trata-se de uma mentira, e o Sr. Secretário de Estado sabia que era mentira, porque estava a pagar uma indemnização.

Em todo o caso, há uma questão que me faz também alguma confusão: em 2021, a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis contactou o Governo para sair. Queria sair por sua própria vontade, quando houve a mudança da administração privada. Na altura, disse o Dr. Hugo Mendes que «não havia razão para substituir Alexandra Reis, estavam muito satisfeitos com o seu trabalho». Então, alguém que estava tão satisfeito com o seu trabalho, deixa-a sair uns meses depois?! Ela queria sair a custo zero e sai com meio milhão? Sr. Secretário de Estado, não é uma questão de ser doutorado em Direito, é uma questão de ser doutorado em bom senso e em gestão de dinheiro público.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, Sr. Deputado, porque percebe que há aí uma diferença, não é?

A diferença é que não está em causa, nem nunca esteve, a competência e a qualidade da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis. O que está em causa é que, no dia 4 de janeiro, há uma reunião em que a líder da equipa à qual a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis pertence — e a quem responde, já agora — pediu, por motivos de desalinhamento estratégico, não sei mais do que isto, para substituir uma vogal. Aquela vogal não tinha sido escolhida pela Eng.<sup>a</sup> Christine Widener e o Ministro entendeu que seria um apelo legítimo e, portanto, disse à Eng.<sup>a</sup>



Christine Widener para ela iniciar o processo de substituição da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis.

Repare na diferença, e deixe-me complementar. A partir deste momento, já não estamos, estamos a falar... Vai dizer: «Ah, mas a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis podia ter saído a custo zero». Estamos a falar de dois motivos diferentes, num espírito muito diferente. Uma coisa é a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis que se presta a sair porque o seu acionista desapareceu; outra coisa é a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis sair porque há um desalinhamento estratégico com a pessoa que lidera a equipa dela, porque ela não queria sair. E isto, para nós, faz toda a diferença. Toda a diferença.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Secretário de Estado, então, se houve uma reunião em que a CEO da TAP disse que havia desalinhamento e que ia afastar aquela vogal, está a dar-me razão de que, quando foi feito o comunicado, o senhor sabia que o comunicado era mentiroso, porque estava a dizer que ela renunciou porque ia abraçar outro desafio profissional. E, portanto, está a dar-me a razão. Se houve essa reunião, mais razão me está a dar.

Houve uma reunião em que a CEO da TAP disse «não quero esta senhora mais aqui, portanto tem de se ir embora». Pode acontecer com qualquer um de nós em qualquer trabalho. O que não pode acontecer é depois sair um comunicado para o regulador a dizer que ela renunciou por vontade própria para abraçar outro desafio. Portanto, o senhor sabia que ela estava a mentir.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, mais uma vez, não tenho mais nada a dizer sobre o comunicado da CMVM. O comunicado da CMVM não foi escrito por nós.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas conhecia-o!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Ele passou por nós e nós dissemos «é para seguir», porque nós não temos nada a ver com esse comunicado. Foi um comunicado escrito pelos advogados, pelas partes que negociaram, acompanharam, concretizaram, fecharam um acordo e terão escrito, até, o comunicado da CMVM, eventualmente.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, teve conhecimento.

O comunicado passou pelo seu Ministério e por si. Acha que não há nada a dizer, mesmo sabendo que ele não corresponde à verdade. Então, deixou-o seguir porque foi feito por advogados. Estou a compreender bem? É isto?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Está a compreender, Sr. Deputado, que nós não tocámos no comunicado porque ele, aos nossos olhos, refletia o que tinha sido um acordo entre as partes.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas não refletia a reunião em que o senhor esteve! Se alguém disser que estou desalinhado e tenho de sair, não estou a renunciar por minha vontade.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Mas eu não sei se a Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis não ia abraçar outras propostas profissionais.

*Risos do PSD e do CH.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas sabia que não renunciou.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Nós não nos inteirámos, não tocámos no enquadramento jurídico, Sr. Deputado. Não tocámos no enquadramento jurídico. Nunca nos foi explicado... A nossa participação...

Percebo que não vá perceber e podemos concordar em discordar. Mas a nossa participação foi para dar anuência política àquele valor. A nossa intervenção terminou no dia 2 de fevereiro, às 18 horas e 15 minutos. Quanto ao resto, são atos da TAP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sendo um ato da TAP para o regulador financeiro, representa e vincula uma empresa que é tutelada pelo Estado. E não lhe pareceu razoável dizer «alto lá, isso é mentira, é falso, estamos a cometer um crime»?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — A empresa é responsável pelos seus atos, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Governo tutela a empresa, acho que o Governo é corresponsável também.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, é o princípio de responsabilidade dos administradores.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Secretário de Estado, há uma questão que tenho de lhe colocar, porque é uma questão que vai mais além. No dia em que se soube disto, o Governo em que participava, isto é, as Finanças e as Infraestruturas fazem um pedido de esclarecimento. E, depois, é o senhor que ajuda a responder a esse pedido de esclarecimento. Desculpe, isto é uma burla. É uma burla.

Os senhores fazem um pedido de esclarecimento e ajudam a dar esse pedido de esclarecimento. Com um único objetivo: enganar-nos e enganar quem está a escrutinar. Verdade ou mentira?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Mentira, Sr. Deputado. Eu já expliquei o porquê de ter estado nessa reunião. Repare, podia nem ter estado nessa reunião. Sabe o que é que podia ter feito e não fiz, porque nunca falei com a pessoa em causa? Podia ter ligado ao Dr. César Sá Esteves e ter perguntado: «Olhe, explique-me lá, então, como é que vocês fizeram isto?». Nunca falei com ele pessoalmente. E, portanto, quando é marcada a reunião, eu acho que devo ser esclarecido. Acho que devo ser esclarecido sobre o que se passou, nomeadamente: como é que é possível terem feito aquele acordo e estarem agora em causa duas questões que foram colocadas pelo despacho do Governo, que é como se constituiu o valor indemnizatório e qual é exatamente o enquadramento jurídico? E é para esse objetivo que estou na reunião, para tentar perceber.

Como também já disse, admito que, a partir do momento em que se passa da fase da explanação e da exposição à fase em que a empresa começa a redigir, eu devia ter saído, sem dúvida. Sem dúvida. Já o admiti.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Devia ter saído, mas não saiu. E, portanto, o que devemos concluir é que o Governo pediu esclarecimentos e esclareceu-se a ele próprio, dando à opinião pública uma imagem que não correspondeu à verdade. Desculpe, é uma burla, verdadeiramente. É uma burla à opinião pública.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não vi a versão final. Só vi a versão final...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Burla à opinião pública!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, não, isto é importante. Eu não conheço a versão final, ou melhor, conheci a versão final do comunicado quando ele saiu. Repare que estamos a falar do dia 26 de dezembro. A TAP entregou ao Governo o comunicado no dia 27 de dezembro. A TAP terá continuado a trabalhar no comunicado. Eu não estive presente em mais nenhum momento.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Secretário de Estado, era como se eu e o Sr. Secretário de Estado tivéssemos combinado o que íamos hoje aqui dizer, as perguntas e as respostas, o senhor saía 5 minutos antes e não via a versão final.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não foram 5 minutos, foi um dia.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, nesta reunião, o Governo articulou o que é que tinha de dar ao seu próprio esclarecimento, tenha visto a versão final ou não. Quero perguntar-lhe se acha que essa é uma prática adequada.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, não é uma prática adequada, e já me demiti por causa disso.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Secretário de Estado, vamos ver se conseguimos entender-nos em algumas coisas. O senhor reconheceu, há bocado, que esteve nesta reunião. Não vale a pena falarmos mais no comunicado da CMVM, porque já vi que não vamos chegar aí. Mas sabemos, sim, que alterou o seu depoimento à Inspeção-Geral de Finanças. No entanto,

há uma coisa extraordinária: o seu depoimento inicial é exatamente igual ao de Pedro Nuno Santos naqueles factos. E, portanto, depois, quando o vai mudar, fá-lo porque descobrem as tais mensagens. Esteve alinhado com o Ministro Pedro Nuno Santos quando foram fazer o depoimento à Inspeção-Geral de Finanças?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, estamos alinhados com os factos que são novos e que são novos para os dois. Estamos alinhados na verdade.

Se há um documento que aparece que explica uma coisa que antes não sabíamos, é óbvio que estamos alinhados, a não ser que cada um queira dar a sua versão de um facto. Ele descobre uma mensagem que explica o que se passava, ele partilha a mensagem comigo. Espera o quê? Que cada um dê a sua interpretação da mensagem? Não sei o que é estar alinhado. Eu não estava alinhado com ele, eu estava alinhado com o facto novo que tínhamos encontrado e que eu, neste caso, tinha de reportar à IGF.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas não preparou com ele esta audição na Inspeção-Geral de Finanças?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — O que é preparar uma audição, Sr. Deputado?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ir ter com ele, falar com ele... vocês sabem bem o que é preparar uma audição.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Preparar uma audição? Não, não preparei audição com o Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Falou com o Ministro Pedro Nuno Santos antes de ser ouvido na Inspeção-Geral de Finanças?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Falei... Em que dia? É que eu falei duas vezes.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nos dias anteriores à sua ida à Inspeção-Geral de Finanças.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Ó Sr. Deputado, eu sou amigo do Dr. Pedro Nuno Santos, falo com ele com regularidade, quer dizer...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pergunto se falou com ele sobre o que ia dizer.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sobre o que ia dizer à IGF? Em qual deles? É que há dois momentos muito diferentes. No primeiro, não me lembro de ter falado com ele. No segundo, é óbvio, porque o segundo é espoletado pela mensagem que ele encontra às 9 horas e me comunica às 9 horas do dia 19 de janeiro.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para o primeiro depoimento não fala com Pedro Nuno Santos? Ou seja, não fala com ele antes desse depoimento?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, terei falado com o Dr. Pedro Nuno Santos. Não foi para combinar o que ia dizer. Eu ia dizer o que sabia da minha memória.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Falou com o Dr. Pedro Nuno Santos antes da ida, pela primeira vez, à Inspeção-Geral de Finanças?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, Sr. Deputado, articulei com a minha memória e com a verdade, que era o que eu tinha à mão.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Há pouco, disse que era ridículo, até, dizer que se queria impedir de falar com as Finanças. Porém, o que parece hoje era isso, que queria impedir que houvesse qualquer outro contacto com as Finanças.

Já que havia tão boa articulação com as Finanças, quero perguntar-lhe se transmitiu às Finanças a indemnização que ia pagar à Alexandra Reis.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, já disse que não. O Prof. Miguel Cruz também já disse que não. Não há nenhuma dúvida empírica sobre esse facto. O Prof. Miguel Cruz até utilizou uma hipérbole: disse que deixou de falar comigo no dia 31 de dezembro de 2021. Não deixámos de falar, enfim, mas passámos a falar muito menos, porque, como eu disse, 95 %, para não dizer 99 %, das nossas interações eram dependentes da aprovação do plano da TAP e não vou dizer que a nossa interação tenha cessado, mas praticamente cessou.

Mas eu também já admiti: por uma questão de cordialidade, de respeito institucional, por boa articulação, e eu tive sempre uma boa relação com o Prof. Miguel Cruz, eu devia ter-lhe comunicado aquele caso, sim.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Do que é do seu conhecimento, de quem é que partiu a intenção de alterar a viagem do Sr. Presidente da República no caso que referiu?



O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Isso gostava eu de saber, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não ouvi.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Gostava eu de saber, Sr. Deputado.

Sobre esse caso, deixe-me dizer-lhe uma coisa. Sou o primeiro interessado em que esta Comissão, que tem poderes especiais, descubra de onde é que veio isso. Sou mesmo o primeiro interessado. Sabe porquê? Para que não paire sombra de dúvida de que foi alguém, eu ou alguém do Ministério das Infraestruturas, que fez tanto esse pedido como o pedido de janeiro. Eu sou o primeiro interessado, portanto peço, com veemência, que descubram isso.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, já que vamos fazer um requerimento, peço que a Top Atlântico envie a esta Comissão a origem do pedido,...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Bernardo** (PS): — Já responderam!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não, a origem, de onde vem inicialmente o pedido para alterar a viagem, de modo a saber se houve alguma origem institucional.

E tenho de lhe dizer uma coisa, Sr. Deputado. Diz que hoje fez ali um comentário de que não se orgulha. Não, o senhor estava disposto a prejudicar 200 pessoas para um mero exercício de favor político, porque queria o favor político do Presidente da República. É isso que deriva da sua comunicação. O senhor estava disposto a sacrificar 200 famílias que tivessem, ainda por

cima, de viajar de um país distante para achar que agradava ao Presidente da República, de tal forma que o Sr. Primeiro-Ministro veio dizer que o *e-mail* que envia é gravíssimo e que obrigaria a retirar consequências.

Olhando hoje para estes factos, pergunto se acha normal, se acha razoável, se não mostra um padrão de alguma degradação institucional, quando um Secretário de Estado diz à CEO de uma companhia que a sua intenção era a de dizer que, sim, vamos mudar uma viagem de 200 pessoas para agradar ao Presidente da República. Isto para ele não vos prejudicar o vosso trabalho. É a degradação total! É o grau zero do relacionamento institucional e da credibilidade institucional da política. E foi isso que o senhor fez, desculpe, foi isso que o senhor fez! Não há outra forma de o dizer. Não foi só um comentário desagradável, foi a tentativa de usar uma instituição para ter favor político.

O Sr. **Presidente**: — Dr. Hugo Mendes, faça favor.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, temos um conceito diferente do que é a palavra «padrão». Padrão é uma coisa que acontece várias vezes, que é, aliás, a regra. E não há regra, não há padrão aqui nenhum. Por isso é que só há um caso. Só um.

Dito isto, não dei nenhuma instrução, eu emiti uma opinião, que já disse que foi infeliz, porque eu emitia várias... Eu falava muitas vezes com a Eng.<sup>a</sup> Christine, que é uma pessoa que não é portuguesa, que veio parar a uma empresa que estava sob brasas, do ponto de vista político, e conversávamos muitas vezes sobre o impacto político da TAP. Aquele comentário não é sobre um comentário da política portuguesa. Eu não comentava propriamente a política portuguesa com a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener. Foi um comentário infeliz, olhe, podia ter sido uma conversa de corredor, podia ter sido uma chamada, foi um *e-mail*. Foi errado. Foi errado.

Não representa uma instrução e não representa, de modo algum, um padrão. Não pode, não é um padrão, porque senão o Sr. Deputado tinha encontrado mais exemplos. E, se os encontrar, vai ver que nós não estamos lá.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora a palavra à Iniciativa Liberal, ao Sr. Deputado Bernardo Blanco. Faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco (IL)**: — Sr. Presidente, só queria dar uma nota rápida. Nós já pedimos duas vezes à Top Atlântico as respostas e a última que chegou à Comissão foi a dizer que não foi iniciativa da Presidência, mas sim da agência de viagens, para, vamos dizer, tentar prestar o melhor serviço ao cliente, se bem que, nas próprias comunicações, também se diga que se falou antes telefonicamente. Por isso, quer dizer, acho que na prática nunca teremos a certeza absoluta, mas confiamos, obviamente, com boa-fé na resposta da agência.

Começo por cumprimentar o Sr. Dr. Hugo Mendes.

Ao longo desta Comissão, fomos percebendo que já houve mais casos parecidos com o de Alexandra Reis e eu pergunto se no Ministério das Infraestruturas deram autorização a mais algum pagamento de saída ou pergunto de quais é que estavam a par, mesmo não tendo dado autorização.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Desculpe, mas pagamento de saída de administradores? Não. Não demos autorização e que eu saiba não aconteceu.

O Sr. **Bernardo Blanco (IL)**: — Mas não estavam a par de mais nenhum?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não estávamos a par de mais nenhum.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Alguns desses já se tornaram públicos, como o de Fernando Pinto, Maximilian Urbahn... Não estava a par de nenhum?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Tomei conhecimento desses casos quando eles foram tornados públicos nesta Comissão, porque isso dizia respeito à gestão privada. E, olhe, eu entrei no dia 17 de setembro de 2020 como Secretário de Estado. Um mês antes, a BCG, Boston Consulting Group, tinha começado a fazer o plano de reestruturação na TAP. Portanto, o meu foco era o futuro, não era a história da empresa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo.

Mas, de 2019 a 2022 — por isso o período da tutela de Pedro Nuno Santos, e o senhor era chefe de gabinete e depois passou a Secretário de Estado —, pelo menos 13 administradores receberam 8,5 milhões de euros. Por isso, Alexandra Reis é apenas 5 % disto.

Tendo em conta que o Governo diz que recuperou o controlo estratégico da TAP, tendo em conta que é acionista e tem não só direitos, mas também deveres, pergunto-lhe: como é que nunca souberam disto? Os administradores do Estado na TAP também nunca vos falaram de nenhuma destas situações?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, recuperar o controlo estratégico não significa que se conheçam determinadas práticas de que viemos a saber. Isso são práticas, imagino, de gestão executiva. Nunca ninguém nos alertou para este tipo de situações. Não sei qual é o grau de

conhecimento que os administradores do Estado tinham desta situação. Tem de lhes perguntar a eles. O que me reportavam, enfim, o que se dizia, ou melhor, não gosto de dizer esta expressão, aquilo de que o Dr. Miguel Frasquilho, como *Chairman*, muitas vezes se queixava era de que havia pouco reporte de informação da Comissão Executiva e era difícil, por vezes, eles exercerem alguma fiscalização do trabalho da Comissão Executiva.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu percebo isso, mas o Estado, enquanto acionista... Quer dizer, não estamos propriamente a falar de pouco dinheiro. Houve 296 pessoas a receber mais de 100 000 € no momento da saída. Temos cerca de 40 milhões de euros e, sensivelmente, 10 milhões de euros são destes 14 administradores, 13 deles deste período de 2019 a 2022.

Por isso, acho que, se formos ao fundo de cada um destes casos, em vários deles teríamos situações como esta da Alexandra Reis, que espoletou isto tudo.

Percebo que não acompanhou, noto isso. Amanhã, obviamente, perguntaremos a Pedro Nuno Santos também, porque fizemos esta Comissão de Inquérito, em parte, por 500 000 € e, do nada, há aqui muito mais dinheiro do que isso.

Gostava de lhe perguntar, relativamente ao tema do voo, só para terminar, se houve, do seu conhecimento, mais casos de pedidos de alteração de voos para outros políticos.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Eu não tive conhecimento de mais nenhum caso.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sobre o caso de Alexandra Reis, depois do *e-mail* de fim de dezembro, houve a tal reunião do dia 4 de janeiro,

em que a CEO vos dá conta de que quer reorganizar a equipa e tirar Alexandra Reis. Depois disso, há vários *e-mails* e múltiplas mensagens.

No dia 18, há uma proposta, um organigrama, que a CEO envia e o Sr. ex-Secretário de Estado responde: «Muito obrigado, Christine. Vou olhar para isto e discutir com o Ministro.»

Gostaria de saber se chegaram a discutir isto e, se sim, o que é que disse o Ministro.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não me recordo. Creio que não. Creio que não consegui mesmo, porque o Ministro, nessa altura, já tinha partido para a campanha eleitoral.

Mas deixe-me dizer uma coisa: esse exercício da CEO, de nos mostrar a nova estrutura, ela não tinha de o fazer. Ela não o fez em junho. Ou seja, a reorganização dos pelouros é um papel, é um trabalho da própria CEO. A empresa e a Comissão Executiva em concreto organizam-se como entendem.

Ela foi cordial ao mostrar-nos. A nós, pareceu-nos bem. Não emiti opinião. Era o que faltava eu dizer «não, este pelouro deve estar aqui e não ali». Ela fez isso. Naquele momento, senti que queria partilhar connosco aquela informação, talvez porque estava associada à saída da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis. Mas, repare, não havia nenhuma obrigatoriedade. Ela não o fez, quando iniciou funções no mandato, em junho de 2021.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Nessa recuperação do histórico de mensagens de que já nos falou, o que é que concluíram, afinal, que tinha transmitido ao Sr. ex-Ministro Pedro Nuno Santos?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Que, no dia anterior, no dia 1 de fevereiro, quando há uma proposta firme por parte da representante da Alexandra Reis e me pareceu que a TAP estaria interessada em aceitar, eles

nos perguntaram o que achávamos. Pus à consideração do Sr. Ministro e ele achou que era muito elevado, daí a minha mensagem para pedir para baixar.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — É que, mesmo no segundo depoimento que dá à IGF, e também nos esclarecimentos que depois tornaram públicos, fala só dessa mensagem da autorização. Mas, das comunicações a que a Comissão teve acesso entre a CEO e o Sr. ex-Secretário de Estado, há essa troca de mensagens, supostamente, entre si e o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, já a falar dos valores, do medo da perceção pública em relação aos valores, a pedir para baixar os valores, a falar das férias, etc.

Mas tudo isso não nos foi dito, quer dizer, não foi dito ao País, aquando dos esclarecimentos que foram dados, mesmo na segunda vez.

Isso foi porque só encontraram estas mensagens depois, numa terceira vez? Foi isso?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Eu acho que o Sr. Deputado Bernardo Blanco não estava cá quando eu expliquei o que aconteceu.

Eu não tinha, nem tenho hoje, no meu telemóvel...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não, eu estava cá!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Eu soube dessas mensagens, ou parte delas, pela comunicação social. E as coisas fazem sentido. Ou seja, reconstruo retrospectivamente aquelas 24 horas antes, em que, de facto, houve uma interação e uma diferença entre os 630K e os 500K, com uma questão colocada ao Ministro pelo meio.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu estava aqui e ouvi tudo. A questão é: quem encontrou a mensagem foi o Ministro Pedro Nuno Santos, não?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não estamos a falar da mesma mensagem.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Encontrou a mensagem da autorização.

Todas estas mensagens também foram trocadas entre si e o Ministro Pedro Nuno Santos.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Em plataformas diferentes. Repare: as mensagens que eu tinha trocado com a Eng.<sup>a</sup> Christine não troquei com o Ministro Pedro Nuno Santos. Eu terei falado com ele ao telefone, porque não tenho registo dessa mensagem do dia 1 de fevereiro.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Provavelmente ou telefonicamente, ou verbalmente, daí dizer-nos então que não tem esse registo. Assim, também penso que ficamos a perceber melhor.

Relativamente à avaliação legal, digamos assim, da situação jurídica, podemos também presumir que confiaram naquilo que foi feito pelos advogados.

Queria perguntar-lhe porque é que, no comunicado do dia 29 de dezembro, dizem que os serviços jurídicos da TAP acompanharam todo o processo.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Porque era a prática corrente, Sr. Deputado.



Eu percebo a pergunta, percebo a dúvida e percebo a comoção política que isso gerou nos dias seguintes, mas, quando estávamos a escrever aquele comunicado, partimos do princípio de que a CEO, para além do trabalho de *front office* e de negociação direta que estava a ser assumido pelo escritório de advogados, tivesse pelo menos algum acompanhamento de *back office* por parte dos serviços jurídicos da TAP, porque era assim normalmente que eles funcionavam, mesmo quando havia uma participação de um escritório de advogados.

Dirá «a presunção estava errada», mas não íamos ligar às 11 horas da noite para a TAP para confirmar se foi... Por isso é que, há pouco, aludi à forma como foi construído aquele comunicado. Nós não tivemos propriamente três dias para validar a informação, para ver se estava tudo bem escrito. Aquilo é um comunicado que se presta à existência de imperfeições e lapsos e isso, enfim...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo. O que eu acho é que, quando se envolvem diretamente pessoas, há que ter um bocadinho mais de responsabilidade, digamos assim.

Para além desse ponto, que, claramente, não é verdade, também o ponto seguinte, onde se diz que o Ministro só teve conhecimento dos termos do acordo agora — isto é, naquela altura — podemos confirmar aqui que não era verdade. Depois, reconstruíram a linha do tempo e perceberam que, afinal, o comunicado estava errado. Correto?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Estávamos a trabalhar naquele momento com a informação institucional que existia, que eram os *e-mails* trocados entre a TAP e o Ministério das Infraestruturas, e com a informação que conseguimos recolher e lembrar-nos entre nós. Estávamos várias pessoas a construir o comunicado e a tentar reconstituir o que se tinha passado. Três

peessoas ali eram críticas: eu, o Ministro e a chefe de gabinete. Foi aquilo de que nós nos conseguimos lembrar naquele momento, no comunicado escrito, nas condições que já descrevi.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A seguir a isso, o Ministro das Finanças e o Ministro das Infraestruturas emitem, então, o tal despacho a pedir esclarecimentos à TAP e já nos disse que não lhe pareceu correto, e admite esse erro, ter participado na elaboração das respostas.

Pergunto-lhe sobre um passo anterior a esse. Para quê aquele número público? Porque é que, simplesmente, o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado não falaram com a TAP? Porquê este número público de pedir esclarecimentos sobre algo, na prática, a fingir que ninguém sabia de nada, quando pelo menos, minimamente, alguma coisa sabiam que sabiam, senão, depois, não se tinham demitido. Porquê este número público?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, acho que está aí a misturar vários passos, vários momentos que são próximos no tempo, mas a sequência não está inteiramente correta, parece-me.

O caso surge creio que no dia 24 de dezembro, na capa do *Correio da Manhã*. É óbvio que o Ministro me pergunta do que é que eu me lembro, e eu reporto-lhe do que é que eu me lembro. Nós tentámos perceber imediatamente o que é que se passava, não conseguimos reconstruir as coisas.

A partir desse momento, há uma decisão do Governo em querer formalizar o pedido, na medida em que não havia respostas informais que respondessem ao vazio da resposta.

Imagine que eu estava na posse da informação plena, para prestar ao Ministro das Infraestruturas e ao Ministro das Finanças. Seria justificado, mesmo assim — depois somos tantas vezes acusados de informalidade —,

que a empresa produzisse um comunicado, mesmo que, informalmente, os membros do Governo soubessem. Seria justificado que o Governo pedisse à empresa «expliquem-nos lá como é que isto foi feito?». Não é de boca a boca. É: «Escrevam lá como é que isto foi feito.» Isso parece-me um procedimento perfeitamente normal, portanto, nunca seria de fachada. Nunca seria de fachada, Sr. Deputado. Esse é o meu entendimento.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Confirma que a versão final do comunicado ficou com alterações sugeridas por si?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Lembro-me de ter — há um *e-mail* — perguntado se não devíamos recordar que a Alexandra Reis era também trabalhadora da empresa. Foi essa a sugestão que fiz.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Só para dar uma nota, já agora, em relação àquilo que tinha respondido há pouco: depois, a versão final do comunicado — não tenho a certeza absoluta se já não estava nessa sequência de *e-mails*, mas assumo que sim — foi enviada já no final da noite e, depois, a versão completamente final foi enviada na manhã seguinte. Por isso, também não foi assim uma distância de dias tão grande.

Disse há pouco que havia um grande acompanhamento com a Administração, inclusive com o Dr. Manuel Beja, mas o *Chairman* esteve aqui e disse que tinha tentado falar várias vezes, até tentado partilhar a sua visão, com a tutela setorial, quer com o ex-Ministro, quer com o ex-Secretário de Estado, mas não teve recetividade.

Pergunto-lhe porquê e se isto não entra um pouco em contradição com o que disse.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Desculpe, só para voltar um bocadinho atrás, é verdade que, em relação ao comunicado, não passaram vários dias, passou um dia. Só senti necessidade de referir esse elemento porque, entre um dia e o outro, o comunicado pode ter sido alterado, compreende? Eu não conheço o trabalho que foi exercido sobre a TAP naquelas 24 horas ou 18 horas após eu ter abandonado a reunião, após eu me ter retirado do processo.

Agora esqueci-me da sua pergunta, desculpe...

Ah! O Dr. Manuel Beja. Deixe-me pensar como é que eu vou abordar esta questão.

O Sr. **Presidente**: — Tem todo o tempo.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — O Dr. Manuel Beja reportou — recordo-me de várias vezes — alguma dificuldade em falar com o Ministro Pedro Nuno Santos.

Há aqui um ponto importante, que é: eu tinha delegação de competências em relação a todas as empresas públicas e 95 % das comunicações das empresas públicas e entidades que tutelávamos eram feitas comigo, não com o Ministro, a não ser que se tratassem questões que eu achasse fundamentais e que não devia ser eu a resolver, ou, pelo menos, a dar uma resposta final, como, por exemplo, a composição de órgãos sociais. Aí, disse ao Dr. Manuel Beja «administradores é com o Ministro», quando ele falou dos não executivos.

Repare: o padrão era que os presidentes da NAV, das administrações portuárias, não falavam diretamente com o Ministro. Eu não sei se o Dr. Manuel Beja tinha o entendimento de que ele devia falar com o Ministro e não com o Secretário de Estado, mas eu estive sempre cá. Aliás, creio que têm as mensagens enviadas pelo Dr. Manuel Beja. Eu estive a tentar

recuperar as que tinha. Eu acho que 90 % das mensagens é nós a combinarmos reuniões, porque, sempre que ele queria falar comigo, eu estava disponível, sempre. Nunca neguei uma reunião com o Dr. Manuel Beja, nunca. Agora, admito que ele tivesse interpretações diferentes, de que ele devia ter mais contacto com o Ministro, mas eu não posso responder pelo Ministro. O Ministro está cá amanhã, ele reportará o seu entendimento sobre a relação com o *Chairperson* da TAP.

O que eu posso dizer é que estive sempre... É a política da porta aberta ou do telefone ligado. Sempre que o Dr. Manuel Beja queria falar comigo, eu falava com ele. É que é mesmo sempre.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Quanto à sua relação com a CEO, deu-nos, há pouco, mais algum contexto sobre aquela famosa mensagem.

Gostaria de lhe perguntar se isso foi uma iniciativa sua, ou se foi indicação do ex-Ministro Pedro Nuno Santos que dessem essa orientação à CEO, para só falar com o Ministério das Infraestruturas.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Desculpe, qual mensagem? Ah! Pensei que fosse a do voo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não, não. É a mensagem de o Ministério das Infraestruturas ser a única porta de entrada, para não falar com outros ministérios, etc.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, eu tentei explicar o circuito do Governo, como é que um Governo funciona e para que serve uma relação de tutela.

Por acaso — agora não quero estar aqui a personalizar —, temos nesta sala pelo menos uma pessoa, o Sr. Presidente, que já foi Secretário de Estado

da Saúde. Eu nunca me dirigiria a um administrador hospitalar sem pedir autorização, nem o inverso aconteceria.

As tutelas existem para isto mesmo. Os Ministérios que tutelam as empresas são, se quiser utilizar esta metáfora, as portas de entrada. Caso contrário, tudo se transforma numa confusão gigantesca, que é as entidades a lidar com o Governo em geral. Era termos a Agricultura a falar com alguém dos Negócios Estrangeiros, ou termos uma empresa da Defesa a falar com as Infraestruturas. Isso não funciona assim.

Compreendo que, sem nenhuma intenção de fugir aos procedimentos... A Eng.<sup>a</sup> Christine era uma pessoa vinda do setor privado, profundamente pragmática, ativa, queria resolver os problemas. E ela, às tantas, achou que não queria perturbar a minha agenda e começou a dirigir-se aos Ministérios de forma direta. Essa não era a forma de agir. Eu tentei explicar-lhe várias vezes e ela, mesmo assim, repetia o erro.

Aquela mensagem é quando, já depois de aquilo ter sucedido quatro ou cinco vezes, eu disse, «Christine, já chega, já chega!» Porque eu não posso continuar a ser questionado pelos meus colegas de Governo, que dizem, «Ah, sobre a TAP, há este problema...» Eu ficava a olhar para eles e dizia, «Desculpe, mas eu não sei a que se está a referir.»

Portanto, a TAP tinha de nos informar. Aquela reunião com o Trabalho, que está em causa, eu nem sequer estive nela. A reunião acabou por acontecer, creio que no início de setembro de 2022. Eu não estive nela. Eu não tinha de estar em todas as reuniões, mas o Ministério das Infraestruturas tinha de estar. E um adjunto do Sr. Ministro esteve presente nessa reunião, para que pudéssemos acompanhar, ainda por cima, uma dimensão laboral, que tinha a ver com os acordos da empresa, e que era só o dossiê mais importante que tínhamos na nossa relação com a TAP ao longo de 2022.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas aí também houve vários governantes, então, a incumprir esse circuito e essa boa gestão.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, eu não vejo um incumprimento, eles reportavam-me, vinham-me dizer.

Havia uma CEO de uma empresa pública que vinha falar com eles: se calhar atendiam-lhe o telefone ou falavam com ela, por uma questão de boa educação ou cordialidade, não é?

Mas depois reportavam a mim, vinham-me dizer, «Olhe, a TAP veio falar comigo.» E faziam-no bem. Não eram eles que estavam em falha nos procedimentos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo.

Sobre a ida de Alexandra Reis para a NAV, a mesma disse aqui, na Comissão, que o convite inicial tinha sido informal e anterior à tomada de posse, e o Sr. Dr. Hugo Mendes tinha dito que o processo só tinha sido iniciado depois da tomada de posse do Governo. Gostaria de saber em que é que ficamos.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Foi exatamente como foi dito e como hoje li aqui.

Há dois momentos. Há um momento em que eu não a convido, primeiro porque não tenho legitimidade, não me sinto com legitimidade para o fazer, porque o Governo ainda não tomou posse.

Deixe-me só fazer um pequeno enquadramento, porque ajuda também a explicar outras questões.

O Deputado Bruno Dias — não sei, não quero esgotar a conversa que possamos vir a ter mais daqui a pouco — disse que havia um conjunto de empresas que estavam com os conselhos de administração por preencher.

Porquê? Porque, no dia 27 de outubro, o Governo caiu. E nós autolimitámo-nos a resolver um conjunto de problemas que havia de vários conselhos de administração que estavam ou fora de mandato, ou incompletos.

Das quatro administrações portuárias, três estavam nessa posição, e nós autolimitámo-nos. Passámos meses e meses à espera — ainda por cima houve aquela questão do voto dos imigrantes, etc., que prolongou este período de espera. Na prática, entre 27 de outubro e 1 de abril — desculpe, estava a falar consigo e comecei a olhar para o Deputado Bruno Dias, mas é ao Sr. Deputado Bernardo Blanco que estou a responder —, tivemos um período longo em que nos autolimitámos na resolução do problema dos conselhos de administração. Portanto, resolvemos esperar para fazer o convite oficial quando tomássemos posse.

Numa primeira abordagem eu queria, sobretudo, e antes de mais, saber se a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis estava no mercado, porque se não estivesse no mercado, se já tivesse encontrado uma solução profissional, nós tínhamos de ir à procura de outra pessoa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Disse também que o Ministério das Finanças tinha tido conhecimento informal da situação.

Eu queria saber quem é que teve e quando.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Como eu disse há pouco, já não me recordo do dia, mas deve ter sido à volta do dia 7, 8 ou 9 de abril. Eu ligo ao meu colega das Finanças, o Dr. João Nuno Mendes, e digo-lhe, «Olhe, convidámos a Alexandra Reis e eu preciso de um CFO.» O CFO é indicado pela tutela financeira.

Portanto, nós queríamos que o processo fosse o mais célere possível. Já tínhamos encontrado... O Presidente já tinha aceitado e o outro vogal iria



continuar, o Dr. Pedro Ângelo, portanto, para completar o Conselho, faltava apenas o elemento escolhido pela tutela financeira.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sobre a existência do tal padrão ou não, deixe-me recuperar aqui outra situação.

No início do ano, a CEO comunicou ao Governo que tinha sido nomeada como Conselheira de Comércio Externo de França, que tinha falado consigo anteriormente e que lhe tinha dito que não havia problema.

Mas o Centro de Competências Jurídicas do Estado, já com este novo Governo, disse: «Nem pensar, que isso incumprir o Estatuto do Gestor Público, porque viola o regime de exclusividade.»

Por isso, se a Sr.<sup>a</sup> CEO se tivesse, mais uma vez, limitado a confiar em si, estaria, mais uma vez, a violar o Estatuto do Gestor Público. E eu gostaria de lhe perguntar se não há aqui um padrão de despreocupação jurídica do seu lado.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, Sr. Deputado. Sabe porquê? Porque é a responsabilidade do gestor. Não há autorizações de boca.

Vou-lhe dar um exemplo. A Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis fez o mesmo, perguntou-me se podia dar aulas. Eu disse que sim. Mas ela não foi a correr dar aulas. Ela fez um pedido. Ela fez um pedido ao Governo, e o Governo autorizou através de um despacho.

Não há autorizações de boca. Se a Eng.<sup>a</sup> Christine achou que aquela autorização era suficiente, enganou-se.

Olhe, foi um momento em que ela não pediu o apoio jurídico que devia pedir.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Se calhar, uma lição também é não dar grandes aconselhamentos jurídicos. Se calhar é melhor, enquanto pessoas que não são juristas, não darmos aconselhamentos jurídicos.

Vou a outro caso, sem tentar demonstrar nenhum padrão. No contrato da CEO, no ponto 9.2., diz que há uma exceção ao regime de exclusividade que a lei exige, e que a CEO pode estar no *board* de mais duas empresas de aviação.

E eu gostaria de lhe perguntar se isto cumpre ou não com o Estatuto do Gestor Público. Do que eu já vi, e também já falámos disso nesta Comissão, a única forma de isso poder acontecer é se houver uma autorização, uma decisão, do Governo. E eu pergunto-lhe se esse documento de autorização do Governo existe, ou se não existe.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não existe, Sr. Deputado, e eu explico essa questão.

Esse foi um acordo provisório a que chegámos com a Eng.<sup>a</sup> Christine, que tomou a forma física de uma *term sheet*, que vocês terão também. Todo o processo, o contrato, é muito maior do que a *term sheet*. O contrato é, mais uma vez...

É que esta questão da responsabilidade dos administradores e da empresa é mesmo fundamental. O contrato é assinado pela empresa e é uma relação entre a empresa e, naquele caso, os representantes legais da Eng.<sup>a</sup> Christine.

Esse contrato andou para trás e para a frente entre nós e as Finanças. Há vários aditamentos, comentários, por parte do Ministério das Finanças. E esse ponto 9.2., pelo que estive a tentar rever nos *e-mails*, é das últimas coisas a serem introduzidas.

Quando colocamos sociedades de advogados ou equipas jurídicas a fazer contratos, é para que os riscos jurídicos sejam sinalizados. É para isso

mesmo. Senão, faz-se *cut and paste*. Essa sinalização deveria ter existido: «Olhe, atenção, isto pode configurar um risco; é isto que o Governo quer?»

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Última questão.

É para lhe perguntar como é que avalia o trabalho de Frederico Pinheiro, durante o tempo que trabalhou com ele, se era uma pessoa de confiança ou não, se alguma vez mostrou algum indício, não só de ser uma pessoa violenta, mas até desleal, se havia algum risco de levar documentação confidencial.

E também lhe quero perguntar se, durante esse período, não teve também acesso a documentação confidencial. Neste caso, o Dr. Frederico Pinheiro, ex-Secretário de Estado, assumo obviamente que sim.

E se, nesse período, viu algum risco nisso ou não, se pediu para classificar documentos ou não, ou se isto é uma questão nova, digamos assim, depois de Frederico Pinheiro ter estado tanto tempo com este dossiê.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Sobre a questão do trabalho do Dr. Frederico Pinheiro, trabalhei com ele vários anos: fui colega dele primeiro, como adjunto, depois fui chefe de gabinete dele e depois fui Secretário de Estado. Embora ele pertencesse formalmente ao gabinete do Ministro, como eu tutelava a TAP, ele, na prática, trabalhava comigo.

Tenho a melhor das opiniões profissionais do Dr. Frederico Pinheiro. É uma pessoa inteligentíssima, versátil, rápida, é um trabalhador incansável, não tem medo de, às vezes, dizer... Porque isso acontece, o que queremos nas nossas equipas é pessoas que discordem de nós, que nos alertem para os riscos, porque, se pensamos todos de forma igual e a pessoa apenas cumpre ordens... O Dr. Frederico Pinheiro tinha essa capacidade, tinha pensamento crítico.

Portanto, ele, hoje, percebe muito mais de aviação do que eu, de certeza, porque desde 2019 que se tornou um especialista na matéria. Creio, aliás, que está a fazer um trabalho académico nessa área. Ele é uma pessoa preparadíssima neste setor.

Sobre a questão de ser violento ou não, nunca me reportaram nada, nunca me apercebi de nada. O que eu via era que o Dr. Frederico Pinheiro, quando chegava às reuniões, cumprimentava toda a gente com um sorriso. Portanto, não tenho mais nada, nessa dimensão, para afirmar.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E a questão da confidencialidade?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Essa questão da confidencialidade — e eu percebo a comoção política em torno desse assunto — surge com esta CPI, porque antes a confidencialidade era a que existe em todos os documentos da Comissão Europeia. O documento existia no meu computador, que, por acaso, até era um *desktop*, pelo que eu não andava a transportá-lo.

No caso do Dr. Frederico Pinheiro, era um portátil. Mas, obviamente, ele tinha acesso a essa informação. Ele era o nosso interlocutor por excelência no grupo de trabalho constituído pelas Finanças, com a PARPÚBLICA, com a DGTF e com a VdA (Vieira de Almeida), para trabalhar toda a preparação da aprovação do plano.

Portanto, sim, ele tinha informação. Parece-me que toda a gente daquele grupo de trabalho teria, porque a informação era partilhada, funcionava como uma *pool* de recursos.

Não sei se respondi a tudo...

O Sr. **Presidente**: — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, começo por cumprimentar o Dr. Hugo Santos Mendes: boa tarde.

A primeira pergunta que queria fazer tem a ver com os chamados «fundos Airbus». E queria perguntar, desde já, em que momento foi informado, e por quem, sobre o papel dos fundos Airbus na compra da TAP.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Bom, vamos dividir as coisas. Há a parte do «ouvi dizer», e essa é uma coisa que se ouve dizer há muito tempo, seja através dos sindicatos, seja através de artigos que saíram na imprensa. Essa é a parte do «ouvi dizer» que não releva particularmente para este caso.

Tenho conhecimento das diligências que a administração da TAP — no caso, as pessoas que lideravam o processo, a ex-CEO e o atual CFO, o Dr. Gonçalo Pires — começou por fazer junto da Airbus. Eles fizeram, com certeza, uma análise à estrutura de custos da empresa, perceberam que havia ali um *outlier*, pensaram, «Nós pagamos mais que os nossos pares com o *leasing* dos aviões, algo se passa aqui.»

E depois fizeram todo um conjunto de diligências junto de escritórios de advogados, creio que até em Inglaterra, e contrataram equipas especializadas para fazer o estudo, tanto a nível quantitativo como a nível jurídico, e nós fomos acompanhando essa vontade deles. E depois, quando está terminado o relatório, é enviado à tutela.

Mas isto no ano de 2022 somente.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Em 2022 a parte relativa a essas diligências que mencionou agora. Julgo que é, apesar de tudo, pertinente perguntar sobre a anterior parte, a parte do «ouvir dizer» — sindicatos comunicação social, etc. —, que, certamente, terá sido anterior a 2022. Certo?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sim, certo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Nomeadamente?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Agora não me recordo exatamente, eram coisas... Repare, a TAP é uma empresa muito grande. As organizações, públicas ou privadas, muito grandes têm muitos «ouvir dizeres». E esses «ouvir dizeres» correm, são transmitidos. Nós não podemos atribuir credibilidade a todas as coisas que ouvimos dizer, não é?

Portanto, o que eu posso dizer é que a informação que tínhamos era desse nível.

Eu, como membro do Governo, estava, como disse, inteiramente focado na preparação e aprovação do plano de reestruturação, porque, quando entro em funções para tutelar politicamente a TAP, o trabalho na TAP já tinha começado a ser feito. Portanto, eu estou é com os olhos no futuro e não em fazer a reconstrução do passado, seja ele próximo ou mais distante.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Ministro Pedro Marques, o antecessor do Ministro Pedro Nuno Santos, veio aqui explicar que tomou conhecimento em 2017.

Primeiro, porque tinha ouvido dizer — na verdade tinha lido uma notícia —, e, por causa de ter ouvido dizer, foi à procura. E lá estava o parecer que detalhava a operação. Detalhava à maneira deles.

O que podemos perceber é que o Ministro Pedro Marques tomou conhecimento em 2017, mas os senhores, no Ministério que lhe sucedeu, não tomaram conhecimento senão cinco anos depois, na sequência das diligências da própria TAP. Foi isto que sucedeu, então?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, eu só posso falar por mim, não é?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Claro!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Amanhã vai ter cá o ex-Ministro das Infraestruturas e da Habitação, que se sucedeu ao Ministro Pedro Marques. Ele poder-lhe-á explicar que diligências terá tido, ou que informação é que poderá ter recolhido sobre isso.

Eu não tinha informação concreta, específica, rigorosa, que pudesse levantar sinais ou bandeiras de risco.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Quando soube, portanto, em 2022, confesso que não me recordo de, nessa altura, termos tido aqui na Assembleia da República alguma informação, algum reporte, da vossa parte, da parte do Governo. Então, a minha pergunta é a seguinte: qual o motivo para este assunto não ter sido tratado politicamente, com a relevância que acabou por ter?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Porque, repare, o trabalho estava em curso, não é? A TAP transmitia-nos elementos, mas nós não tínhamos nenhum relatório, não tínhamos nenhum dado. Nós conversávamos com eles.

Eu sei que nas reuniões de acompanhamento, enfim, quinzenais, mensais, que íamos tendo com a empresa, o CFO — sobretudo ele, porque era quem acompanhava mais essa questão, porque era uma questão financeira — me ia dando conta do trabalho que iam fazendo com os assessores, mas não havia um relatório. Eram trabalhos preparatórios para

aquilo que, depois, sim, veio a ser o relatório. Quando o relatório chega à tutela, então aí já tem uma dimensão formal.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sobre a gestão privada e a gestão pública da TAP, quando, em outubro de 2020, a TAP é recolocada no setor empresarial público, continuou — já percebemos aqui, na Comissão de Inquérito — a ser gerida como se de uma empresa privada se tratasse.

Aliás, relativamente à expressão que utilizou há pouco, a propósito de o comunicado da CMVM ser uma formulação «frequente» ou «comum», houve quem tivesse ficado surpreendido. A Eng.<sup>a</sup> Christine Ourmières-Widener disse precisamente isso, até utilizou a expressão «comunicação muito clássica de empresa privada», e este é apenas um dos exemplos que demonstram que a TAP continuou a ser gerida como se de uma empresa privada se tratasse. E eu pergunto porquê.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, acho que nessa formulação, que é uma formulação muito ampla, de ser gerida como uma empresa privada, há dimensões em que concordarei e outras em que discordarei. Sim, continuou a ser gerida como uma empresa privada, porque era uma empresa centrada...

Bom, depois de nós termos assumido, após a reconfiguração do capital do Estado e de passar a ter um papel essencial, estratégico, na empresa, de deter a empresa, cada euro era um euro. E, portanto, aí sim, tínhamos imenso cuidado com o dinheiro, e não só no plano de liquidez que as finanças construíram antes da conversão do empréstimo. Portanto, a TAP não recebeu os 1200 milhões de euros logo; o dinheiro ia sendo passado do Tesouro para a TAP em tranches, e essas tranches eram rigorosamente definidas.

Portanto, concordo consigo em que a gestão foi muito rigorosa do ponto de vista financeiro, sem dúvida. Se entende que isso é um traço da



empresa privada, olhe, eu acho que não é de uma empresa privada nem pública. As empresas públicas também têm de ser bem geridas. Esse não é um traço de uma empresa privada.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço imenso desculpa, claramente, não me fiz entender na minha pergunta, mas aí admito que a falha tenha sido minha. É que eu nunca disse que a TAP, quando passou para a gestão pública, continuou a ser gerida com rigor financeiro. Longe de mim dizer uma coisa dessas. Aquilo que eu disse foi que o Estatuto do Gestor Público, o regime jurídico do setor empresarial público, as obrigações que competem ao setor público e aos seus administradores, como transparência e escrutínio, não existem no setor privado. Eu não tenho tempo para lhe contar o que aqui ouvimos nas comissões de inquérito sobre o BPN, sobre o Banif, sobre o BES, etc. Portanto, em relação à gestão pública e à gestão privada, que fique claro que a diferença não é que na gestão privada é que se gere bem o dinheiro.

Portanto, a minha pergunta era sobre o facto de a TAP ser gerida como uma empresa privada, no sentido em que continuavam a não dar cavaco relativamente às obrigações que a própria lei determina que a gestão pública deve ter.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Tínhamos de meter o Cavaco nisto!...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não sei se me fiz entender. Peço desculpa de não me ter explicado melhor.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não percebi bem a expressão «dar cavaco». É dar cavaco ao acionista ou dar cavaco à lei? Faz diferença.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — À lei, ao acionista e àquele que o acionista representa. Na verdade, o representante do acionista são os senhores, o acionista somos nós todos. E, portanto, nós todos, que somos o acionista, ficámos sem saber de nada sobre os fundos Airbus, porque os senhores optaram por não contar. Nós não soubemos de nada sobre as indemnizações milionárias que continuaram a ser pagas.

Portanto, quando falamos desse tipo de situações, dessa prática de não dar cavaco — expressão popular usada por mim, agora, em relação ao cumprimento da lei e em relação à transparência e ao escrutínio —, é isso que significa estarmos com um problema decorrente da gestão pública que imita aquilo que de pior tem a gestão privada. Era só isso.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, acho que agora ficou mais claro, mas vou manter a discordância, pelo menos em algumas partes.

Repare, sobre o dar cavaco à lei ou cumprir a lei, mais uma vez, tem de ser a empresa que tem de garantir isso. Eu digo isto com total transparência, porque não são os gabinetes ministeriais... Por isso é que há responsabilidade dos administradores. Já agora, é também uma das razões pela qual em algumas empresas os administradores ganham mais que os membros do Governo.

Há a responsabilidade de os administradores se dotarem de departamentos jurídicos robustos que lhes digam: «Olhem, o enquadramento jurídico é *X* e não é *Y*, porque, olhem, entretanto, a empresa passou do setor *A* para o setor *B*, passou de se reger pelas regras do setor privado para o público».

Portanto, eu não posso responder por isso. Eu quero acreditar que a empresa faz isso, eu quero acreditar que sim.

Olhe, as experiências mais duras que tive, duríssimas, do ponto de vista da pressão, da complexidade, política e jurídica, foram os acordos temporários de emergência, entre janeiro e fevereiro — e foi por isso que eu referi estes dois exemplos emblemáticos na minha intervenção inicial — e o processo da Groundforce, que foi um filme de horrores. E devo dizer-lhe que o departamento jurídico da TAP se portou extraordinariamente bem. E aquele era um processo muitíssimo difícil, muitíssimo difícil.

E, portanto, não, não tenho nada a ideia de que essa dimensão da fuga à lei fosse um padrão. O que podemos dizer é que há pessoas que transitaram do setor privado, até transitaram de outros países, e não estavam a par, ou não se muniram, ou não tiveram determinado cuidado para se dotarem do conhecimento da lei portuguesa. Bom, talvez, mas eles também têm apoio jurídico para isso. Portanto, essa é a questão da lei.

Depois, sobre os fundos Airbus. Nós não escondemos nada a ninguém, Sr. Deputado. Quer dizer, se há alguém que não escondeu mesmo nada a ninguém foi o Dr. Pedro Nuno Santos e o Dr. Fernando Medina que, enfim, mandaram aquilo para o Ministério Público. É que essa é a diferença entre o «ouvi dizer» e, efetivamente, tomar uma decisão. Portanto, ninguém escondeu nada a ninguém.

Foi mesmo em 2022 que foram tomadas as diligências formais para perceber o que se passava — se havia uma diferença nos custos, porque é que havia essa diferença, o que é que dizia o contrato, se era possível renegociar com a Airbus, etc. —, para perceber se havia fragilidades originárias no contrato de 2015 e se isso podia dar alguma capacidade negocial à TAP para negociar junto da Airbus e reduzir o ónus que terá com os *leasings* futuros.

Ao mesmo tempo, a partir do momento em que a TAP faz chegar aquilo ao Governo, o Governo pede uma opinião jurídica ao seu centro de competências jurídicas, que diz que podem estar aqui tipificados os crimes

A, B, C, e, então, é dever dos membros do Governo enviar para o Ministério Público. E foi este Governo que o fez. Portanto, esta é uma atitude um bocadinho diferente do «ouvi dizer».

Quanto às indemnizações, Sr. Deputado, eu não tinha, e duvido muito que o Dr. Pedro Nuno Santos tivesse — mas, enfim, não posso falar por ele — a mais pequena ideia de que essas indemnizações foram pagas.

Mas também acho que é fácil perceber porque é que ninguém sabia. Se essas decisões fossem tomadas apenas em Comissão Executiva, e não em Conselho de Administração... O Dr. Miguel Frasquilho e as pessoas que trabalharam nos dois momentos, na transição, estiveram com o acionista privado e, depois, com o acionista público, e podem perceber, perceber e testemunhar a tal diferença entre os dois setores, o trabalhar com diferentes acionistas, e o que ele disse aqui, e dizia-nos na altura também, era que a delegação de competências da Comissão Executiva, liderada pelo Eng.º Antonoaldo Neves, era enorme e, portanto, havia pouca capacidade de fiscalização face ao que o Conselho de Administração gostaria de ter.

E, portanto, se os contratos foram assinados, se essas indemnizações foram pagas, no âmbito da Comissão Executiva, é bem possível que mais ninguém tivesse conhecimento, muito menos o acionista.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu ia passar para outro tema, a que, por sinal, até o Dr. Hugo Santos Mendes agora abriu caminho, em relação à reestruturação e Groundforce, etc.

Disse, ainda agora, a propósito de dar cavaco à lei, que é a empresa que tem de garantir isso e que, mesmo que sejam pessoas que venham do privado ou até do estrangeiro, têm o apoio jurídico, têm a responsabilidade dos gestores, tomam as suas decisões. Os senhores também tinham apoio jurídico, tinham muitas empresas sob tutela, portanto, isto não é só de quem conhece apenas a TAP. Na sequência disso, eu pergunto: então, nesse caso,

como é que o Sr. Secretário de Estado na altura e o Sr. Ministro na altura concordam com uma decisão que vai contra o Estatuto do Gestor Público, no caso de Alexandra Reis? Então, são pessoas que vêm do estrangeiro, pessoas que vêm do privado, são consultores jurídicos que, pelos vistos, são muito bons, mas não percebem nada disto, e chegam ao Ministério e perguntam: «Estão de acordo? Podemos fazer isso?» E no Ministério concordam. Não sei se me faço entender.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Faz-se entender, mas tem um pressuposto incorreto, se me permite. Nós não verificámos, nem tínhamos de verificar, o enquadramento jurídico, nem nunca nos foi levantado nenhum risco. A nossa intervenção foi, se quiser, suplementar e, num certo sentido, desnecessária. Eu podia ter dito, agora fazendo...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Desculpe interromper, só para simplificar aqui a ideia: se isto aparecesse na IP (Infraestruturas de Portugal) ou na NAV, ninguém estranhava também?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Isto o quê? Desculpe.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Uma indemnização destas, ao arrepio do Estatuto do Gestor Público.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, eu peço desculpa de voltar sempre ao mesmo, mas vamos recentrar a questão: a empresa em causa não é o essencial, se é a IP, se é a NAV, se é a TAP. Aqui, o que está em causa é que houve uma falha do *compliance* jurídico, seja da entidade A, externa ou seja da entidade B interna, houve uma falha do *compliance* jurídico.

O acompanhamento que fizemos foi exclusivamente político, porque estávamos preocupados com a questão da indemnização, do valor da indemnização, da leitura da indemnização. E eu acho que isso, aliás, está nas mensagens, em que eu digo: «Isto um dia vai-se saber e é preciso ter cuidado com o alarme social». Olhe, manifestamente errámos na avaliação política do alarme social, mas a nossa preocupação era essa, porque, formalmente, quando a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener me diz, «olhe, eu vou iniciar o processo com a Alexandra Reis», eu podia responder, «começa, eu não preciso de estar envolvido». Eu podia ter dito: «não tenho nada que fazer aqui, é um processo vosso, sigam os passos jurídicos e os passos societários, o tal elo com a tutela acionista, que sejam necessários.» É a tal política da porta aberta e do telefone ligado que me faz estar neste processo, mas, formalmente, não era necessário.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Dr. Hugo Santos Mendes, eu queria colocar-lhe outras questões, mas haverá outras rondas.

Para já, no tempo que me resta, queria colocar apenas uma questão sobre consultores. Já não vou falar dos consultores jurídicos, que também é um tema, mas agora não temos tempo.

O PCP solicitou, no início dos trabalhos da Comissão de Inquérito, e agora temos essa informação de que, desde 2015, a TAP pagou 40 milhões de euros — 40 milhões de euros — só a duas consultoras, a Boston Consulting Group, BCG, e a Seabury. A Seabury Aviation foi consultora da TAP e estas duas receberam quatro vezes o valor pelo qual a TAP foi vendida. Eu pergunto se parece normal, se isto é o tipo de situação que não levante espanto ou interrogações.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, eu não consigo pronunciar-me, porque não sei qual foi o trabalho que essas empresas

fizeram, não sei se foram pagas acima ou abaixo do mercado, não sei mesmo, portanto, não vou me pronunciar sobre o que não sei.

Mas há uma coisa que eu sei, que é uma prática comum em todas as grandes empresas e, em particular, nas grandes empresas de aviação, que é haver para a gestão de processos ou missões complicadas, densas, que podem requerer alguma confidencialidade ou reserva dentro da empresa, a atribuição e a contratação de empresas externas.

Repare, eu não estou aqui a fazer nenhum julgamento; estou a dizer que isso é comum nas grandes empresas em todo o mundo, e a TAP é uma grande empresa internacional, a TAP não está em Portugal, a TAP é uma grande empresa que se move no mercado internacional. E, portanto, a TAP, provavelmente, terá práticas que outras empresas Legacy na aviação têm. Sobre a empresa *A*, *B* ou *C*, não sei mesmo, Sr. Deputado.

E, repare, se calhar não devia saber mesmo, porque, senão, aí é que nos iam perguntar: «Porque é que vocês sabem daquela empresa e não sabem da outra?»

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É que, quando eu perguntei, em particular, se sabem desta empresa, quando me referi à Seabury, é porque a Seabury foi consultora do Sr. David Neeleman no processo de compra da TAP. A Seabury é consultora do Sr. David Neeleman para comprar a TAP e, daí para a frente, foram mais de 9 milhões de euros, em 2015, mais de 7 milhões — quase 8 milhões —, em 2016, num total de mais de 16 milhões de euros pagos pela TAP à consultora do Sr. Neeleman. Portanto, isto já é mais do que pagar o cão com o pelo do cão; isto já é pagar o cão com os órgãos internos do cão.

Ou seja, o Sr. Neeleman fez-nos pagar, a nós, porque somos nós que pagamos isto, as próprias assessorias dele ao negócio. Presumo que já tinha conhecimento de que esta empresa, em particular, tinha assessorado o Sr.

Neeleman, até porque é um nome que é recorrente na documentação que temos no âmbito da privatização da TAP. A questão é se tinha nota desta informação, não apenas sobre a questão da capitalização e dos fundos Airbus, mas, ainda para mais, esta volta no pagamento e na faturação de assessorias ao próprio David Neeleman pagas pela TAP.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, muito francamente, não sei e, como não sei, não vou expressar uma opinião concreta sobre factos que não sei, porque vou faltar, certamente, à verdade e vou ser injusto para com pessoas ou com entidades.

Sobre a BCG, sei que foi uma das entidades responsáveis...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Perguntei sobre a Seabury.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Certo. Mas, voltando a recentrar, eu estou aqui para falar do que sei, não é? E o que sei e o que testemunhei foi o trabalho da BCG, da Boston Consulting Group, na preparação do plano de reestruturação e, enfim, o testemunho foi que trabalhámos bastante bem com eles num processo muitíssimo difícil e muito compactado no tempo, com prazos curtos e cujo manuseamento de informação era bastante exigente. Os nossos pedidos, tanto da TAP como do acionista, eram sempre bem respondidos. É o único testemunho que posso dar. A outra empresa, eu não conheço, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Nas próximas rondas, trataremos disto, da Boston Consulting, porque isto tem mais que se lhe diga.

Mas, para já, queria só dar conta de que o PCP dá, neste momento, entrada de um requerimento dirigido à TAP e ao Ministério das Finanças, para que possamos receber a documentação — faturação, correspondência



— remetida à TAP por David Neeleman, relacionada com assessorias prestadas ao próprio David Neeleman, neste processo, e é esta informação que nós solicitamos. O requerimento dá entrada, neste momento, na Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado. Iremos distribuí-lo e, depois, com certeza, votá-lo.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Dr. Hugo Mendes e queria colocar-lhe algumas questões, até para termos a possibilidade de ouvir, da sua voz, respostas a acusações sobre comportamentos, sobre práticas, que alguns caracterizaram como falta de maturidade, como falta de competência. O Presidente do Partido Socialista falou de procedimentos imprudentes e inapropriados — Carlos César disse ainda que a sua participação naquela reunião de dia 26, na TAP, para preparar a resposta pública, seria uma situação exótica —; António Costa, sobre o voo do Presidente da República, disse que teria obrigado Pedro Nuno Santos a demitir-se na hora, caso soubesse disso. E, por isso, há aqui um conjunto de acusações sobre a sua conduta enquanto governante que contrastam bastante com declarações que aqui fez e com a defesa que está a efetuar da sua honra e da sua honorabilidade. E, por isso, é importante que clarifiquemos cada um destes aspetos.

Eu vou começar por aquele que deu origem a esta Comissão de Inquérito, a indemnização a Alexandra Reis. O Ministério das Infraestruturas, o Sr. Doutor em particular, quer na vertente de chefe de gabinete do Ministro das Infraestruturas, quer na vertente de Secretário de

Estado, não ignorava que, com a entrada do Estado na TAP, em 2020, os administradores da TAP estavam debaixo do Estatuto do Gestor Público?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Correto.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Isso, tanto assim foi que, em particular, alguns administradores indicados pelo privado tiveram de sair, exatamente por não quererem ficar debaixo do Estatuto do Gestor Público.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Correto. Sim, sim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E as limitações que existiam no pagamento, na conformidade legal do Estatuto do Gestor Público, para alguém que estivesse na TAP com a atividade de privados, foram em particular também endereçadas, por parte do Ministério das Infraestruturas, quando disse que os limites legais para os salários previstos no Estatuto do Gestor Público não se aplicariam aos administradores da TAP?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Isso não foi necessariamente pelo Ministério das Infraestruturas. Essa é uma decisão colegial do Governo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas que passou também por si e pelo Ministério das Infraestruturas?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Certo, mas não foi uma imposição ou uma decisão do Ministério das Infraestruturas, é uma decisão do Governo, é um decreto-lei.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Certo, mas a minha questão aqui não era tanto sobre a responsabilidade, até porque o decreto-lei é discutido em Conselho de Ministros e é assinado por vários Ministros. A minha questão é sobre o conhecimento. Essa vertente do conhecimento existia e, daí, ter existido também esse decreto-lei. De outra forma, não se poderia ter pagado o salário que se pagou à CEO Christine, a Alexandra Reis, etc.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sim, de acordo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, tendo conhecimento de tudo isto, sabendo das limitações do Estatuto do Gestor Público, porque, porventura, era dos membros do Governo que lidava com o maior número de empresas públicas, como é que não lhe chamou a atenção o milhão e meio de euros pedido por Alexandra Reis ou os 500 000 € que, depois, levou com indemnização?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, eu percebo que possa ser difícil de compreender, mas estavam duas sociedades de advogados reputadíssimas a negociar e a liderar o processo. Eu não estava, nem queria imiscuir-me nos pormenores jurídicos, nem nunca os questioneei e nunca foram levantados nenhuns riscos jurídicos.

Eu percebo que esta questão possa gerar perplexidade, mas a partir do momento em que tenho duas sociedades de advogados — podia ser o Departamento Jurídico da TAP, que, aliás, também teve um momento para exercer a sua *compliance*, e falhou, a fazer fé nas declarações da Eng.<sup>a</sup> Christine — e tenho o apoio jurídico que as duas partes, a empresa e a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, encontraram, a pergunta é: porque é que eles não sabiam também que se aplicava o Estatuto do Gestor Público?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Se me permite, a pergunta não é bem essa. É porque é que vai a Conselho de Ministros um diploma assinado por vários membros do Governo, em que se reconhece o Estatuto do Gestor Público e cria uma exceção enquanto salário pago na TAP, e, depois, uma indemnização que viola gritantemente o Estatuto do Gestor Público não é motivo de alerta por nenhum membro do Governo.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, eu percebo os raciocínios, mas damos saltos temporais... Eu não me lembrei do decreto-lei.

Às vezes damos saltos temporais — e eu percebo que, do ponto de vista concetual e retórico, isso faça sentido —, mas uma coisa é saber, em geral, o enquadramento, a arquitetura, de um diploma que rege as regras de uma determinada entidade, outra coisa é aplicá-lo ao caso em concreto. No caso em concreto, estava em causa a cessação do mandato da administradora — mas esta é a interpretação que eu faço para que tenha sido dada a interpretação que foi dada pelas sociedades de advogados — e, estando em causa a cessação do contrato de trabalho, interpreto que eles quisessem estender as regras do Código do Trabalho e do Código das Sociedades Comerciais ao mandato da administradora.

Sr. Deputado, isto partiu tudo de um princípio de confiança e boa-fé, confiança e boa-fé. Pode dizer-me: «Não devia ter confiado nos advogados.» Bom, mas quer dizer, então onde é que paramos? Porque se há um membro do Governo que, a cada momento... Duas sociedades de advogados reputadíssimas estão a negociar. Repare, é que estão a negociar...!

Às vezes, o que é que acontece? Às vezes acontece que temos dois políticos, ou duas pessoas com responsabilidades, que não são juristas, a negociar diretamente e, no *back office*, têm apoio jurídico e, a cada passo que dão, vão falar no *back office* com o apoio jurídico, para não cometerem

nenhum erro jurídico na negociação que está a ser feita entre dois não juristas. Isto às vezes acontece e as coisas podem correr mal.

Neste caso, as pessoas que, materialmente, estão sentadas à mesma mesa a negociar em representação das partes são advogados. Portanto, aqui não há problemas de tradução, de linguagens.

Portanto, não me passa pela cabeça — nem com certeza à Eng.<sup>a</sup> Christine, nem com certeza à Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis — que não estivesse a ser seguido o enquadramento jurídico correto. É a coisa mais simples, mais honesta e mais transparente que eu tenho para lhe dizer sobre isto. Não consigo ir mais além. Agimos segundo o princípio de boa-fé e de confiança. Entregámos a solução deste processo a quem, eu posso dizer corriqueiramente, sabia de leis.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Doutor, sobre a questão da confiança, até começo antes: porque é que confiou, da forma que confiou, na Eng.<sup>a</sup> Christine para retirar a confiança e levar à demissão de Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Desculpe, Sr. Deputado, podia repetir?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Doutor usou na retórica a questão da confiança na palavra dos advogados. E eu, usando a mesma retórica, retorqui na questão da confiança, mas sobre as incompatibilidades irreconciliáveis apresentadas pela Eng.<sup>a</sup> Christine, enquanto CEO da TAP, que levaram à aceitação, por parte do Sr. Doutor e por parte do Governo, da saída de Alexandra Reis nesse contexto. Porque é que as tomou por boas, porque é que confiou nesse contexto?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, a decisão não é tomada por mim, a decisão é tomada pelo Sr. Ministro.

A decisão de aceder ao pedido de substituição da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis ocorreu numa reunião em que eu não estava, sequer. Foi uma reunião a sós entre a ex-CEO da TAP e o Sr. Ministro. Eu não tomo essa decisão, eu não participo dela. Ela é-me comunicada dias depois pelo Sr. Ministro, não consigo agora dizer quando, mas é uma instrução do Ministro. O Ministro está acima de mim. Eu, por acaso, concordo com ele, e concordo com ele pelos motivos que expliquei. Mas mesmo que não concordasse, eu tenho de ser leal ao meu Ministro e, portanto, eu teria de ter o papel que tivesse de ter no cumprimento da instrução.

O Ministro tomou uma decisão, eu era solidário com ela. Porquê? Eu percebo também a questão do irreconciliável, não é? Usou a expressão «incompatibilidades irreconciliáveis». Sr. Deputado, nós não estamos na empresa. O nosso gabinete era ali na Barbosa du Bocage, não é no *campus* da TAP. Nós não estamos na empresa e não temos formas de avaliar esse tipo de situações, se é irreconciliável, ou não, se é possível voltar para trás, ou não.

Eu acho que o que orientou esta decisão — o Sr. Ministro estará cá amanhã e pode explicar melhor, mas eu na posição dele teria feito a mesma coisa —, o que esteve por trás da decisão foi aquilo que eu expliquei na minha intervenção inicial: temos uma equipa... deixe-me abrir um parêntesis.

O que é que aconteceu ao novo CEO da TAP? Quis escolher a sua equipa nova. Porquê? Porque é natural que um líder queira escolher toda a sua equipa. E a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener não pôde fazê-lo. Não pôde fazê-lo, não porque nós não deixássemos, mas porque havia uma situação muito *sui generis*. Qual era a situação? Estávamos no meio da aprovação de um plano de reestruturação. Havia duas pessoas que tinham aguentado a empresa

quase sozinhas, chamadas Ramiro Sequeira e Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, que nós achámos que fazia todo o sentido — até por questões de coerência e gestão da informação e de apoio eles davam ao acionista, perante a Comissão Europeia, sobre a aprovação do plano — que transitassem para a nova Comissão Executiva. Eram cinco. Dois já estão. A outra é a Presidente da Comissão Executiva. O outro é o CFO, que não é escolhido por nenhum de nós. E a Presidente da Comissão Executiva só escolheu um elemento, que é a Eng.<sup>a</sup> Silvia Mosquera.

Quando, num determinado momento, seis meses depois de estar em funções, uma vez aprovado o plano — portanto, uma vez virada à página da empresa —, a CEO começa a planear o futuro, começa a pensar como é que vão ser os próximos quatro anos, pensou: «bom, eu agora, se calhar, quero ter a oportunidade de constituir eu própria a minha equipa ou, pelo menos, corrigir aqui uma situação que me parece que pode colocar em causa o funcionamento cabal da Comissão Executiva».

Portanto, não sei muito bem como me pronunciar sobre as questões de incompatibilidade, porque, a partir do momento em que queremos que a líder da equipa tenha autoridade, tenha poder, tenha capacidade para gerir a sua equipa, ter a sua equipa, sabendo que ela só tinha escolhido um dos elementos, penso que foi isso que governou a conduta, acho eu, do Sr. Ministro — mas eu, sendo solidário e percebendo perfeitamente a solução encontrada e partilhando dessa posição —, essa é a justificação que me parece mais forte.

A Eng.<sup>a</sup> Christine Widener estava a pedir que lhe déssemos a oportunidade de constituir um bocadinho mais a sua equipa, e era um momento fundamental, porque o plano e a sua implementação iam arrancar.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Doutor, vai-me desculpar, mas é difícil compreender que alguém que ganha 500 000 euros por ano tenha a

possibilidade de constituir a sua equipa, enquanto o piloto não tem a capacidade de constituir a sua equipa ou cada um dos tripulantes de uma tripulação de cabine não tem a capacidade de dizer com quem é que vai ou deixa de ir. Qualquer trabalhador não tem a capacidade de o fazer, mas a CEO, quem está no topo da hierarquia, é que tem a capacidade de escolher a sua equipa, e o Estado acha que uma pessoa que até era competente, porque depois a convidou para a NAV, não era competente para estar na mesma equipa que a CEO campeã da escolha do Estado para estar à frente da TAP. Isso não é compreensível.

Mas a minha questão das incompatibilidades irreconciliáveis não se trata apenas e só da tomada de decisão — é claro que foi o Sr. Ministro —, mas é do conhecimento que o Sr. Doutor tem, até porque acompanhava diretamente a TAP, dessas incompatibilidades. Elas eram visíveis? É que não parece, pelo menos das decisões que o Sr. Doutor toma.

Semanas antes da saída de Alexandra Reis da TAP, ela estava a ser autorizada para «violar», entre aspas, legalmente, a exclusividade para poder dar aulas. Reconhecia-se, portanto, essa competência, essa possibilidade de ela até acumular casos. Não era alguém que estava em litígio com a empresa ou a quem era reconhecido esse litígio por parte dos Membros do Governo.

Então, como é que se reconhece à CEO da TAP esse poder para tudo determinar numa empresa, quando o Estado, que lá estava, não tinha papel nenhum sobre essa decisão?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, estamos a misturar várias coisas. Primeiro, não há nenhuma incompatibilidade em dar aulas. Ela pode dar aulas. Ela tinha de pedir autorização. A autorização é dada, e há um *lag* grande entre o pedido e a autorização. Estas autorizações não demoram uma semana, demoram às vezes um mês ou dois. Portanto, ela já tinha pedido, quando provavelmente as aulas começaram, em setembro.



Portanto, sobre essa questão, a nossa confiança na qualidade e na competência da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis nunca esteve em causa, tanto que, quando ela disse que estava disponível para sair, não aproveitámos isso para a tirar da empresa. Nós gostávamos da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis. Reconhecíamos-lhe competência. Era uma pessoa que estava bem naquela Comissão Executiva.

Porém, não somos nós que mandamos na Comissão Executiva. É essa a questão. Quem manda na Comissão Executiva é a líder da Comissão Executiva, e nós reconhecemos à líder da Comissão Executiva a autoridade e a capacidade para poder, neste caso, não escolher a equipa toda, mas escolher parte da sua equipa.

Percebo que fale dos trabalhadores, dos tripulantes e dos pilotos, mas, Sr. Deputado, as empresas são estruturas hierárquicas, piramidais. Têm responsabilidades diferentes, salários diferentes, direitos diferentes.

Não estamos a falar do nível intermédio da empresa. Estamos a falar de quem é o responsável pela empresa. Não estamos a falar de uma pessoa qualquer. Estamos mesmo a falar da pessoa que manda na empresa. Portanto, a pessoa que manda na empresa — num organismo colegial, é óbvio — pediu-nos para tornar a sua equipa mais coesa. Isso implicava substituir uma pessoa e achámos que isso se justificava.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Doutor, como é que se processa uma alteração de membros do Conselho de Administração da TAP?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Normalmente, ou é por renúncia ou é por Assembleia Geral. Isto agora está claro.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Assembleia Geral, onde quem tem presença e poder de voto são os acionistas?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E o Estado, no período de que estamos a falar, era o único acionista da TAP com poder para indicar administradores?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, como é que me diz que é a CEO da TAP que tem o direito de escolher a equipa que manda na TAP, quando a Administração é indicada pelo acionista, e era o Estado, portanto, que deveria ter essa responsabilidade?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, eu percebo. O meu comentário não o visa atingir a si, mas sinto aqui uma coisa de dupla personalidade, não é?

Por um lado, somos acusados de ingerência, mas, por outro lado, quando queremos dar as condições a quem gere a empresa para poder escolher as pessoas que quer, aí parece que não podemos fazê-lo e que temos de ser nós a indicar.

Repare, as equipas têm de funcionar bem. Uma Comissão Executiva é uma equipa. Agora, ia fazer um comentário lateral, mas é melhor não me dispersar. É uma equipa, as equipas têm de funcionar bem e as equipas têm líderes. Se uma equipa funciona mal e um líder identifica «há aqui uma pessoa que julgo que devia substituir, para a equipa funcionar melhor», o Estado pode dizer que não, claro. O acionista é o Estado e o Estado pode dizer «não». Podíamos dizer: «Eng.<sup>a</sup> Christine Widener, paciência, vai ter de conviver com a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis.» Podíamos ter dado esta resposta.

Imagine que, depois, lá para a frente, as coisas corriam mal e a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener ia dizer: «Pois, não me deram as condições para trabalhar.»

Nós queríamos dar todas as condições para que aquela Comissão Executiva fosse coesa, funcional, robusta, capaz, para implementar um plano duríssimo — duríssimo! — para a empresa, que se repercute nas relações entre as pessoas, da base ao topo da pirâmide. Por isso é que a coesão, mesmo no topo da pirâmide, é fundamental.

Portanto, aqui, estamos a dar as condições para que aquela equipa funcione da melhor forma. Como é que isso se dá? Acedendo ao pedido da CEO. A CEO não é uma empresa qualquer, é mesmo a líder da empresa, executiva, não do Conselho de Administração.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não me ouviu acusar de ingerência e, por isso, percebo que há aqui acusações várias. Acho que tem de responder, não é tanto às que faço. Estou a dizer exatamente o contrário: é que o dinheiro público não foi cuidado como deveria ter sido, porque se entregou a gestão de uma empresa estratégica ao que parecem ser os humores de uma CEO. E essa é que é a questão que lhe estou a colocar.

Acompanhando diretamente a empresa, não nos deu provas ou nota de haver identificado um descontentamento, uma incapacidade de trabalho. Pelo contrário, o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado diziam que estava tudo a correr maravilhosamente bem na TAP. No entanto, pagámos uma indemnização à administradora que saiu. Porquê? Por vontade da CEO.

Quem é que decidiu essa indemnização? Foi a própria CEO, que participou no processo. Tomando que decisão? Uma decisão contrária à lei e envolvendo os membros do Governo, que aceitaram essa decisão contrária à lei.

Pergunto-lhe: no meio disto tudo, onde é que fica a responsabilidade política?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, a responsabilidade política eu já assumi. Demiti-me no dia 28 de dezembro! Só me posso demitir uma vez, não é? Portanto, por favor, não coloquemos a questão da responsabilidade política, coloquemos a questão da troca de argumentos. E percebo onde quer chegar.

Mas, primeiro, eu não disse que as coisas corriam maravilhosamente bem na TAP. Eu não estou lá, não vivo no *campus* da TAP. Eu fazia um acompanhamento próximo, mas não estou presente nas reuniões da Comissão Executiva. Não estou presente nas reuniões do Conselho de Administração. Não sei se as pessoas se dão bem ou mal. Nem tenho de saber, já agora. O trabalho tem é de ser entregue e tem de haver condições objetivas para ser entregue o trabalho.

Repare, eu não posso, nós não podemos entrar aqui, ou pelo menos eu, como membro do Governo, não podia entrar aqui na coisa da análise psicológica das pessoas e das relações.

Há uma pessoa que é a líder de uma equipa, que imputa a existência de diferenças irreconciliáveis com impacto estratégico e na execução do plano. O nosso foco é dar todos os instrumentos a essa pessoa para liderar a equipa, liderar a empresa para cumprir um plano duríssimo. E foi isso que fizemos. O papel do Estado era esse. Foi aquilo que eu disse na minha intervenção inicial: era dar as condições à empresa. Isso implica, num determinado momento, tomar uma opção da qual o Estado pode...

Nós não estávamos em guerra com a Eng.<sup>a</sup> Alexandre Reis. Foi uma opção da CEO e acedemos a essa opção da CEO, e fizemo-lo com este racional, com esta justificação. Talvez outra pessoa, outro Governo, outra tutela, tivesse feito uma coisa diferente. Nós achávamos que estávamos a

fazer bem e, olhe, sabendo mesmo tudo o que aconteceu, independentemente da questão das irregularidades, do ponto de vista da decisão de empoderar a CEO, hoje acho que teríamos feito a mesma coisa.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E considera que a CEO esteve bem também na resposta que enviou à CMVM?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, mais uma vez, não sei se foi a CEO. Foi a TAP, não é? Foi a TAP, é a entidade TAP que envia um comunicado.

Admito que, neste caso, o responsável máximo seja o Presidente do Conselho de Administração, porque é ele que tem de, enfim, fazer a ligação da TAP com a tutela setorial e acionista. Há uma pessoa que assina o comunicado, que é a pessoa responsável pelo mercado.

Repare, não posso emitir juízos de um processo que sei que se passou entre o dia 2 e o dia 4, porque eu não estava lá, ninguém falou comigo. Não interagi com ninguém, não dei opinião, não sei. Portanto, o que sei é que, no dia 4, há um comunicado produzido, para ser comunicado à CMVM, tão-só. Não consigo julgar responsabilidades, se foi a pessoa *A*, *B* ou *C*. Não consigo mesmo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não soaram as campanhas sobre o facto de Alexandra Reis estar debaixo do Estatuto do Gestor Público, quando ela saiu da TAP? Não soaram as campanhas, quando ela ingressou na NAV, sobre essa indemnização indevida que ela recebeu?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, Sr. Deputado. O meu entendimento é que é o gestor que tem de zelar por essa questão.

Convidamos a gestora por determinadas competências, qualidades e características que encontramos nela. É a gestora... Agora, posso fazer uma brincadeira: também não sei se a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis tem os impostos em dia, não é? Não temos de fazer esse tipo de diligências. É a responsabilidade do gestor. Pelo menos, é o meu entendimento.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, não houve nenhum parecer sobre ela se tornar administradora da NAV?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, nem a favor nem contra.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sobre o voo do Presidente da República, o Sr. Doutor pediu um «jeitinho» à TAP. Pergunto-lhe de onde é que veio a pressão para fazer este pedido.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, não pedi «jeitinho», não houve pressão. Fiz um comentário político com a CEO, que, se tivesse sido feito ao telefone, nunca ninguém sabia...

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — É!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Esse é que é o problema!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — ... e, portanto, não havia esta situação.

Aqui a questão é que eu estava... Foi um comentário, olhe, eu até faço uma brincadeira. Aquilo é tão sério, tão sério, que até faço uma brincadeira com a CEO. Eu estava simplesmente a dizer-lhe: «Olhe, o Presidente da República foi uma pessoa muito importante para o Governo, no episódio

TAP.» Mais nada, no episódio TAP. Teve a coragem — coragem! — de defender a decisão do Governo, uma decisão impopular. Mais nada!

A CEO tomou a decisão que entendeu, de acordo com a sua própria cabeça, como sempre tomava, quando se tratava de questões laborais ou operacionais, e ela não alterou o voo.

Se houve pressões, não houve pressões de ninguém. Aquela foi uma conversa entre mim e ela, mais ninguém.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, não conversou com ninguém do gabinete sobre essa matéria? Não conversou com nenhum outro membro do Governo?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, não.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E, do lado da Presidência da República, ninguém pediu nada?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — A mim não. Não faço a mais pequena ideia.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, como é que aparece um pedido para se mudar um voo do Presidente sem autor? Há aqui uma criança sem registo de parentalidade.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, a sua pergunta é a minha.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Está bem, mas eu não estive no Governo e não participei nessas matérias. O Sr. Doutor, aí, saberá mais do que qualquer um de nós, nesta Comissão de Inquérito.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Mas é que eu não sei. Eu aqui não tenho nenhuma informação a aportar. Repare, até pensei que vocês já pudessem ter alguma informação, porque pensei que já tivesse sido aprovado um requerimento para ter acesso a alguma troca de *e-mails* da agência de viagens.

Não faço a mais pequena ideia de onde é que veio aquilo. Não faço. Estou a responder apenas à CEO. Tudo o resto me é alheio e, nem antes nem depois, tive nenhuma informação daquele género.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Doutor, o que a agência de viagens disse a esta Comissão é, em dois momentos, duas coisas diferentes. Num primeiro momento, dá informação que é pública, participando naqueles *e-mails*. Num segundo momento, diz que aquilo que aconteceu em janeiro, afinal, não aconteceu, foi uma referência esotérica e abstrata — por isso, há uma correção, face a uma informação inicial — e que nunca foi pedido qualquer tipo de coisas desse género à agência de viagens, o que dá aqui, claramente, uma ideia de uma correção de uma informação enviada à Comissão de Inquérito.

Por isso é que lhe estava a perguntar, porque a sensação que dá é que este caso foi deixado no pau da roupa, quando mais ninguém quer assumir responsabilidades. Deu aqui uma informação a esta Comissão, que é «encontrem os responsáveis», mas nós não temos por onde encontrar os responsáveis. Pergunto-lhe: o que é que o senhor sabe que nós não sabemos?



O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — É que não sei nada, Sr. Deputado. Por isso é que estou a perguntar. E estou a perguntar, não é por coscuvilhice ou por curiosidade ou por voyeurismo, é só para que não fique a ideia de que, sobre o tal voo de janeiro — não sabia que havia agora a tal resposta, que já tinham tido uma resposta da agência de viagens, desconhecia —, posso ter sido eu ou alguém no Ministério das Infraestruturas a fazer esse pedido. É só isso. Não é voyeurismo, é só para defesa pessoal.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Primeiro-Ministro do País diz que teria obrigado Pedro Nuno Santos a demiti-lo, a si, na hora, se soubesse desta informação. Por isso, não é a ideia que «fique instalada», ela está instalada e é o Primeiro-Ministro que o diz.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para terminar.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Bom, Sr. Deputado, sobre os comentários do Primeiro-Ministro, deixe-me só dizer uma coisa, não vou comentar.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro! Está bem!!

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Era o que faltava!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não vou comentar, porque, já não estando no Governo, sigo o seu Código de Conduta em valores muito importantes como a probidade, a urbanidade e o respeito institucional. Não estou dentro do Governo, mas são valores de decência. E, portanto, eu não vou comentar o que o Primeiro-Ministro disse, mas deixe-me lembrar-lhe duas coisas.

Desculpe, não são dois comentários, mas são duas constatações. E a primeira constatação é que, se fui membro do Governo, foi porque o líder do Governo aceitou que eu fosse e porque, já agora, o Presidente da República também aceitou. O segundo comentário é que ouvi o Sr. Primeiro-Ministro, há umas semanas, dizer que as condições de um membro do Governo se manter no Governo se medem, desde logo, pelos resultados e os resultados da TAP são excelentes.

O Sr. **Presidente**: — Damos a palavra ao Sr. Deputado do Partido Socialista, Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Hugo Mendes.

Permita-me organizar estas perguntas, pela ordem cronológica, temporal, se quiser, porque apesar de não termos todos de dominar as questões jurídicas, há outras que podemos dominar e, portanto, a memória episódica é bastante mais útil do que a memória semântica para recordarmos as coisas, porque ela organiza um pouco a nossa informação.

Peço-lhe só que confirme que iniciou funções como Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, a 17 de setembro de 2020. Certo?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Correto.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — No período anterior, e desde fevereiro de 2019, havia sido Chefe de Gabinete do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, certo?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Creio que foi a partir de 26 de outubro de 2019. É quando o XXII Governo toma posse.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — E acompanhou nesse período o dossiê da TAP ou teve algum envolvimento, participação, alguma responsabilidade sobre ele?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Nesse período como Chefe de Gabinete?

Repare, já cá estive a ex-Chefe de Gabinete do ex-Ministro das Infraestruturas e da Habitação. Um Chefe de Gabinete raramente acompanha algum dossiê em profundidade. Acompanha e coordena as pessoas que, essas, sim, têm a responsabilidade de acompanhar os dossiês em profundidade, por isso é que é o Chefe de Gabinete.

Agora, é óbvio que, tendo a TAP o peso que tinha no nosso Ministério, tinha um conhecimento maior da TAP, sim, e da CP (Comboios de Portugal), por exemplo, do que de outros dossiês do Ministério.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Quando tomou posse como Secretário de Estado, a TAP encontrava-se numa fase muito delicada, num período muito particular. A 10 de junho, a Comissão Europeia, ao abrigo do tal artigo 107.º, n.º 3, alínea *b*), que permite auxílios de Estado destinados a sanar uma perturbação grave na economia de um Estado-Membro, tinha autorizado a injeção de capital na TAP. A 17 de setembro toma posse e a 2 de outubro materializa-se, de facto, esse reforço acionista e, portanto, era um período muito particular.

Há neste momento uma alteração prática, porque a TAP, a partir de 2 de outubro, se torna uma empresa pública, e a pergunta que lhe faço é se houve alguma alteração, alguma forma de procedimento diferente na relação com a TAP a partir desse momento e dessa data.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Eu inicio funções nessa fase de transição, mas, sendo Chefe de Gabinete, não posso bem comparar como é que a TAP lidava com a tutela quando eu era Chefe de Gabinete e, depois, quando sou Secretário de Estado.

Quando sou Secretário de Estado, ela já está na fase final da transição para o público. Como não fui Secretário de Estado enquanto a empresa era, vá, gerida pela Comissão Executiva privada, não posso fazer essa comparação de forma fiel. Repare, quando eu assumo o cargo de Secretário de Estado, já estamos em modo de emergência, não é?

A TAP já estava em modo de emergência há muito tempo, mas estávamos em modo de contrarrelógio para entregar, até dia 10 de dezembro, a primeira versão do plano de reestruturação a Bruxelas.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Mas fica evidente que, a partir dessa data, 2 de outubro, se aplica à TAP, quer o Regime jurídico do setor público empresarial, quer o Estatuto do Gestor Público, certo? Que esse quadro legal passa a estar ou a impender sobre a companhia?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, fica evidente como ficam muitas outras coisas evidentes. É o que eu às vezes tento alertar para estas discussões.

Nestas discussões, os membros do Governo estão a lidar com várias coisas ao mesmo tempo. Há muitas coisas que são evidentes ao mesmo tempo sobre assuntos diferentes.

Portanto, sim, fica evidente como havia outras evidências, tanto do dossiê TAP, como em múltiplos outros dossiês que, vivendo em tempo de pandemia, também correspondiam cada um deles à sua urgência.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Nesse período renunciaram alguns administradores, como David e Humberto Pedrosa, por terem incompatibilidade com o Estatuto do Gestor Público, segundo declarações dos próprios. Teve conhecimento dessa saída e desses motivos?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Quer dizer, sei que eles saíram, que eles saíram por esses motivos, embora nunca tenha falado ou entrado em contato com eles, nem antes nem depois da sua saída da Administração da TAP.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Saiu também Antonoaldo Neves, substituído, aliás, como CEO, depois interinamente, por Ramiro Sequeira, que já aqui referiu.

Teve algum envolvimento neste processo de saída de Antonoaldo Neves? Teve algum conhecimento, alguma decisão na indemnização que lhe foi paga?

O sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, nenhuma.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — E sabe de quem foi essa responsabilidade, quem é que geriu esse processo? Pergunto se tem essa informação, ou não.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Quer dizer, o que é suposto é que tenha sido o Conselho de Administração de então a instruir esse processo. Não sei se o Ministro das Infraestruturas e da Habitação terá alguma informação a dar sobre isso. Eu não tenho conhecimento.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — É também nesse período que entram como administradores Alexandra Reis, Ramiro Sequeira e José Silva Rodrigues. Teve algum papel nessas nomeações ou foi chamado a pronunciar-se sobre estes nomes?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Creio que o administrador José Silva Rodrigues só entra em junho de 2021.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Tem toda a razão, só entrou em 2021. Entram Alexandra Reis e Ramiro Sequeira. Tem algum papel nestas nomeações, nesta escolha?

O Sr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, eu entro 15 dias antes dessa Assembleia Geral, que já tinha sido marcada. Portanto, os nomes e todas essas questões já estavam estabilizadas.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Mas, neste período e até 24 de junho, que é quando o Conselho de Administração depois, se forma no ano seguinte, a Comissão Executiva fica apenas com dois membros, Ramiro Sequeira e Alexandra Reis. Já falou aqui um pouco sobre isso, a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis e Ramiro Sequeira também falaram sobre isso na sua audição, dizendo que foi um período particularmente exigente para a TAP. Porque é que isto aconteceu? Porque é que foi esta opção, se é que foi uma opção, de ficarem apenas dois membros na Comissão Executiva?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Quer dizer, não foi bem uma opção, não é? Foi uma coisa que nós não tínhamos. A nossa ideia era encontrar uma... A nossa ideia, um, era aprovar o plano de reestruturação o mais depressa possível. Recordo que, em janeiro, a janela temporal, a nossa

expectativa era, vá, o fim do primeiro trimestre, abril, maio. O administrador Raffael Quintas, que é o CFO, creio que renuncia no dia 15 de janeiro, e creio que terá sido uma decisão das Finanças atribuir à administradora existente, Alexandra Reis, o pelouro das finanças, em vez de encontrar outra pessoa. Isto porque essa pessoa, a ser encontrada, seria sempre uma pessoa sugerida pelas Finanças e não pelas Infraestruturas.

Portanto, terá sido uma opção das Finanças fazer acumular o pelouro das finanças na administradora Alexandra Reis, em vez de encontrar um nome que, repare, podia estar na empresa um, dois, três meses. Estamos a falar de um momento em que nós esperamos que o plano seja aprovado *as soon as possible*.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — É, de facto, nesse período que se desenha o plano de reestruturação, que é fundamental para o que vem a acontecer depois. Quem é que coordena esse processo?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Esse processo é coordenado pelo Ministério das Finanças, que constrói um grupo multidisciplinar e multifacetado, com entidades várias, onde estavam representadas a PARPÚBLICA, o próprio gabinete do Secretário de Estado do Tesouro, a DGTF (Direção-Geral do Tesouro e Finanças) creio que também fazia parte, a Vieira de Almeida, como sociedade de advogados que tinha *expertise* particular nos auxílios de Estado, e o gabinete do Ministro e do Secretário de Estado, na altura, Adjunto e das Comunicações.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Pedia-lhe que clarificasse como é que se fazia essa articulação. Isto porque temos aqui vários intervenientes: TAP, Ministério das Infraestruturas e Habitação, Ministério das Finanças, Comissão Executiva, Comissão Europeia. Há aqui diferentes atores e em

algumas audições ficou adúvida sobre como é que este fluxo funcionava e como é que ele deveria funcionar.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Bom, o grupo de trabalho, com essas entidades todas, era o coração da equipa de trabalho. Depois, pelo que me recordo, havia algumas reuniões... E este grupo de trabalho funcionava com os gabinetes ministeriais, mas essas reuniões não tinham, todas, os membros do Governo. Quando havia membros do Governo a participar, então, participava o Prof. Miguel Cruz e eu. Eram reuniões mais importantes que as outras, porque as outras eram reuniões mais para, enfim, desculpem a expressão, partir pedra.

Depois, havia reuniões de discussão de dimensões, em particular, do plano de reestruturação com a Comissão Europeia. E tudo isto por *Teams*. Estamos numa altura em que não há viagens praticamente e todas as nossas reuniões com a Comissão Europeia... O plano foi negociado sempre em plataforma *Teams*, ou *Webex*, não me lembro.

Tudo isto aconteceu nestas plataformas e a TAP só mais para a frente é que começa a ter presença nessas reuniões, quando as questões começam a ficar bastante mais técnicas, do ponto de vista da aviação, com a discussão basicamente dos *slots*.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Essa parte final da sua resposta é importante, porque, numa primeira fase destas audições, ficou a ideia de que a TAP tinha sido excluída do processo — não vou aqui qualificar, caberá a quem foi dizendo isto.

Entretanto, alguns responsáveis foram tentando clarificar este processo e este circuito e, portanto, queria confirmar se estas negociações com a União Europeia, ou com a Comissão Europeia, para ser mais correto, eram sempre via Ministério das Finanças, se depois o Ministério das



Finanças drenava para o Ministério das Infraestruturas toda a dimensão operacional, e daí para a TAP. Isto para que nós consigamos fechar também este circuito.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Havia reuniões, quer dizer, isto era um bocadinho de geometria variável. Havia uma parte do contacto com o Chefe de Equipa da Direção-Geral da Concorrência, que, esse sim, era só feito com o Prof. Miguel Cruz. Era o Prof. Miguel Cruz que, depois de falar com essa pessoa — e eles tinham vários telefonemas informais! — sobre como é que estava o caso, quais eram as questões críticas, o que era preciso corrigir, onde é que o plano tinha falhas, o que era preciso melhorar, prestava-me esses esclarecimentos com diligência.

Depois havia reuniões, propriamente ditas, em que os dois membros do Governo estavam com as suas equipas e com a equipa da Comissão Europeia, que tinha um Chefe de Equipa e a sua própria equipa.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, nunca houve nenhum momento em que a TAP tenha sido excluída, no sentido em que tenha sido proibida de estar?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não. Repare, isto não é uma questão de ser excluído ou não. Há regras, nós estamos perante um auxílio de Estado. O auxílio de Estado tem uma entidade que presta o auxílio, tem uma entidade que concede o auxílio e tem uma entidade que recebe o auxílio.

O recetáculo do auxílio é a TAP. A TAP não está normalmente presente nas reuniões entre quem concede o auxílio e quem autoriza o auxílio. A relação é entre o Estado soberano e a Comissão. Essa é a primeira relação e isso é muito claro nas orientações da Comissão sobre os auxílios de emergência, auxílios à reestruturação.

Há o Estado e há a Comissão Europeia. O Estado é quem atribui, ou se propõe atribuir, o auxílio e a Comissão Europeia é quem autoriza ou não. O beneficiário está numa posição secundária. É decisão de quem quer conceder o auxílio, portanto, o Estado, se a TAP participa na reunião ou não.

Porque é que a TAP pode ser importante para participar na reunião? Porque a TAP, obviamente, conhece mais de aviação do que nós. A partir do momento em que começamos a discutir, por exemplo, questões menos financeiras e societárias e passamos a discutir questões mais operacionais e altamente técnicas, que são as questões dos *slots*, então, precisamos do apoio da empresa.

Pedindo autorização — não sei se é uma autorização formal, mas isso o Prof. Miguel Cruz poderá explicar melhor —, em algumas reuniões, a Comissão Europeia não se opôs a que a TAP estivesse presente. Mas a TAP nunca foi excluída, simplesmente a TAP não é parte deste processo. Isto é um processo, isto é um auxílio de Estado, que é uma relação bilateral entre a Comissão e o Estado soberano que presta o auxílio.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — No seu caso concreto, qual foi o grau de envolvimento que teve nesse plano de reestruturação e qual é a profundidade do conhecimento que tem sobre ele, sobre o plano que vem a ser aprovado?

O Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Foi um envolvimento intenso e profundo, sendo que depois nas equipas há pessoas que conheciam o plano mais numa vertente, outras mais noutra.

Quer dizer, o Secretário de Estado do Tesouro é, sem dúvida, a pessoa que mais o conhecerá, porque coordenou todo o processo e depois, tínhamos pessoas, equipas, seja dos gabinetes, seja da PARPÚBLICA, da VdA, Vieira de Almeida, que tinham a sua própria especialização.

A VdA estava muito especializada na questão das regras dos auxílios de Estado, quais eram as regras para construir o plano, como é que se construía um plano que pudesse ser aprovado e não fosse chumbado.

Portanto, tinha um conhecimento profundo, sim. Acompanhei de perto a questão, embora, lá está, sempre a um nível secundário face às Finanças.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Faço-lhe essa pergunta para poder avançar para a seguinte, na verdade.

Há três grandes dimensões deste plano que têm sido aqui particularmente abordadas. A que tem a ver com os recursos humanos, com os cortes que foram aplicados do ponto de vista do vencimento e com os cortes de pessoal; a que tem a ver com a previsão ou não da privatização nesse plano; e uma terceira, que tem a ver com os dados que serviram de suporte a esse plano — se foram os dados oficiais, se foram os dados corretos — e que depois enformaram, na verdade, todo o plano que vem a ocorrer.

Portanto, as minhas questões eram sobre cada uma destas dimensões.

O Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Perdi a segunda, desculpe. Recursos humanos?...

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Recursos humanos, a previsão ou não da privatização, como é que foi pensada, e a questão dos dados que servem de base e de modelo para esse plano.

Relativamente ao primeiro, que tem a ver com os recursos humanos, uma das questões que foi abordada foi a de quem decidiu, quem não decidiu, como é que surge essa necessidade, como é que isso acaba por ser vertido no plano. Pedia que, do conhecimento que tem, nos pudesse esclarecer sobre isso, porque há a dúvida se isso é uma imposição, se não é uma imposição,

se é uma necessidade, se não é uma necessidade e se isso era fundamental ou não para o plano que vem a ocorrer.

E coloco-lhe já as outras duas questões relativamente à privatização, à sua discussão ou não. Isso foi discutido? Havia alguma imposição, alguma condição da Comissão Europeia para essa questão?

A terceira questão é relativamente aos dados que foram utilizados, que serviram de base, no fundo, aos modelos de supervisão, de recuperação, e que também suscitaram aqui alguma dúvida — se foram os dados corretos, se eram os dados tipicamente utilizados por outras companhias aéreas, se havia outros em sentido contrário, outros dados possíveis. Pedia-lhe estas três vertentes e esclarecimentos.

O Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Bom, são três dimensões importantes.

Deixe-me começar pela segunda, sobre a privatização: não, não há nenhuma obrigatoriedade, nem a Comissão impôs coisíssima nenhuma.

Acho que a forma mais honesta e transparente de colocar isto é: desde o momento em que o plano é apresentado, no dia 10 ou 11 de dezembro, creio — até foi nas instalações do Ministério das Infraestruturas, em que na mesa estava o Ministro das Infraestruturas, eu e o Secretário de Estado do Tesouro —, o Ministro das Infraestruturas foi muito claro a dizer — eu não tenho, por acaso, aqui as declarações — que era difícil ou via de forma difícil que a TAP se mantivesse sozinha ou não integrada num grande grupo, no futuro, sendo o mercado da aviação tão competitivo, tão concorrencial e, previsivelmente, após a covid, numa fase de consolidação.

Mas isso foi tudo deixado em aberto. Deixe-me, sobre isto, utilizar uma imagem, que é a imagem do véu da ignorância: nós construimos aquele plano a pensar no futuro da companhia, independentemente de ela ser pública ou privada. Nós pensámos que a TAP deveria, em 2025, ser — pensávamos

não, era a exigência —, a nossa convicção, que era também a exigência do plano, era que a TAP, no fim de 2025, tinha de ser uma empresa sustentável, viável e lucrativa, pertença ao acionista *A*, *B* ou *C*.

Portanto, nós não construímos o plano condicionados por quem iria mandar na empresa dois, três, quatro, cinco ou seis anos depois. Era o que fosse melhor para a empresa, para a TAP, era como se nós fôssemos os donos da empresa, para todos os efeitos.

Mas, o Sr. Ministro das Infraestruturas — e ele amanhã cá estará para explicar isso melhor do que eu — foi sempre dizendo, e deu uma entrevista ao *Jornal de Negócios*, creio que no dia 14 ou 15 de dezembro, em que ele voltou a utilizar a mesma expressão, que achava normal que pudéssemos encarar o futuro da TAP como uma... pertencendo a um grande grupo de aviação, porque não é só a entrada de dinheiro privado, porque muitas pessoas acham que as empresas... é boa ideia ter fundos privados nas empresas de aviação. Isso, às vezes, corre mal porque os fundos privados podem não estar especializados na aviação ou não ter um interesse alinhado com os outros acionistas.

É importante que, a haver alguma integração, seja num grupo de aviação e, portanto, haja uma coerência do ponto de vista operacional e do negócio. Portanto, privatização, não. Não há nenhuma imposição, não havia nenhuma imposição, não havia nenhuma reflexão fechada naquele momento, nem até ao momento em que eu saí do Governo, creio que não havia nenhuma reflexão fechada.

Mas, dito isto, devo dizer que estas coisas também, como os governos, são estruturas hierárquicas e piramidais, não são os secretários de Estado que decidem privatizações, não é? Estas coisas estão a um nível superior a nós.

Portanto, eu não tenho muito mais a dizer sobre isto. Sobre o plano, de facto, não havia nenhuma imposição.

Sobre a questão dos recursos humanos há duas coisas que eu acho que é importante dizer. A Lufthansa, a British Airways, a Air France, a KLM, a Iberia estavam a reduzir as suas frotas e a sua mão-de-obra em 15 %, 20 %, 30 %, e não estavam perante o nosso plano de auxílio. Eram regras, supostamente, menos exigentes, mas eles não estavam a ser obrigados pela Comissão Europeia, eles estavam a ser obrigados pelo mercado. O mercado desapareceu da aviação. E, independentemente de terem entrado nos apoios covid-19, ter sido um auxílio *rescue and restructuring* — *R&R*, todas as empresas estavam a fazer uma redução agressiva de frotas e todas as empresas estavam a fazer uma redução agressiva de pessoal.

Eu recordo que, no dia 26 de fevereiro — por acaso, recuperei essa informação, porque é curiosa —, houve a negociação. Foi o dia em que foram votados, nas assembleias gerais do SNPVAC (Sindicato do Pessoal de Voo da Aviação Civil) e do SPAC (Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil) os acordos temporários de emergência. Foi um momento muito importante, porque aí ficou efetivado e ficaram fechados — todos os outros sindicatos já tinham fechado os acordos entre si, só faltavam esses dois sindicatos muito importantes, que atrasaram até ao fim de fevereiro a decisão.

No dia 26 de fevereiro, a IATA (International Air Transport Association) diz: «O verão de 2021, afinal, vai correr muito pior do que nós imaginávamos.» E quando nós, que num certo sentido ficámos aliviados, porque finalmente tínhamos conseguido fechar os acordos de emergência, vem a IATA dizer que esse ano iria correr pior e o nosso primeiro cenário foi: será que os acordos que assinámos chegaram? Era esta a nossa interrogação.

Portanto, os recursos humanos... a Comissão Europeia não disse «cortem X massa salarial». Mas é impossível... vamos agora para uma empresa que está em *rescue and restructuring*, vamos ignorar que a Lufthansa, a British Airways, a Iberia fizeram todas o mesmo que a TAP...

mas vamos para uma empresa que está num regime mais exigente, sob a Comissão Europeia: como é que fazemos um plano de reestruturação que seja credível, que era a exigência da Comissão Europeia? O plano de reestruturação tem de ser credível e a empresa tem de ser viável no longo prazo, quando mais não seja porque não é possível dar outra ajuda de Estado, 10 anos depois.

Como é que se faz um plano de reestruturação? Custos e receitas. Nenhum plano de reestruturação vai ser aceite... e eles dizem mesmo, as orientações ao *rescue and restructuring* dizem: não ponham receitas mirabolantes, não contem com as receitas. As receitas não podem ser a base de um plano. Vocês não sabem como é que o mercado se vai comportar. Portanto, vamos aos custos, vamos àquilo que podemos controlar. Quais são as três componentes mais importantes dos custos? *Jet fuel*, pessoas, taxas aeroportuárias e afins.

O *jet fuel* é uma coisa que nós não controlamos, como aliás, se viu após o espoletar da guerra da Ucrânia, em que o custo do *jet fuel* explodiu. A TAP pagou mais 300 milhões de *jet fuel*, gastou mais 300 milhões em *jet fuel* em 2022, e mesmo assim teve lucros.

Taxas aeroportuárias: isso depende da operação. Nós não podemos cortar naquilo que não depende de nós. É óbvio que se nós operarmos menos pagaremos menos taxas aeroportuárias, mas se queremos voar, ter receita e recuperar a empresa vamos ter de pagar taxas aeroportuárias.

O que é que verdadeiramente controlamos, num certo sentido? São os recursos humanos. Portanto, não é possível fazer um plano de reestruturação sem os recursos humanos, e as pessoas, a massa salarial valia entre 20 % e 25 % das despesas.

Não é possível, não é matematicamente possível fazer um plano credível, com apoio à reestruturação de 5000 milhões de euros — que foi o total, entre auxílios de Estado e aquilo que a empresa gastou — sem tocar na

massa salarial. Não é possível, a equação não fecha. Não é uma questão de maldade, de boa-vontade; a equação não fecha.

Os dados... Desculpe, quanto aos dados, e eu até fui estudar isso com alguma atenção, porque o Deputado Bruno Dias tem levantado tanto estas questões, as orientações do *rescue and restructuring* são muito claras sobre isto: os dados têm de ser credíveis. Um plano de reestruturação que seja assente em dados que não sejam credíveis não tem sustentação.

Nós podemos arranjar dados credíveis. Se o PCP tiver um modelo para eu mostrar à Comissão Europeia, excelente, mas eu não posso é chegar lá e dizer: «Olhe, eu tenho as perspetivas da IATA, que são terríveis, que todas as empresas seguem, mas olhe, eu acho que o mercado vai ser melhor.» E eles dizem: «Ai, acha?! Então, mostre lá o seu modelo.» «Ah... não tenho. Então, está-se mesmo a ver que para o ano isto vai melhorar!» E a Comissão Europeia: «Pois, mas não se está a ver, as curvas da IATA não mostram isso.»

Portanto, a convicção de que o mercado vai melhorar não serve. Não serve. Temos de provar que o plano é credível. E para que o plano seja credível têm de ser dados internacionais e partilhados por toda a gente. São os dados produzidos pela IATA — já agora, desculpe, que todas as outras companhias usavam.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Era essa a pergunta que ia fazer, antes de avançar nesta linha do tempo.

Este plano é aprovado no final de dezembro, ou melhor, é enviado para a Comissão Europeia no final de dezembro. Havia a expectativa de que ele pudesse ser aprovado entre abril e maio de 2021 e é aí que se inicia a composição do novo Conselho de Administração, com duas opções: um novo, ou uma nova, CEO, por recrutamento internacional; e a opção de renovar toda a equipa.



Pergunto-lhe quem toma a decisão de fazer este tipo de recrutamento e quem toma a decisão de renovar o Conselho de Administração, nesta lógica.

O Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Desculpe, perguntou sobre o processo de recrutamento da CEO, é isso?

O Sr. **Presidente**: — Paramos a contagem do tempo.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Sim, desculpe. Sim, estou a dizer que nesta fase em que se espera e se aguarda a aprovação, pela Comissão Europeia, do plano de reestruturação — cuja estimativa era abril, maio de 2021—, inicia-se a preparação, organização do novo Conselho de Administração.

Essa organização tem duas opções: a escolha de um novo, ou de uma nova, CEO, por recrutamento internacional e a opção de renovar toda a equipa, que foi uma discussão de que falámos aqui, na audição ao Dr. Miguel Frasquilho. O que lhe pergunto é: quem toma a decisão de fazer um recrutamento deste tipo e quem toma a decisão de renovar, nestes moldes também, o Conselho de Administração? Porque é que surge esta ideia, sobretudo quando sabíamos que havia administradores que vinham com um grande *know-how* de uma fase mais dura deste processo?

O Dr. **Hugo Santos Mendes**: — São dois momentos muito diferentes, não é? Porque estamos a falar com largos meses de distância.

A decisão de adotar um mecanismo, de recorrer a uma empresa para fazer o recrutamento internacional do futuro CEO é tomada em setembro. Portanto, ainda estávamos a preparar o plano de reestruturação. Porquê? Porque nós sabíamos que isso era um processo que iria demorar alguns meses

e nós queríamos alinhar ao máximo a entrada do novo CEO com o começo do plano. Isso depois não foi possível porque o plano se atrasou bastante e só foi aprovado no fim de 2021, mas o nosso objetivo era esse: começar o mais cedo possível o recrutamento, para que, quando o plano tivesse luz verde de Bruxelas, a equipa pudesse entrar.

Quanto a renovar toda a equipa, eu acho que se está a referir a uma outra coisa que é o Conselho de Administração. E eu estou aqui só a falar da CEO. A CEO foi escolhida através de um *headhunter* e foi a única pessoa escolhida através desse método. E quando chegámos ao momento para decidir quem ficaria na Comissão Executiva, foi a CEO que já estava escolhida, foi o CFO que foi identificado pelas Finanças, foram as duas pessoas que julgámos que deveriam transitar da Comissão Executiva anterior, a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis e o Ramiro Sequeira, e depois, uma quinta pessoa, que ainda fomos a tempo de poder ser a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener a escolher, e que foi ela quem escolheu, a Eng.<sup>a</sup> Silvia Mosquera.

Relativamente à remodelação ou à não renovação dos não executivos, essa já não foi uma decisão que passou por mim. Essa é uma questão que tem de colocar ao Sr. Ministro, porque eu posso... podemos analisar a conclusão, que é... a conclusão é que saíram todos.

Porque é que saíram todos? Sobre isso eu já não posso opinar... ou melhor, não posso testemunhar, nem opinar, porque não sei, não sei qual foi o critério a que essa escolha obedeceu. Peço que questione o Sr. Ministro amanhã.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Que papel teve no recrutamento da Eng.<sup>a</sup> Christine Ourmières-Widener?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Eu conduzi o processo.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Além da condução desse processo, teve algum papel na formalização do contrato de trabalho?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — A relação entre o Governo e a Christine Widener terminou com a assinatura da *term sheet*. A partir daí, a *term sheet* é transformada num contrato de trabalho entre uma entidade chamada TAP e uma pessoa chamada Christine Widener.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Pode explicar um pouco melhor em que consistia essa *term sheet*?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Tem um conjunto de condições: os bónus, a remuneração fixa, quanto tempo é que ela teria de dar de saída — não é explícita relativamente à cláusula da não-competição —, quando é que ela chegaria a Lisboa...

Estar-me-ei a esquecer de alguma dimensão, mas é por falta de memória, não é por querer ocultar nada, até porque essa *term sheet* já é pública, num certo sentido.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Mas essa explicação é importante, porque há aqui duas dimensões. Uma delas é: o contrato que vem a ser assinado é com as Finanças?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — O contrato de trabalho.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — O contrato de trabalho é assinado entre a TAP e a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — É que o contrato de trabalho tem explícito o Estatuto do Gestor Público.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sim.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — A minha pergunta é a de saber se, em algum momento, abordou com a Eng.<sup>a</sup> Christine esta dimensão, a dimensão pública da empresa em que ela entraria e o quadro legal, enfim, a que estava sujeita.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Como já tive oportunidade de referir, houve uma interação entre... Esse contrato de trabalho circulou entre nós, apesar de ser, formalmente, uma peça da empresa. Volto a dizer: era formalmente da empresa. Circulou entre nós, a TAP e as Finanças, e as Finanças fizeram sugestões que foram incluídas.

O que me está a perguntar é se a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener tinha a ideia... Quer dizer, repare, ela está, neste momento, a ser representada por alguém. Ela escolheu um representante legal para negociar o contrato. Eu não posso falar pela contraparte. Não sei se ela estava a par, se não estava a par, se era só o advogado, se era ela e o advogado. Não sei. O que eu sei é que depois de ela entrar na empresa — porque ela o disse aqui — houve um *briefing* sobre as normas que regiam a empresa enquanto empresa pública. Mas isso é o que eu testemunhei da audição dela.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, em princípio, terá sido o Departamento Jurídico da TAP a gerir esse processo, daquilo que conhece.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Admito que sim.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, esta questão do gestor público terá sido colocada nessa altura.

Pelo que já sei, abordaram a questão da componente variável do vencimento, ou do bónus, como lhe quisermos chamar. Certo?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não ouvi o início da pergunta, desculpe.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Pelo que percebi da explicação do que era essa *term sheet*, abordaram a questão da componente variável, do bónus, ou como lhe quiser chamar.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sim, estava explícito o bónus.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Esta é também uma das questões que tem sido aqui discutida, não só pela questão do Estatuto do Gestor Público, ou pelo papel da Comissão de Vencimentos. São essas questões que lhe coloco, tentando aproveitar o meu tempo.

Há um *e-mail* de 7 de setembro de 2021, em que a ex-chefe de gabinete responde à ex-CEO da TAP: «Muito obrigado pelos seus *e-mails*. Regressarei ao seu contacto assim que tenhamos resolvido este assunto.»

Em audição, a ex-chefe de gabinete respondeu, sobre este *e-mail*, que, na altura, falou desse assunto com o Secretário de Estado das Infraestruturas, que transmitiu que trataria com as Finanças, com o Secretário de Estado do Tesouro, e que sabia que tinha sido dado seguimento ao assunto, mas não o acompanhou diretamente. Esse assunto tinha a ver com esta componente variável que a Eng.<sup>a</sup> Christine colocava.

A pergunta é: que seguimento deu a este assunto?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Esse assunto já estava a ser tratado.

Tenho de rebobinar um bocadinho, para trás, talvez ao mês de abril ou maio. Naturalmente, quando a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener assinou a *term sheet*, era preciso definir não apenas o bónus, mas a estrutura do bónus. O que ficou definido foi a estrutura do bónus: creio que há um *cap* de 120 % e o mínimo é 80 % da remuneração fixa, em função dos objetivos, em função de determinados KPI (*key performance indicators*), indicadores de desempenho.

Ora, desde essa altura que tenho conversas com o Prof. Miguel Cruz para desenvolvermos esses indicadores de desempenho, para dar conforto à Eng.<sup>a</sup> Christine, porque ela queria que a questão do bónus não ficasse suspensa, a flutuar. Discutimos várias vezes. Aquilo que me foi transmitido — e eu percebia perfeitamente — pelo Prof. Miguel Cruz era que não íamos definir KPI antes de termos fechado aquilo que ia definir os KPI da empresa para o futuro, que era o plano de reestruturação. Ou seja, não íamos nós definir KPI, quando os KPI ainda não estavam fechados com a Comissão Europeia.

Portanto, o que é que aconteceu? Esta situação foi-se arrastando até ao momento em que, finalmente, o plano de reestruturação foi aprovado, na decisão de 21 de dezembro, pela Comissão. Só nesse momento é que o acionista estava em posição de falar com a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener e apresentar ou estudar o assunto.

A questão é que ele nunca foi estudado e nunca foi completado. Houve algumas conversas, mas, entretanto, nunca se deu o passo de definição dos KPI.

Há aqui também a discussão paralela dos contratos de gestão, porque esses indicadores teriam de ficar inscritos no contrato de gestão, que foi um

processo liderado, como já aqui ficou abundantemente explicitado, pelo Dr. Manuel Beja, que procurou, variadíssimas vezes, junto das Finanças, resolver a questão do contrato de gestão, no qual eles queriam também resolver o problema do seguro. Mas o contrato de gestão exigia a definição de indicadores. A definição de indicadores, por sua vez, exigia a aprovação do plano. Como o plano não estava aprovado, isso não ficou resolvido até fim de 2021, início de 2022.

Bom, depois daquilo, o Governo já estava numa fase de estar à espera de se virar a página. A última intervenção que me recordo de ter tido neste processo foi na primeira reunião que tive com a pessoa que assumiu os pelouros do ex-Secretário de Estado do Tesouro, que foi o Dr. João Nuno Mendes, que juntou as duas pastas, passou a ser a pessoa a tutelar o setor empresarial do Estado. Enfim, foi uma reunião mais ou menos de transição de pasta, porque eu recordei-lhe «temos este conjunto de assuntos que eu tratava com o Prof. Miguel Cruz e, agora, vou passar a tratar contigo; há a questão dos contratos de gestão da TAP e, atenção, temos aqui uma questão que é mais delicada, que é a do bónus da remuneração variável da Christine», porque tinha ficado pendurada durante aquele período.

Portanto, isto foi para contar a história toda sobre a remuneração variável, o que eu lhe sei dizer, desde o início até ao fim.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — É que isso tem exatamente a ver com as questões seguintes que tenho para lhe colocar.

Há uma expectativa da ex-CEO que surge dessa tal *term sheet* e do que foi negociado, mas, depois, há o conflito, se quiser, ou a concordância com o Estatuto do Gestor Público, com os contratos de gestão, com a Comissão de Vencimentos. Essa era uma dimensão.

A outra é, de facto, essa questão de ter o plano de reestruturação aprovado para depois definir isso. Foi também confirmado pela Eng.<sup>a</sup>

Alexandra Reis e pelo Secretário de Estado do Tesouro, portanto, é perfeitamente coerente com aquilo que nos têm dito.

Mas exatamente por isso é que — enfim, imagino eu! — a 7 de janeiro de 2022, já depois da aprovação do contrato de gestão, a ex-CEO da TAP envia um *e-mail*, para si e para o Miguel Cruz, que já foi várias vezes referido nesta Comissão e que diz: «Caros Hugo e Miguel, tive o prazer de ter uma conversa com o Pedro Nuno Santos, que confirmou que a minha *performance* em 2021 foi boa e que poderia esperar ter todos os KPI — como preferirem a expressão — completados, embora não estejam definidos, e a correspondente parte do bónus entre 25 de junho e 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, estou disponível para a definição dos KPI de 2022. Christine.»

A minha pergunta é: que resposta foi dada a este *e-mail*? Foi dada alguma resposta? Houve alguma diligência, ou alguma *démarche*, sobre isto? Como é que a Eng.<sup>a</sup> Christine reagiu? Teve alguma posição sobre isto?

Agora não tenho tempo para mais questões, mas, na segunda parte, colocarei as outras todas, porque ainda tenho aqui bastantes, e continuarei esta sequência para chegar aos processos também da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, só uma ressalva: posso ter entendido mal, mas não há nenhuma colisão entre o Estatuto do Gestor Público e a existência de um bónus. Ele tem é de estar vertido num contrato de gestão, tem de se traduzir num contrato de gestão. Mas o bónus pode existir e a estrutura já estava, ela própria, negociada.

Sobre esse *e-mail* de 7 de janeiro, sobre a reunião, repare, eu não posso fazer comentários sobre uma reunião onde eu não estive presente. A Eng.<sup>a</sup> Christine reporta uma reunião com o Ministro, onde diz que se passaram algumas coisas e que o Ministro disse uma coisa, mas eu não estive lá, não sei o que é que o Ministro disse. Eu não posso responder pelo Ministro. Acho



que essa pergunta deve ser colocada amanhã ao Sr. Ministro, para que ele possa explicar o que é que foi realmente comunicado e transmitido à ex-CEO nessa reunião, que é a mesma reunião de 4 de janeiro, onde se discute a saída de Alexandra Reis.

Esse *e-mail* não teve resposta pela minha parte e pela do Prof. Miguel Cruz, porque era um trabalho que estava *ongoing*, que nós não tínhamos fechado. Repare: o plano tinha acabado de ser aprovado 15 dias antes, portanto, acho que estávamos todos a descansar um bocadinho daquela reta final.

Acho que a esse *e-mail* não foi dada uma resposta e não me recordo de ter mais interações com a Eng.<sup>a</sup> Christine sobre o bónus. Admito que, da parte dela, houvesse alguma segurança, porque o horizonte dela era estar na empresa até mais tarde, não é? Recordo também que, no dia 23 de dezembro, saiu uma portaria que regulamenta os novos contratos de gestão, ou os contratos de gestão que teriam de ser elaborados para o futuro. Portanto, estamos no momento logo a seguir, não é?

Eu não respondi a esse *e-mail* e creio que o Prof. Miguel Cruz também não respondeu. Não tenho mais memória de terem sido dados passos subsequentes.

O Sr. **Presidente**: — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado do PSD Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Hugo Mendes e começava por lhe perguntar quando foi a última vez que conversou com o Dr. Pedro Nuno Santos e se, porventura, foi ontem.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sim, Sr. Deputado, conversei ontem com o Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Achei interessante a forma como fez a sua declaração inicial, aliás, como se apresenta a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque, de algum modo, está a mimetizar o estilo do Dr. Pedro Nuno Santos.

Fez uma intervenção inicial longa. Lançou acusações sobre o Governo anterior, a oposição, como é bem o estilo do Dr. Pedro Nuno Santos. Escolheu cirurgicamente os factos que quis realçar. Assumiu uma ou outra responsabilidade de algo que correu mal no seu desempenho, por isso, já não é Secretário de Estado, embora também deva realçar que isso é um avanço civilizacional na comunicação do PS. Logo a seguir, diz que é responsável por tudo o que houve de fenomenal e que foi tão bom na sua tutela.

Isso faz-me lembrar aquela retórica, de alguns dias atrás, do Dr. Pedro Nuno Santos, que disse que foi o melhor Ministro das Obras Públicas em 50 anos, depois de ter derramado milhares de milhões de euros nas empresas públicas CP e TAP. Aliás, o Dr. Pedro Nuno Santos vai ficar, depois desta Comissão, conhecido como o maior ilusionista da política portuguesa.

*Risos da Deputada do PSD Patrícia Dantas.*

*Protestos do Deputado do PS Hugo Carvalho.*

De facto, há, na sua intervenção inicial, uma tentativa de instrumentalizar a figura do Sr. Presidente da República, através do *e-mail* que já considerou infeliz. Trata os dinheiros públicos com uma ligeireza, quando falamos de 3,2 mil milhões de euros. A não comunicação às Finanças do processo de rescisão da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis é algo impensável. O seu depoimento na IGF, em relação à NAV, diz que cabe às Finanças escolher os administradores da NAV, mas, no que diz à IGF, diz que é competência

do Ministério das Infraestruturas. A forma de guardar a informação no seu telemóvel...

Queria, em primeiro lugar, voltar a falar na questão da instrumentalização da figura do Presidente da República. Aquela opinião que expressou no *e-mail* é sua, ou era generalizada no Ministério?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, aquela opinião, eu estou a falar em nome pessoal, não estou a falar em nome de ninguém.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — De quem partiu a iniciativa? Não foi sua?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Que iniciativa?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A da mudança do voo.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não. Eu fui o destinatário de uma mensagem.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — De quem?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Mas eu já disse que não sei e já disse que sou até o primeiro interessado em que descubram, que é para que não fique a ideia de que fui eu que pedi.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Moniz, o tipo de diálogo mais difícil de controlar é este diálogo muito rápido e muito fugaz, que depois é extremamente difícil. Se fosse possível ter uma narrativa para a

pergunta, para depois haver uma narrativa também para a repostagem, era mais fácil controlar esse diálogo. Se for possível, claro está.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Agradeço a sua sugestão e, naturalmente, pô-la-ei em prática sempre que tal se revele possível, na condução da minha interpelação.

Só que há aqui uma questão. O Sr. Dr. Hugo Mendes, pelo facto de já ter respondido a quem me precedeu — natural e eventualmente, há perguntas idênticas —, disse-me que já respondeu. Mas eu estou a fazer a pergunta e espero que, caso seja idêntica a resposta, ele me continue a responder àquilo que eu pergunto sem esta atitude, digamos, um bocadinho enfadonha.

Volto-lhe a perguntar de quem partiu esta iniciativa da mudança do voo do Sr. Presidente da República.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não sei, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não procurou saber nunca? Achou isso normal?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, Sr. Deputado. Eu estava a responder a uma dúvida expressa pela CEO e dei-lhe uma opinião infeliz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Já vimos também aqui que o Sr. Doutor, enquanto Secretário de Estado, foi também secretário da TAP, na resposta à pergunta de ambos os Ministros. Percebemos, daquilo que já disse, que ficou na reunião, mas que não devia ter ficado.

Havia mais alguma empresa do setor público empresarial onde isso tenha ocorrido, onde tenha respondido ou colaborado na resposta ao Governo?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não. Também não houve situações semelhantes.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Recordo as afirmações do ex-Secretário de Estado do Tesouro, que diz, em relação ao Sr. Doutor, que havia uma relação muito intensa e, durante este período da reestruturação, não houve um único sinal de que houvesse algum impedimento da TAP para contactar as Finanças.

Ora, se há um desenvolvimento de uma relação tão próxima com o Dr. Miguel Cruz, nunca se lembrou de comentar com ele os 500 000 € de indemnização à Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Como eu disse, na minha intervenção inicial, os nossos contactos cessaram, quase. Eu lembro-me de que o Prof. Miguel Cruz até utilizou uma hipérbole: que tínhamos deixado de falar a 31 de dezembro de 2021. Não aconteceu, obviamente, isso, mas nós praticamente deixámos de comunicar.

Foi um lapso meu, que eu assumo, mas pareceu-nos que, do ponto de vista da avaliação política, tendo em conta que o processo tinha sido espoletado do lado das Infraestruturas, pela autorização concedida pelo Ministro das Infraestruturas e Habitação à Eng.<sup>a</sup> Christine Widener para iniciar o processo, a leitura política — que foi para o que estivemos ali, naquele processo — poderia ser feita por nós, sem prejuízo, mais uma vez, de todos os atos societários subsequentes serem cumpridos pela empresa na articulação com as Finanças, ou melhor, com a tutela acionista.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Disse aqui que não teve conhecimento do teor do acordo com a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, quando recebeu o *e-mail*, a 2 de fevereiro, a dar nota disso mesmo. É verdade?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Pode repetir, Sr. Deputado?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Disse à IGF que não tinha conhecimento do teor do acordo com a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, quando recebeu um *e-mail*, no dia 2 de fevereiro, a dar nota exatamente deste acordo?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sim, eu não tinha conhecimento do clausulado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Então, soube, ou não, a 2 de fevereiro de 2022, que o valor da indemnização era 500 000 €?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Deixe-me só... É para tornar a minha resposta mais fácil.

O Sr. **Presidente**: — Tem todo o tempo.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Obrigado.

*Pausa.*

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Muito bem, creio que podemos prosseguir.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eu vou repetir a pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Nós parámos a contagem de tempo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Estava a perguntar-lhe se soube, ou não, a 2 de fevereiro de 2022, do valor de 500 000 € como indemnização.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Como valor global, sim.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Soube, ou não, da manutenção do seguro de saúde por dois anos?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, se me permite, eu sei tudo o que está no *e-mail*, mas posso também dizer-lhe uma coisa? Desculpe, eu não quero interromper a sua inquirição. Essas questões não estão no clausulado do acordo; fazem parte do Anexo II.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Doutor, responda ao que lhe perguntei.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — De acordo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Soube, ou não, da manutenção do seguro de saúde por dois anos?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Soube.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Soube, ou não, da manutenção do seguro de vida até 2024?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sim.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Soube, ou não, do apoio judicial em litigâncias futuras?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sim.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Soube, ou não, da manutenção do carro?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sim.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Soube, ou não, do telemóvel?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sim.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Isto para si não é saber o teor do acordo?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, Sr. Deputado.

O acordo é isto.

*Neste momento, o orador exibiu um documento.*

Isso que me está a dizer é um anexo. Por algum motivo é o anexo e não o acordo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Portanto, no seu entendimento, todas essas condições, que, digamos, são aquelas mais relevantes, que expressam



as condições de rescisão, que conhecia — digamos, isso não é o acordo, é um mero anexo —, para si, não têm grande relevância. É isso?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, não fui eu que coloquei isso como anexo, foi quem redigiu o acordo!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não foi isso que eu lhe perguntei.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Então, o que é que me está a perguntar?

O Sr. **Presidente**: — Vamos repetir a pergunta e parar a contagem de tempo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Estou a perguntar-lhe se saber que a Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis recebe uma indemnização de 500 000 €, mantém os benefícios do seguro de saúde por dois anos, mantém o seguro de vida até 2024, mantém o apoio judicial em litigâncias futuras, mantém o carro e o telemóvel, não é, para si, ter um conhecimento profundo do que são as condições de rescisão do contrato da senhora.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — São as condições indemnizatórias, é o quanto indemnizatório, e os *fringe benefits*, os benefícios acessórios, que fazem parte do acordo que eu não conheço. Estou a ser o mais rigoroso possível, Sr. Deputado, o mais rigoroso possível. Eu não conhecia o clausulado. O que eu conhecia está no *e-mail* de dia 2 de fevereiro, creio que das 17 horas e 5 minutos, que são todas as rubricas que leu. Essas rubricas não são o acordo, porque, por algum motivo, fazem parte de um anexo ao acordo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem, Sr. Doutor.

Faço-lhe outra questão: pode relatar-nos como foi o acidente com o seu telemóvel, no porto de Sines?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Posso. Estava sentado, talvez, na terceira fila. Foi um evento com o porto de Roterdão, uma associação que existia, ou que passou a existir, por um protocolo que foi assinado entre o porto de Sines e o porto de Roterdão.

Quando me levantei... era daquelas cadeiras... — desculpe estar a ser demasiado gráfico, mas é para ser rigoroso —...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É importante.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — ... que, quando uma pessoa se levanta, dobra. O telemóvel ficou atrás, a cadeira levantou e o telemóvel dobrou.

Entreguei esse telemóvel no fim da tarde, desse dia 15 de dezembro. Se quiser pedir à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, se eles ainda tiverem lá o que sobra, podem disponibilizá-lo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Posso interpelar a Mesa?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Dada esta circunstância, e porque não temos nada a perder, veja, por favor, se há informação relevante ao assunto da TAP.

*Risos.*

Eu sei que os senhores acham graça, mas é o dinheiro dos portugueses que está em jogo.

Mas, estava a dizer-lhe, veja se é possível recuperar mensagens que possam ter a ver exclusivamente com o teor desta Comissão da TAP.

Sr. Doutor, queria também colocar-lhe uma questão que ainda não foi esclarecida, do meu ponto de vista. Sabemos que há o início de um desentendimento, daquilo que foram as suas palavras, entre a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis e a Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Christine Widener, e é dado o *OK* para a Sr.<sup>a</sup> CEO chegar a acordo, digamos, para a saída da Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis.

Estou a pensar bem?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Creio que sim.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O Sr. Doutor sabe que há um modelo de governança das sociedades. Isto é, os órgãos da sociedade, entre eles o Conselho de Administração, são nomeados exclusivamente pelos acionistas. Não é possível um membro do Conselho de Administração negociar a saída de outro. Isso não existe. Quando muito, um membro do Conselho de Administração, se for o presidente, pode sugerir ao acionista que gostaria de ter na sua equipa *A*, *B*, *C* ou *D*, e caberá ao acionista, se concordar com isso, promover a contratação destas pessoas. Só ao acionista cabe retirar estas pessoas do órgão social.

Nunca vos ocorreu, no primeiro contacto, alguém dizer: «Alto! Desculpe, isto não é matéria que a senhora possa conduzir. Isto é matéria exclusivamente nossa e nós vamos diligenciar neste sentido.» Nunca se colocou essa questão básica, primária, antes de tudo?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Pelos vistos, também não se colocou aos escritórios de advogados que representaram as partes, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Vou repetir e peço que o tempo não conte.

Sr. Doutor, agradeço a sua complementaridade e preocupação com os escritórios de advogados, mas a minha pergunta é para si, enquanto Secretário de Estado que tinha relação com um conjunto de empresas públicas — mesmo que fossem empresas privadas —, que têm os seus acionistas, o Conselho de Administração, o Conselho Executivo, entre outros, são órgãos que são indicados pelos acionistas das empresas. É assim. Portanto, eu, enquanto membro de um Conselho de Administração, seja de uma empresa privada ou pública, não posso chegar ao meu acionista e dizer: «Olhe, eu já não quero aquele senhor a trabalhar, portanto, vou eu...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Era injusto!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Era injusto!

Como estava a dizer, «já não quero aquele senhor a trabalhar, portanto, vou eu substituir este senhor». E o acionista não diz «sim senhor, faça isso».

Isso não é competência do órgão de gestão, não é competência de um par poder prescindir de ou contratar outro par. Não é isso, isso não existe! Isto é o básico da gestão das empresas e do Código das Sociedades. Cabe ao acionista anuir e dizer «sim senhor, concordamos que queira ter aquela pessoa e aquela outra na sua equipa», mas é o acionista que trata disso. Assim como em caso de rescisão ou dispensa, é matéria exclusiva do acionista.

Enquanto Secretário de Estado com responsabilidade em todo o setor público empresarial, a primeira coisa da sua sensibilidade básica, primária,

que nós entenderíamos, se chegasse lá a Sr.<sup>a</sup> CEO com essa vontade e os senhores anuíssem — enfim, isso é outra questão —, era dizer: «Sim, senhor. Nós, enquanto acionistas, vamos liderar e tratar do problema da substituição da Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis ou de outra qualquer pessoa. Não é a Sr.<sup>a</sup> CEO que vai liderar esse processo e, depois, nos pede para validar.»

Isso não existe! Mas que raio de organização e gestão societária! Onde é que os senhores foram buscar esta ideia, que não existe na tradição, na prática? Isso não existe.

Portanto, a primeira coisa básica que o Sr. Secretário de Estado devia ter dito na altura era: «Ó minha senhora, desculpe, não lhe cabe a si nem negociar, nem substituir. Nós tomámos boa nota, vamos ver se, enquanto acionistas, achamos bem e, se acharmos, vamos nós tratar do processo, porque é da nossa exclusiva responsabilidade.» Antes de indemnizações, antes de *OK*, antes de advogados, essa era a primeira questão de um governo responsável.

Isso nunca lhes passou pela cabeça?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, o Sr. Ministro das Infraestruturas deu essa autorização, na reunião de 4 de janeiro. O que me está a dizer é outra coisa, ou o que está implícito na sua pergunta. Mas, se quiser explicitar, o ponto é: não foi a CEO que, de repente, se lembrou. Ela teve uma autorização do acionista, ou do representante do acionista.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ó Sr. Presidente, eu tenho de voltar a tentar explicar, porque eu não devo estar...

O Sr. **Presidente**: — Estamos com a contagem de tempo parada.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eu admito que deve ser problema meu.

Repare no seguinte: eu não estou a dizer que o Sr. Ministro deu o *OK*. Não é isso. Até pode ter sido o Sr. Primeiro-Ministro. Não é essa a questão.

Quando chega um Conselho de Administração, neste caso, o Presidente do Conselho de Administração, ou da Comissão Executiva, ao acionista-Governo-Ministério das Infraestruturas, a dizer «eu gostaria de substituir, ou de ver substituído na minha equipa, fulano tal, porque não está de acordo, eu não trabalho bem, não nos entendemos», primeiro, o acionista tem de validar isso e dizer «sim senhor, nós concordamos e, de facto, vamos ajudar a promover essa alteração». Mas essa é uma competência exclusiva do acionista, que não pode autorizar um outro membro do Conselho de Administração a liderar uma negociação, a promover o acordo, a assinar...

Não é nada disso! Isso não existe! Isso é ir completamente ao arrepio da organização societária. É o acionista, ou os representantes do acionista, que promove a destituição ou a nomeação dos órgãos sociais, ponto final.

O Sr. **Presidente**: — Penso que o Dr. Hugo Mendes já entendeu.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Posso responder?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Faça favor.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, a TAP é que tem de instruir esse processo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Desculpe?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — A TAP é que tem de instruir esse processo. É por isso que há um presidente do Conselho de Administração. Há uma autorização...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas o Conselho de Administração...

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Se eu agora pudesse responder...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Faça favor.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — O Ministro das Infraestruturas e da Habitação deu uma autorização a 4 de abril e disse: inicie-se o processo. E o processo tem de cumprir... O senhor pode ter uma ideia diversa de como as coisas podem funcionar, mas a questão é: as questões societárias e a relação com a tutela acionista têm de ser garantidas pelo Conselho de Administração e por quem lidera o Conselho de Administração.

Repare, e deixe-me dar um outro exemplo, que é *a contrario*: o senhor disse que tem de ser o acionista a encontrar o administrador.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eu não disse isso! A nomear, que é diferente de encontrar! Nomear!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Mas não estamos num caso de nomeação.

O Sr. **Presidente**: — Dr. Hugo Mendes, se já terminou, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sim, já terminei.

O Sr. **Presidente**: — Então, queira continuar, Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, bem tentei, esforcei-me, mas, aparentemente, não foi de fácil compreensão a minha pergunta.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Pergunte em inglês.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Pode ser em inglês técnico...

Bom, vamos aqui a uma outra questão que é importante. O Sr. Doutor, no início, falou na decisão...

*Neste momento, o depoente está a usar o telemóvel.*

Pode continuar... Não sei se consegue estar com atenção ao telemóvel e ouvir-me ao mesmo tempo, mas...

Bom, estava eu a dizer que o Sr. Doutor, no início, disse que a decisão estratégica ou operacional dos voos competia exclusivamente à gestão. Correto?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sim.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Como é que é a questão da diáspora? No nosso acordo no Governo PSD/CDS, os voos com a diáspora tinham uma garantia explícita, no acordo mútuo que era necessário cumprir.

Como é que isso é feito, se não existe qualquer possibilidade de a tutela falar em termos de voos estratégicos como os da diáspora?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, a TAP está a lutar pela sobrevivência. A TAP tem de garantir um plano de reestruturação que



é cumprido e não pode ter voos que dão prejuízo. Não pode ter rotas que dão prejuízo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não perguntei isso!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — E, portanto, ou essas rotas são rentáveis ou... Aliás, a TAP até voltou a ligar Caracas, duas vezes por semana, creio. Provavelmente, a comunidade portuguesa gostaria, ou os embaixadores, que, aliás, tanto falavam com a TAP, como disse aqui o *Chairperson* da TAP que recebia... Nós é que éramos acusados de ingerência, mas eram os embaixadores que escreviam diretamente para o presidente do Conselho de Administração a pedir a criação de rotas.

Portanto, eu compreendo todas as suas questões, relevo, do ponto de vista político, a sua importância, mas, neste momento, a TAP tem de garantir a sua sobrevivência até 2025 e nenhum Governo responsável, nenhuma tutela responsável, pelo menos nós nunca o fizemos, pode dizer: vai ter de voar para a comunidade *A*, *B* ou *C*, porque ela é muito importante.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Quer dizer que, então, o tão propalado controlo estratégico «foi para as malvas».

Sr. Doutor, eu reparei, não posso deixar de comentar isso, que, enquanto me estava a responder sobre a questão societária, estava a receber informações pelo telemóvel. Não é o Dr. Pedro Nuno Santos que as está a enviar? Só curiosidade, permita-me este desabafo.

*Risos.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos evitar este tipo de perguntas...

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, eu não estou proibido de falar com o Dr. Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não foi isso que eu perguntei.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Durante esta inquirição está.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Estou? Isso está escrito onde?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado e Sr. Dr. Hugo Mendes,...

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Eu, por acaso, não estou a falar com o Dr. Pedro Nuno Santos, mas estou a falar com outras pessoas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas não pode!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eu só perguntei!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado e Sr. Dr. Hugo Mendes, peço imensa desculpa, peço silêncio, senão vamos ter de suspender os trabalhos.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Presidente, deixe-me só dizer uma coisa...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, vamos entrar no âmbito e no objeto da Comissão, não vamos fugir do âmbito e do objeto da Comissão.

Com a maior serenidade, vamos permitir ao Sr. Deputado que faça a pergunta, o Sr. Dr. Hugo Mendes terá a oportunidade de responder,

obviamente, sempre, quer na pergunta quer na resposta, com a maior urbanidade possível.

É isso que eu vos peço.

Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Doutor, de facto, quando o Sr. Primeiro-Ministro comentou as suas declarações sobre a mudança do voo do Sr. Presidente da República, já muito aqui falado amiúde, na sua resposta deu duas justificações, uma o código, digamos, de conduta do Governo — que, aparentemente, foi esquecido quando o Sr. Ministro das Finanças pediu à IGF para fazer o relatório que nós conhecemos — e eu percebi, da sua resposta, que disse que o Sr. Primeiro-Ministro, noutra circunstância, terá dito que o que importa são os resultados.

Pergunto: senti alguma mágoa na sua resposta, ou foi interpretação errada, a minha?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, eu não vou fazer comentários a comentários sobre questões ligadas ao Primeiro-Ministro. Já disse o que tinha a dizer.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ó Sr. Doutor, não quero que se sinta constrangido a repetir o que já aqui disse, eu só queria esclarecer.

Deixe-me fazer ainda uma pergunta que, julgo, é relevante. Depois da questão da indemnização, e já percebemos que não falou com o Prof. Miguel Cruz, nunca falou com mais ninguém sobre esta indemnização sem ser com o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Quer dizer, tirando a chefe de gabinete, que sabia, creio que não.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sobre a questão dos KPI, nós sabemos, e já aqui foi abordado, que há um *e-mail* para si e para o Prof. Miguel Cruz a dizer que, apesar de não estarem definidos KPI, o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos disse à Sr.<sup>a</sup> CEO que ela estava em condições de receber um bónus. Isto é assim?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não sei, Sr. Deputado, eu não estava presente na reunião.

Vai ter oportunidade de questionar o Sr. Ministro amanhã.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Então, eu vou ler-lhe um *e-mail* para si e para o Dr. Miguel Cruz, e passo a citar: «Tive o prazer de ter uma conversa com Pedro Nuno Santos que confirmou que a minha *performance* em 2021 foi boa e que eu poderia esperar ter todos os KPI completados, embora não estejam definidos, e a correspondente parte do bónus para o período 25 de junho a 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, estou totalmente disponível para a definição dos KPI para 2022. Christine.»

Este é um *e-mail* para si e para o Prof. Miguel Cruz. Acha normal ter os bónus completados ou ter atingido bónus sem ter KPI previamente definidos?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, vamos por partes: primeiro, eu não sei o que a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener disse ao Sr. Ministro nessa reunião. Ela diz que disse uma coisa...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Isto é um *e-mail*. Eu li um *e-mail*.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, eu sei, mas ela diz que disse. Eu não sei se ela disse. O Sr. Ministro estará cá para confirmar ou não se ela diz que disse isso.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ah, isso não é verdade.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não sei se não é verdade...

O Sr. **Presidente**: — Vamos tentar não cruzar...

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado Paulo Moniz, é uma questão de rigor. Eu, quando não estou presente nas reuniões, e as pessoas me vêm dizer: «Olha, aquela pessoa disse...», eu tenho de ter a confirmação. É uma questão de rigor e de verdade, já agora. É uma questão de rigor.

Portanto, se há uma pessoa que diz: «Eu naquela reunião disse à pessoa A qualquer coisa...». Então, perguntem à pessoa A se ela disse exatamente aquilo. A pessoa A, por acaso, vai estar cá amanhã no meu lugar. Portanto, é essa pessoa A, o Dr. Pedro Nuno Santos, quem tem de confirmar se aquela conversa ocorreu naqueles exatos termos.

Eu não sei o que a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener disse ao Ministro, não sei o que é que o Ministro percebeu que ela tenha dito, não sei o que é que ele lhe respondeu e não sei o que é que ela percebeu da resposta dele.

Portanto, está a ver a complicação,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro! Claro! Naturalmente!...  
Compreendo!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Às vezes, a comunicação é difícil. Portanto, eu não vou... Além do mais, eu nem estive nessa reunião. Portanto, eu acho mesmo que tem de inquirir o Dr. Pedro Nuno Santos sobre o que se passou nessa reunião.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos agora suspender os nossos trabalhos por 10 minutos e voltaremos, depois, para iniciar a segunda ronda.

*Eram 18 horas e 29 minutos.*

Srs. Deputados, já temos quórum para reiniciarmos os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 50 minutos.*

Continuando a nossa audição, dou a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Dr. Hugo Mendes, há uma questão que ficou, particularmente, por esclarecer, ou, pelo menos, ficou confusa, e nós queremos voltar a insistir nela: há uma confusão...

Sr. Presidente, queria pedir, se possível, que pusessem o cronómetro a trabalhar...

O Sr. **Presidente**: — Sim, tem razão, até estava parado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, é por causa da organização da nossa inquirição.

O Sr. **Presidente**: — Foi esquecimento meu, queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Permita-me, então, Sr. Doutor, voltar à questão do comunicado.

Disse o Sr. Secretário de Estado que era a «forma convencional» e eu penso que está a confundir forma convencional, legalidade e deveres de tutela, porque se, conforme confirmou aqui, houve, de facto, uma reunião clara em que a CEO da TAP pediu a saída de Alexandra Reis por estar desalinhada com a gestão, se fazia sentido do ponto de vista da gestão que a nova CEO da TAP também tivesse uma equipa em quem confiasse, tudo certo, mas, então, o Sr. Secretário de Estado, Dr. Hugo Mendes, tinha a perfeita noção, assim como Pedro Nuno Santos tinha a perfeita noção, de que o comunicado enviado à CMVM era falso — aliás, é por isso mesmo que está a ser investigado —, mas, independentemente da questão criminal, o Sr. Hugo Mendes sabia que era falso e o Governo não usou o seu dever de tutela para corrigir uma falsidade que sabia que era evidente.

Depois, há outro ponto: a sua insistência na expressão «ponto de equilíbrio». Esta indemnização era o ponto de equilíbrio. Se era tão ponto de equilíbrio, se estava tão garantida a legalidade, se estava tudo tão certo, se ela até queria mais e acabou por receber menos, então porque foi preciso autorização política? Se era tão ponto de equilíbrio, se era tão banal, se era tão simples, se era uma coisa tão evidente a todos os que olhassem para este processo, então porque foi necessário pedir autorização política? Porque foi necessário andar num processo de negociação que hoje todos conhecemos, mas que, na altura, desconhecíamos?

E aí, permita-me dizê-lo, Dr. Hugo Mendes, é muito estranha a sua capacidade de reconstruir a narrativa da linha do tempo e a sua incapacidade de se lembrar, na altura, quer o Sr. Secretário de Estado, quer o Ministro Pedro Nuno Santos, quer os vossos chefes de gabinete, de que vocês tinham aquela informação sobre a indemnização paga, pelo menos, a Alexandra Reis — aliás, hoje sabemos que houve mais pessoas a receber outras indemnizações.

O Dr. Hugo Mendes quer-nos fazer crer que um ex-secretário de Estado, um ex-ministro, vários chefes de gabinete, vários membros do gabinete, ninguém se lembrava da indemnização de Alexandra Reis!? Ninguém! Isso é inconcebível! Visto que hoje todos conseguem com alguma facilidade...

Eu não ponho em dúvida que o telefone lhe caiu ao mar em Sines, ou que quando se levantou o telefone caiu... Eu não ponho em dúvida isso. Isso é uma coisa; outra é não se lembrar de uma coisa evidente, que é: deu anuência política a esta indemnização. E parece-me estranho que não se tenha recordado disso. Mas, mesmo que o Sr. Secretário de Estado não se tivesse recordado, como é que o Sr. Ministro também não se recordou e como é que os chefes de gabinete também não se recordaram? Mais: chegam ao ponto de fazer um pedido de esclarecimento, a que, depois, ajudam a responder.

Portanto, permita-me insistir: é uma burla, verdadeiramente. É uma burla aquilo a que assistimos.

Mas gostava de deixar aqui clara outra coisa: é que parece que chegou a esta Comissão de Inquérito para dizer que não houve ingerência. Houve uma narrativa toda construída de que o Governo se intrometia demasiado na TAP, mas isso não aconteceu, e procurou explicar isso.

Bom, mas é que uma coisa é a ingerência, outra é o dever de tutela. E o Governo tinha deveres de tutela, quer na área das Infraestruturas, quer na



área das Finanças e o Conselho de Administração é, naturalmente, um *keypoint* dos deveres de tutela.

Portanto, como é que consegue fazer toda a narrativa da não-ingerência, mas está a confundir o verdadeiro dever de tutela, que era garantir que o Conselho de Administração estava com uma equipa coesa e sólida, que as decisões que eram tomadas não eram só tomadas por sociedades de advogados, eram tomadas pelo Governo, que diabo! Se não nós pagamos a sociedades de advogados para governarem...! Era o senhor que tinha o dever de governar bem, não era a sociedade de advogados.

Ora, o senhor sabia que estava em aplicação o Estatuto do Gestor Público, não deve desconhecer quais são os limites das indemnizações, porque não é uma questão de Direito, pois as pessoas, em geral, sabem que quem renuncia não tem direito a uma indemnização.

Portanto, os senhores quiseram foi esconder esta informação do público, não foi, na verdade, prestá-la de outra forma; quiseram escondê-la, verdadeiramente.

Gostava que nos dissesse quando é que surge a ideia de Alexandra Reis ir para a NAV. No seu depoimento à Inspeção-Geral de Finanças diz que ela tinha um grande currículo, o lugar estava vago e fazia sentido que ela fosse para a NAV.

Mas, então, Sr. Secretário de Estado, ela não dava para a TAP e dava para a NAV? Ela não servia para a TAP, mas servia para a NAV! E, curiosamente, a mulher acaba em Secretária de Estado do Tesouro, sem nunca se falar com as Finanças, claro...! Tudo, por acaso! É uma sequência de acontecimentos no tempo em que os portugueses olham e dizem: que diabo, ou nós estamos a ver a coisa mal, ou isto é muito estranho. Ninguém falou com ninguém, mas esta senhora sai com uma indemnização de 500 000 € e diz à CMVM que foi embora, por ela própria; o senhor viu, mas achou que era uma questão dos advogados.

Ela, miraculosamente, vai parar à NAV uns tempos depois. Ou seja, renuncia porque quer ir para outra atividade, mas acaba na mesma área de negócio, que é a NAV — e, mais uma vez, no Estado — e, depois, vai parar ao Governo. E ninguém sabia nunca da indemnização...! Ou seja, este deve ser o percurso mais extraordinário da vida política portuguesa: vai da TAP para a NAV, da NAV para o Governo, sem que ninguém saiba que esta senhora recebeu uma brutal indemnização por parte dos contribuintes.

E, já agora — o meu tempo está a escassear, depois também tenho de ir para o Plenário —, há uma questão que também gostava de colocar e que tem a ver com o seu depoimento à Inspeção-Geral de Finanças.

No seu depoimento à Inspeção-Geral de Finanças diz que apenas conheceu o valor e não soube mais nada dessa indemnização. Este depoimento foi dado a 18 de janeiro de 2022. Hoje sabemos que soube de outras coisas para além do valor da indemnização, como as questões de seguro, as questões relacionadas com outras facilidades, que não são o valor da indemnização.

Vou perguntar-lhe isto, espero que responda com objetividade: mentiu à Inspeção-Geral de Finanças? É que diz que só conheceu o valor, mas respondeu ao Deputado Paulo Moniz a dizer que sabia do seguro, que sabia do telemóvel, que sabia das... Ou seja, isto não é o valor propriamente, são outros aspetos acessórios do valor. Portanto, mentiu à Inspeção-Geral de Finanças? É uma pergunta que lhe faço.

Finalmente — Sr. Presidente, vou mesmo terminar —, queria perguntar-lhe se não acha... Há bocado leu-nos o contexto de umas frases suas para dizer que nunca proibiu a TAP de falar com outros ministérios, mas deixe-me dizer-lhe que a minha perceção daquilo que leu é que reforça precisamente o contrário. É que as Infraestruturas não queriam que a TAP falasse com mais ninguém senão com as Infraestruturas.

Portanto, pergunto-lhe se não acha que acaba por ser normal que houvesse quase receio da TAP de falar com outros ministérios, se, por isso, não se sente culpado, em parte, pelo que aconteceu, de as Finanças não terem sido informadas de uma coisa de que, como já reconheceu, deviam ter sido, que era esta indemnização, e se essa cultura de entrincheiramento, na verdade, não levou a que as Finanças hoje, eventualmente, não tenham sido informadas. Vamos saber quando o Ministro Fernando Medina vier a esta Comissão na sexta-feira.

Sr. Presidente, obrigado pela tolerância.

O Sr. **Presidente**: — Dr. Hugo Mendes, faça favor.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, deixe-me ver se aponte isto bem... Se não, volta a insistir.

Sobre o comunicado, Sr. Deputado, vou limitar-me a responder-lhe o que já lhe respondi no início. Eu percebo que a resposta não seja satisfatória para o Sr. Deputado, mas o comunicado é responsabilidade dos órgãos sociais da TAP.

Quanto a nós, na medida em que nos mantivemos a uma distância relativa deste processo, na medida em que demos uma validação política a um valor da indemnização e nunca nos imiscuímos em mais nenhuma dimensão da negociação, fosse jurídica, fosse societária, fosse o que fosse, o comunicado da CMVM é, num certo sentido, uma formalidade que decorre de um acordo, é o ponto final de um acordo no qual a nossa parte estava cumprida e terminada às 18 horas e 15 minutos do dia 2 de fevereiro.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas era falso!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não digo que não! Eu não digo que não... Não digo que não fosse falso. Eu só estou a dizer que, do nosso lado, volto a invocar o princípio da boa-fé, o princípio da confiança e o princípio da responsabilidade de quem...

Repare, a entidade emitente é a TAP. Se a entidade emitente tivesse sido o Governo, isso era outra coisa. A entidade emitente é a TAP. Portanto, desse ponto de vista, quem tem a responsabilidade da fidelidade, ou ausência dela, da informação prestada ao mercado é o emitente. E, Sr. Deputado, não lhe consigo responder mais do que isto.

O ponto de equilíbrio. Na sua questão sobre o ponto de equilíbrio, falou da dimensão jurídica. Na nossa avaliação do ponto de equilíbrio, não há nenhuma dimensão jurídica, porque a dimensão jurídica não esteve presente na nossa intervenção. Nós intervimos sobre números. Números. Valores.

Portanto, aqui o que está em causa é um ponto de equilíbrio entre as várias dimensões que estavam em causa: a empresa e os direitos, que nós tínhamos por bons, que eram atribuídos à administradora. Uma negociação é isso mesmo, é um ponto de equilíbrio.

Aliás, esta imagem já foi utilizada várias vezes para a negociação dos 55 milhões. Como é que se chegou aos 55 milhões? Eu próprio não sei, mas o que toda a gente diz é que é o ponto de equilíbrio entre a posição *A* e a posição *B*. Poderia ser outro valor? Talvez pudesse.

Neste caso, nós entendemos que os 500 000 €, tendo em conta a posição de partida, que era o triplo, e tendo em conta que não estávamos em guerra, nem queríamos violar ou comprimir excessivamente os direitos da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, era um valor que nos parecia razoável. Outra pessoa, se calhar, decidiria de outra forma. É totalmente legítimo.

Não eram várias pessoas a lembrar-se do acordo. Repare, eram só três, não estamos a falar de uma multidão de 20 pessoas, não é? Éramos só três e

estávamos a procurar reconstruir a linha do tempo no momento em que o comunicado é escrito.

O comunicado é escrito numa situação-limite, que eu acho que as pessoas compreendem, em que as pessoas se estão a demitir. É um momento traumático, em que um ministro que é ministro há quase quatro anos e um secretário de Estado que é Secretário de Estado há mais de dois anos, de um momento para o outro, perante as evidências da informação que se foi tornando pública, resolvem decidir: «Bom, isto é insustentável, temos de nos ir embora!»

E o comunicado é o que é. Quer dizer, podia ter sido mais bem escrito, escrito de outra forma...? Se calhar podia, mas não tivemos tempo, Sr. Deputado, e já saiu à meia-noite e meia, não é? E queríamos-nos demitir naquela noite.

Os advogados a governar. Bom, os advogados não governam, não é? Os advogados dão apoio jurídico ao Governo, e o Governo pode delegar, do ponto de vista da *expertise* que os advogados têm, e isso ser integrado, melhor ou pior, na tomada de decisão política.

Quando se trata de decisões da empresa é a empresa que tem de garantir que o apoio jurídico é à prova de bala. Quando eram decisões do Governo — e eu dei os exemplos dos despachos conjuntos que assinei com o Secretário de Estado, Prof. Miguel Cruz, porque a TAP tinha tutela conjunta —, esses responsabilizavam-nos, a nós, juridicamente e financeiramente. Era muito dinheiro: era o *jet fuel* e eram as aeronaves. Claro que isso tinha uma dimensão jurídica que era analisada internamente, porque aí éramos nós que estávamos em causa. Eu não podia dizer: «Ah, eu só dei um conforto político à aquisição de 500 milhões de *jet fuel*!...» Não! Isso tem mesmo de ser avaliado.

Não percebi, desculpe... Se calhar houve alguma coisa aqui que não percebi, mas se calhar deixo para o fim.

A questão da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis. Repare, é preciso mesmo, é muito importante, separar a dimensão do profissionalismo, da qualidade da competência e da ideia que nós tínhamos da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis da dimensão do conflito — agora não quero trazer vocabulário novo a uma situação que não conheço, mas vou utilizar a expressão que já deve ser convencional nesta Comissão: incompatibilidades irreconciliáveis — que nos foi reportado existir.

Para nós, antes de a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis sair da TAP e depois de a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis sair da TAP, ela tinha as mesmas competências e qualidades. Ela não saiu por falta de qualidade ou falta de competência, no nosso julgamento, ela saiu porque decidimos dar mais poder à CEO.

Desse ponto de vista, isso tinha uma tradução, e a tradução era substituir a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, que se manteve, na nossa perceção, uma excelente profissional. Tanto assim é que, a seguir, procurámos colmatar e resolver o problema da NAV nomeando-a para a presidência.

Pergunta-me quando é que surgiu. Quer dizer, não quero cometer aqui inconfidências, mas, durante muito tempo... As pessoas podem achar que estava escrito nas estrelas que o Ministro das Infraestruturas ia ficar lá. Nós não sabíamos onde é que íamos ficar. Não sabíamos!

Por isso é que não nos comprometemos com ninguém, nem começámos a imaginar nomes. Eu não sabia se ia ser Secretário de Estado, com a tutela daquelas, eu não sabia se o Ministro Pedro Nuno Santos ia continuar na mesma pasta. Não sabíamos, efetivamente. Portanto, não nos pusemos a fazer convites a ninguém.

Quando é que surgiu o nome? Surgiu, provavelmente, quando as coisas se começam a fechar e começámos a pensar a sério: «Bom, então, temos de começar a resolver o problema dos vários conselhos de administração que estão pendurados desde 27 de outubro passado» — momento em que o Governo disse: «Eh pá, nomeações acabaram.»

Porque é que ela foi para o Governo? Não posso responder. Eu fui informado no dia em que ela foi para o Governo. Lembro-me desse dia perfeitamente, porque era um dia em que havia uma grande conferência na Fundação Oriente sobre o aeroporto de Lisboa. Eu não pude ir, porque estive o dia todo a trabalhar no gabinete, mas o ex-Ministro foi fazer o discurso de encerramento.

Sei que, às 18 horas e 30 minutos, a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis me telefonou a dizer que tinha sido convidada para Secretária do Estado de Tesouro e tinha aceitado. E eu pensei: «Bom, lá ficámos outra vez com o problema da NAV por resolver!...» Mas foi nesse momento que eu soube, portanto, o processo escapa-me completamente.

Quando fala da indemnização, de eu ter mentido à IGF porque não referi os *fringe benefits*, repare: isso para mim é tudo dinheiro, a indemnização é dinheiro. A IGF contabilizou o uso desses benefícios acessórios, até, creio, março de 2022, em 6000 €. Eu não estou a dizer que é muito ou que é pouco, o que estou a dizer é que é dinheiro.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É um salário hipotético!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, quer dizer, é dinheiro, faz parte do valor indemnizatório: são os 500 000, mais o seguro de saúde, que vale X, mais o carro, que vale Y... É dinheiro, não é?

Portanto, foi um termo lato que eu utilizei, quando disse: «Eu só conheço...» Eu podia ter dito: «Eu só conheço as rubricas que dizem respeito ao que tem uma tradução monetária.» Pronto, poderia ser uma formulação mais precisa, mas, enfim, não me pareceu justificado, ou, pelo menos, não ficou assim escrito na ata da IGF.

Já agora, a ata não é uma transcrição, é um resumo, e um resumo é necessariamente um resumo, comprime a informação. É um ato de

empobrecimento de uma audição, que é de uma hora e se resume a uma coisa de uma página.

Cultura de entrincheiramento. Repare, não havia mesmo cultura de entrincheiramento nenhuma, é que mesmo nenhuma! Aquilo que eu pedi à Eng.<sup>a</sup> Christine Widener foi: «Falem connosco sempre que tiverem matérias a resolver com o Governo. Sempre!» Era a política de: «Nós estamos aqui para o que precisarem, às horas que for necessário, para o que for necessário. Agora, não comecem a falar com toda a gente, porque assim vamos perder o controlo dos temas discutidos. E isso não pode ser.» É para isso que serve a tutela! Ela não é tutelada por meio Governo, ela é só tutelada por dois ministérios.

Em relação às Finanças, mais uma vez repito, nunca houve nenhuma... Repare, é inconcebível — é que é mesmo inconcebível! — alguém dizer: «Olhe, você não vai falar com o Ministério das Finanças», que é só o Ministério mais poderoso do Governo e que pode paralisar uma empresa porque lhe controla as contas. É o titular da função acionista! Repare, se eu tivesse dito isso, sabe qual é o dever do gestor público? É incumprir.

Não sei se respondi a tudo.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Já o ouvi pelo menos duas vezes a associar o pagamento das saídas aos administradores à gestão privada. Eu já lhe tinha perguntado, e o Sr. Deputado Bruno Dias também, por isso deixe-me recapitular, porque se calhar há pouco não fui totalmente claro.



A grande maioria é no período de vossa tutela, de 2019 a 2023. Mesmo que se use o período apenas enquanto Secretário de Estado, cerca de metade dos casos são nesse período.

Olhando para os resultados da auditoria da EY, há 296 pessoas que receberam mais de 100 000 €. O valor total, de 2015 a 2023, é de 44 milhões, mas 41,6 milhões, isto é, 95 % do valor, são de 2020 a 2023. Não é gestão privada, é tutela pública. E isto, obviamente — depois pode responder-me —, inclui todos os trabalhadores que saíram na pandemia, exatamente.

Foi por isso que eu, há pouco, não disse isto tudo, fui ao caso mais concreto que interessa, que é exatamente o dos administradores. Temos 14 administradores que receberam 9,3 milhões de euros. Destes 14, 13 saíram entre 2019 e 2023. Isto não foi em 2015 nem em 2016, foi entre 2019 e 2023. Treze administradores receberam 8,5 milhões de euros — Alexandra Reis aqui já incluída, mas, como vemos, Alexandra Reis é 6 % disto — isto é 17 vezes o valor de Alexandra Reis.

Por isso, o que eu pergunto é: como é que o Governo não sabia de nada? Porque é que o Governo só soube de Alexandra Reis e não dos outros casos? É que, como já disse há pouco, cerca de metade destes 13 ou 14 são de 2021 e 2022.

Por um lado, quer dizer, ainda bem, num certo sentido, que não soube, porque, com isto tudo, se em termos políticos choca, um caso, agora imaginemos com todos os outros. Mas, por outro lado, obviamente que isto é preocupante, porque é dinheiro dos contribuintes mal empregue e, nalguns casos, até, se calhar, de forma irregular, vá, para não dizermos ilegal, com prestações de serviço fantasma, que não é só um caso desses que está identificado. Por isso, perguntava-lhe como é que o Governo, tendo a tutela e sendo acionista, não sabia.

Segundo, disse há pouco que a administração reunia com o Governo e não dava um passo sem ter certeza jurídica. Eu gostava de lhe perguntar se

tem certeza jurídica sobre todas estas saídas, sendo já público o caso do Sr. Dr. Fernando Pinto, que, além dos prémios, indemnizações e subsídios, ainda tinha aquele contrato de prestação de serviços sem qualquer prova de trabalho, e não é o único caso. Por isso, perguntava-lhe se põe as mãos no fogo pela administração nesse caso.

Depois, relativamente ao contrato da CEO — há pouco não consegui concluir por causa do tempo —, havia mais uma questão, que era a cláusula de *non-competere*, para, durante um certo tempo, a CEO não ir para nenhuma das concorrentes.

Aquilo que a chefe de gabinete da altura disse à Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis foi: «Não temos problemas com isso, preferimos não ter de pagar. Preferimos não ter a cláusula, ponham zero ou o mínimo possível, é este o entendimento da tutela.»

Eu gostaria de saber de quem é que era este entendimento, se do ex-Ministro Pedro Nuno Santos ou seu, e qual era o motivo, porque, quer dizer, isto vai contra as melhores práticas do mercado. No fim lá acabou por ficar quatro meses, penso eu, mas, na prática, como sabemos, a CEO agora, em julho ou agosto, pode ir para a Air France ou para a Lufthansa e contar o que sabe.

Depois, a chefe de gabinete — não a mesma, mas a Dr.<sup>a</sup> Eugénia — esteve aqui e fez uma descrição de um ministério, digamos assim, desorganizado e com muita informalidade, e eu gostava de lhe perguntar se corrobora isso ou não.

Em relação aos 55 milhões pagos a David Neeleman, que já referiu há pouco, queria perguntar-lhe, daquilo que sabe, obviamente, se eles foram pagos, porque, a partir de 2017, o Sr. David Neeleman ficou com o direito, em caso de incumprimento do Estado, ao reembolso dos 224 milhões de prestações acessórias.

Perguntava-lhe também se confirma que, no fim de 2020, já após todas as negociações, o resultado foi que a DGTF ficou com 72,5 % mais 55 milhões de prestações acessórias e a HPGB ficou com 22,5 % e 169 milhões de prestações acessórias.

Já nos disse também que não sabe como é que se chegou ao cálculo dos 55 milhões, mas aproveito para lhe perguntar se nos pode confirmar que estes 55 milhões eram líquidos de impostos.

Depois, queria-lhe perguntar também sobre a operação da M&E Brasil, uma operação já aqui muito falada, que deu perdas de 1000 milhões à TAP. São duas questões simples.

A primeira era para saber se, sem a M&E Brasil a prejudicar as contas do grupo, considera que a TAP poderia ter ficado apenas ao abrigo do mecanismo de ajudas covid e não do de resgate e reestruturação.

E uma segunda era para saber se enquanto foi Secretário de Estado, de alguma forma falaram, no âmbito do tal controlo estratégico, com a Comissão Executiva ou com os administradores do Estado, de modo a fechar a torneira a esta operação, digamos assim.

O Sr. **Presidente**: — Dr. Hugo Mendes, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Ora bem, indemnizações. Eu não conheço esse relatório, portanto, toda essa informação que me está a dar sobre indemnizações é para mim inteiramente nova. Disse que é um relatório da EY, mas não sei quando é que ele foi produzido. Imagino que seja recente, não tenho acesso.

Sobre os valores, bom, repare, vamos separar os administradores dos trabalhadores.

De trabalhadores, saíram, creio, centenas de pessoas através de rescisões por mútuo acordo, processo para o qual a TAP tinha provisionado

83 milhões. Portanto, admito que grande parte disso tenha sido gasto em trabalhadores. Havia um teto de 250 000 €, que talvez tenha sido atingido por muitos pilotos, enfim, pessoas que trabalhavam na casa há muitos anos. Isso pode explicar a boa parte desses 43.

De administradores, eu não tenho conhecimento de nada. Repare, está a falar de 2019-2023, e há um momento aí que é decisivo, que é um momento em que, quer dizer, o poder do Estado é muito maior, mais ou menos a meio — não é mais ou menos a meio, mas pelo menos a um terço. Aliás, como eu também já disse há pouco, a Comissão Executiva liderada pelo Eng.º Antonoaldo Neves tinha um poder bastante amplo para tomar decisões que provavelmente podiam gerar essas indemnizações.

E é possível... Eu não tenho acesso à informação, portanto, não posso fazer a cronologia e fazer a compartimentação, ano a ano, dos valores pagos, mas não tenho nenhuma... Acharia muito estranho que alguma dessas indemnizações tivesse sido paga a partir do momento em que o Estado recupera o controlo da empresa, portanto...

Mas, repare, estou a falar sem informação, que é uma coisa de que não gosto, e não sei mesmo. O que eu sei é que havia 83 milhões da TAP para os processos de rescisão por mútuo acordo, e admito que uma grande parte desses 40 e tal tenha sido consumida nesse processo.

O Estado, antes de 2020 — bom, depois de 2020 também —, tinha o controlo estratégico da empresa, mas pagar uma indemnização não me parece que seja uma decisão estratégica. Repare, não quer dizer que não tenha de haver um... Ou que possa ter de haver um conhecimento, se o Conselho de Administração souber e se os membros do Conselho de Administração do Estado tiverem conhecimento. De todo o modo, não estamos a falar de decisões estratégicas, estamos a falar de decisões de recursos humanos.

Mas, enfim, eu não quero elaborar mais sobre isto, porque entro no pântano da ignorância e não gosto de falar sem saber.

Motivo da cláusula de *non-competere*. Eu creio que não estou nesses *e-mails*, não é? Acho que não. Pronto. Não, porque recordo-me de que o Sr. Deputado já colocou essa questão várias vezes, e eu tentei pesquisar e procurar...

O que é que me parece — aliás, tenho quase a certeza — que aconteceu? Há uma parte do *e-mail* em que a ex-chefe de gabinete diz «a tutela prefere não pagar», certo?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sim, sim.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Pronto. Porque era esse o ponto: era que nós tínhamos de pagar à Eng.<sup>a</sup> Christine...

Quer dizer, uma coisa é impor... A ideia que tenho é de que chegámos aos quatro meses porque eram os meses que ela aceitava numa cláusula de *non-competere* que não nos custasse nada. A partir dos quatro meses, ela ia pedir dinheiro, porque estávamos-lhe a dizer: «Bom, a senhora não vai poder trabalhar na Lufthansa, KLM, etc., etc....» Bom, mas isso tem de ser compensado, isso vale dinheiro.

Portanto, não foram os 12 meses porque haveria dinheiro a pagar, e se calhar, agora, nesta altura, o Sr. Deputado estaria a perguntar-me: «Porque é que pagámos centenas de milhares de euros para impedir a Christine...?» Mas estou só a tentar inverter a situação, porque, de facto, foi essa a decisão: nós não queríamos pagar nada pela cláusula de *non-competere*, e os quatro meses foram o tal ponto de equilíbrio.

Sobre a questão da... Olhe, por uma questão de decoro institucional, não me parece correto estar a fazer comentários sobre organizações de

gabinetes. Eu nunca tinha ouvido falar... Francamente, não vou falar sobre organizações de gabinetes dos outros, dos passados...

Posso dizer uma coisa: os gabinetes em que eu trabalhei eram gabinetes extremamente profissionais, gabinetes de gente muitíssimo dedicada. Uma coisa de que eu acho que as pessoas, se calhar, podem não ter ideia é que os gabinetes do Governo trabalham a 200 à hora, trabalham mesmo em excesso de velocidade. Faz mal à vida das pessoas, e, se calhar, nem todas as coisas correm como se fôssemos a 20 à hora.

Pessoas diferentes também organizam os gabinetes de forma diferente. Eu admito que a atual chefe de gabinete do Ministro das Infraestruturas organize o seu gabinete de uma forma. O meu gabinete, enquanto Secretário de Estado, e o gabinete do ex-Ministro, do que eu podia assistir, estavam muitíssimo bem organizados, sempre funcionámos muitíssimo bem, do ponto de vista da organização e da fluidez do trabalho. Portanto, não tenho mais nada a comentar.

Sobre os 55 milhões é que eu não sei mesmo nada. Eu não era membro do Governo, repare... Eu era chefe de gabinete, mas um chefe de gabinete não sabe o que é que se está a passar na transação mais importante daquele verão, não é? Eu não sei mesmo nada, o que eu sei... Vocês sabem mais do que eu, porque tudo o que eu sei foi o ouvi nesta Comissão, nas várias audições.

Sobre se a M&E Brasil é a culpada por termos entrado no *rescue and restructuring*, eu diria que indiretamente sim, na medida em que a existência de 580 milhões de euros de capitais próprios negativos em dezembro de 2019 na TAP SGPS só tem uma explicação: a M&E Brasil.

Não há mais trabalho de detetive para fazer aqui. A SGPS tem capitais negativos pelos empréstimos da M&E Brasil. Portanto, a resposta é «sim», indiretamente parece-me que o responsável por a TAP estar numa posição

financeira muito mais debilitada do que as suas congéneres quando chega a covid é esse negócio em particular.

Da relação que eu tive com a Comissão Executiva neste dossiê, repare, a partir do momento... Esse é o primeiro dossiê que é executado logo em janeiro de 2022, porque se tenta... Portanto, o plano é aprovado e, em janeiro de 2022, bom, a Comissão Executiva procura encontrar uma solução que passe ou pela venda ou pela liquidação.

Tenta-se vender a empresa. Há uma empresa chamada Itapemirim... Já não me recordo muito bem. Lembro-me de discutir isso bastantes vezes com a pessoa que tinha, no portefólio da TAP, este tema, que era o CFO, o Dr. Gonçalo Pires. Quer dizer, o comprador não tinha credibilidade, não se avançou, e depois teve de se avançar para a liquidação.

Recordo-me de ter falado várias vezes com os meus colegas dos Negócios Estrangeiros, porque havia aqui uma dimensão diplomática: eram muitos trabalhadores, a M&E Brasil era uma empresa importante na cidade onde estava e estava encastrada, do ponto de vista económico, no tecido económico local. E, quer dizer, os embaixadores falaram, acho que até mesmo a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener foi lá quando se assinou, enfim, a liquidação da empresa, para não haver nenhum problema diplomático.

Não sei se respondi a tudo.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora a palavra ao Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Dr. Hugo Mendes, eu queria voltar atrás em relação à questão da NAV Portugal e da dificuldade em encontrar soluções de gestão para a NAV Portugal.

Pareceu-me ter dito que, desde 27 de outubro até ao mês de março, estiveram à espera de estar em funções, tendo em conta a interrupção da

legislatura, etc. Mas não era a partir de 27 de outubro que a situação estava colocada, até porque o problema já vinha de trás, ao longo dos anos, não necessariamente no seu tempo, mas anterior a si — ao longo dos anos, muitos anos, 2010, 2012, esteve sem quórum para deliberação... —, antes de o senhor ser Secretário de Estado.

Portanto, queria que nos pudesse ajudar a compreender esta sina da NAV Portugal, com a importância que tem, de não ter presidente do CA (Conselho de Administração). Ainda agora não tem, que eu saiba, não é? E andamos nisto. Parecia que isto era um problema de três ou quatro meses, mas é bem mais complicado do que isso, pelos vistos. Pelos vistos, não, é o que está claro para todos.

Depois, em relação à questão dos 55 milhões, na Comissão de Economia o ex-Ministro Pedro Nuno Santos tornou finalmente explícita a razão por que foram pagos 55 milhões a David Neeleman e tem a ver com a necessidade que havia de que o senhor se calasse e fosse à vida dele, ou seja, aquela questão do risco da litigância, é um termo assim mais fino. E eu pergunto se se confirma que o racional, o critério, digamos assim, deste pagamento de 55 milhões, deste acordo, era essencialmente esta questão de ele se calar, de evitar litigância, de o Governo não querer nacionalizar, e se nos pode dar mais detalhes sobre aquele processo negocial. É que esta coisa de evitar litigância pagando 55 milhões, gerir dinheiros públicos desta forma levanta-nos as maiores dúvidas, até porque a posição negocial do Estado não é negocial, peço desculpa. A posição do Estado português, demonstrando a legitimidade, ou falta dela, da posição do Sr. Neeleman, era substancial.

Quanto à reestruturação, o Dr. Miguel Frasquilho informou a esta comissão de inquérito que o projeto inicial do Governo era salvar a TAP, S.A. e deixar cair a TAP SGPS, um cenário onde a União Europeia não teria como exigir uma reestruturação, concentrando-se na TAP, S.A., que era a única opção que existia, não havia tal opção RR, do dito resgate e



reestruturação, e que foi a União Europeia que exigiu que o apoio fosse à SGPS no seu todo, por causa da dívida desta à TAP, S.A., à companhia aérea, e face a isso, portanto, que houvesse uma reestruturação. Eu pergunto se confirma, mas ao mesmo tempo, se não foi isso que acabou por ser feito com esta reestruturação, tendo em conta a quantidade de alienações da TAP SGPS que se impõe que sejam feitas no âmbito da TAP.

Dentro desta questão da reestruturação, a segunda questão é esta. Havia um estudo no Ministério que apontava para 10 mil milhões o custo de realizar o plano do PSD e da IL de deixar falir a TAP. Pergunto se confirma isso, porque este número surgiu também na audição recente. E eu pergunto se conhece este estudo, se o tem, porque nós tivemos essa indicação no âmbito dos trabalhos parlamentares. É a questão do impacto económico da falência da TAP.

A terceira questão, ainda no tema da reestruturação, tem a ver com os cortes nos trabalhadores, que foram até ao osso e que acabaram por prejudicar a empresa e a economia e a sua recuperação pós-covid. Ora, o Governo foi avisado para essas consequências, mas não atendeu a esses alertas. E eu peço o favor de evitar a brincadeira de que «os dados do PCP versam sobre os dados da IATA», porque havia, de facto, mesmo com a posterior revisão em baixa — o que menciona, e que eu gostava de ver em concreto, em termos de estimativa para os meses seguintes —, um cenário mais conservador, que acabou por prevalecer, relativamente à expectativa da retoma do mercado, havendo regiões do mundo a puxar pela retoma e que, claramente, não foram tidas em conta. Já nem estou a falar só do caso da China, estou a falar de outras áreas do planeta.

Finalmente, a questão da SPdH – Groundforce. O Governo recusou-se a nacionalizar a SPdH – Groundforce, que era, de longe, a solução mais direta, mais fácil e mais barata.

A instabilidade criada há quatro anos continua, agora com a inevitável manobra de fazer esta chantagem aos trabalhadores de que é necessária a operação de escolher entre o emprego ou a vida.

Portanto, a pergunta é: Porque é que não optaram por colocar a SPdH – Groundforce em controlo público?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Bom, sobre o passado da NAV não lhe posso explicar, porque não tenho conhecimento, não é? Não tenho conhecimento de dificuldades, no passado mais ou menos distante, de completar os conselhos de administração da NAV. O que posso fazer é falar sobre aquilo que conheço, sobre o que tive responsabilidade e, por isso, conhecimento.

Deixe-me só beber um bocadinho de água, desculpe.

O que aconteceu foi que, no dia 31 de agosto, o General Manuel Rolo renunciou. Portanto, o período em que se dá o vazio e onde nós poderíamos ter atuado é o período de 31 de agosto a 27 de outubro. Tentámos fazê-lo, recolhendo currículos vários, mas os currículos vários que recolhemos não nos satisfaziam.

No entanto, estávamos a programar entrevistas com essas pessoas, creio que eram três. Eram todas portuguesas, mas não estavam todas a trabalhar em Portugal, estavam a trabalhar, ou já tinham tido experiência, em organismos internacionais de aviação. Mas não havia ninguém que se destacasse como uma escolha óbvia. Depois, chega o dia 27 de outubro e, enfim, fica a situação parada.

Sobre os 55 milhões, Sr. Deputado, percebo que vocês continuem a ter dúvidas, mas eu não era membro do Governo na altura e, portanto, não tenho mesmo conhecimento. Sei que já inquiriram um conjunto de pessoas que tinham responsabilidades e possível conhecimento desse processo negocial

e dos seus detalhes, mas eu não tinha mesmo nenhum, visibilidade zero. Eu era chefe de gabinete.

É que, se bem me recordo, esse negócio termina no dia 2 de julho, quando os Ministros das Finanças e das Infraestruturas e da Habitação dizem publicamente que o negócio foi feito, que a TAP comprou esses direitos económicos ao Sr. David Neeleman.

Sobre a reestruturação. Mais uma vez, está-me a colocar questões que são prévias à minha entrada, porque essa questão da SGPS... Se bem percebi, a questão é — agora posso estar a fazer confusão com a pergunta anterior — se é o problema da SGPS que leva à entrada no *rescue and restructuring*. Ou não? Se calhar indiretamente.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — No essencial, sim, é essa a questão. Pergunto se havia uma ideia inicial de «deixar cair» a SGPS e o que estava lá dentro e concentrar os esforços em salvar a TAP, SA.

E pergunto se, ao impor a intervenção integrada, abrangendo toda a sociedade, a SGPS, tendo em conta os números, tendo em conta os indicadores económico-financeiros, isso já impunha a leitura de dificuldades económicas que levava ao RR.

Fiz-me entender?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sim, creio que sim.

Quero dizer, repare, não sendo membro do Governo nessa altura, o meu entendimento é que... Repare, ninguém estava a pensar, acho eu, na liquidação da SGPS. Estava-se a pensar na forma menos onerosa para o grupo ser auxiliado, para receber um auxílio e lhe ser pedido o menos possível de condições.

Se era pela SGPS, se era pela SA, se um é responsável, se a outra é inocente, disso não lhe consigo dar pormenores, porque havia um grupo de

trabalho do Governo que, nessa altura, foi mesmo criado, liderado por duas pessoas que, neste momento de transição, passaram para secretários de Estado. E, como secretários de Estado, mantiveram — pelo menos o Prof. Miguel Cruz — o acompanhamento do problema.

Mas, quero dizer, não lhe consigo dizer em detalhe. É óbvio que quando a Comissão Europeia olha para a dívida da SGPS, para aqueles 580 milhões de capital próprio negativo, ela não diz, «Ah, a SGPS é uma coisa, a SA é outra.» Não, a relação é absolutamente intrincada, não é? Não podemos salvar uma e aplicar o plano só sobre a outra. O plano tem de ser aplicado sobre todo o grupo, e foi isso que levou a que todo o grupo fosse sujeito ao *rescue and restructuring*.

O relatório McKinsey, creio que esse relatório não foi o Governo que o encomendou. Foi a TAP, creio que em fevereiro, março. E creio que até o *Chairman* e o CEO, na altura, escreveram um artigo de jornal apoiado nesse relatório, com um conjunto de dados explicando o racional e o porquê do apoio público à empresa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Março de 2022?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, não, de 2021, desculpe. Portanto, foi pouco depois da apresentação do plano de reestruturação. Eu não sei se não tem esse relatório?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Acho que não. E o artigo na imprensa?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Acho que há um artigo na imprensa do Ramiro Sequeira e do Dr. Miguel Frasquilho, se bem me recordo. Não sei se foi no jornal *Eco*, desculpem a publicidade, mas é a memória que tenho.

Cortes nos trabalhadores até ao osso: eu não quis fazer uma brincadeira, é que é mesmo assim. Ou seja, aquela questão dos cenários... Na negociação com a Comissão Europeia — não tenho aqui as orientações do *rescue and restructuring* —, eles referem *ad nauseam* que o plano tem de estar apoiado em dados *standard*, seguidos pela indústria e que sejam considerados *benchmark* para todos. E têm de ser reconhecidos internacionalmente, caso contrário o plano não vai ter credibilidade.

Portanto — e não leve isto como uma brincadeira, Sr. Deputado —, eu, o Sr. Ministro e o Governo todo, podíamos ter uma convicção de que isto ia melhorar mais depressa do que a IATA disse, mas não tínhamos como convencer a Comissão Europeia. E depois não é só convencer a Comissão Europeia. É que a Comissão Europeia está sujeita ao escrutínio do Tribunal Europeu de Justiça. Este foi o problema.

Já agora, deixe-me fazer um comentário lateral: Porque é que o plano de reestruturação da TAP demorou tanto tempo a ser aprovado? Foi porque, entretanto, surgiu um litigante profissional chamado Ryanair. E a Comissão Europeia passou a ser, a partir de um determinado momento, hiperprudente na justificação das suas decisões.

E quem é que era o prejudicado dessa hiperprudência? Éramos nós, que queríamos prestar o auxílio, e a empresa, que era a beneficiária.

Portanto, eles queriam trancar o mais possível a sua decisão para que a litigância futura não viesse a deitar abaixo a decisão da Comissão.

E houve um momento, houve uma decisão do Tribunal, creio que de 16 de maio de 2021, que anulava, num determinado momento, o auxílio de emergência de 1,2 mil milhões, e que depois anula a anulação, dando direito à Comissão para justificar melhor a sua decisão.

Mas esse foi o primeiro momento em que percebemos: «Bom, isto vai ser mais difícil, porque agora já não dependemos só da Comissão Europeia,

dependemos da forma como a própria Comissão Europeia vê como isto vai ser analisado, a olhos finos, pelo Tribunal de Justiça.»

Mas voltando aos cortes dos trabalhadores. Recordo-me sempre desta frase, não me esqueço dela; o Ramiro Sequeira dizia-me várias vezes: «Estamos a fazer cortes em 2020, em 2021, mas a TAP está dimensionada para 2022.»

Ou seja, para a operação de 2020 e 2021 manteve-se um excesso de pessoas, como havia excesso de aviões, para a operação da TAP. O que aconteceu foi que em 2022 houve uma recuperação, lá está, que ninguém pensava que fosse possível. Não vou discutir convicções pessoais, mas ninguém pensava que fosse possível. A partir do momento em que é possível...

Repare, a falta de trabalhadores não é na TAP e não é só nas companhias aéreas. O pandemónio nos aeroportos por falta de trabalhadores na aviação e no *handling* aconteceu na Europa toda, nos Estados Unidos, na América do Sul. Do ponto de vista operacional, foi uma tempestade perfeita: houve uma recuperação para a qual ninguém estava verdadeiramente preparado e aconteceu o caos a que todos assistimos no verão passado. E vamos ver se este verão não se repete.

Efetivamente, e agora falo de Portugal e falo da Groundforce, o que me dizem da Groundforce é que é muito difícil contratar. É muito difícil contratar. Não é que a empresa esteja a mandar trabalhadores embora, é que não consegue respeitar os picos de procura. Portanto, os «cortes até ao osso», eles podem ter acontecido, mas foram completamente involuntários. Aliás, foi por causa disso que a empresa teve de fazer ACMI (*Aircraft, Crew, Maintenance and Insurance*), não é? A contratação externa dos...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Mas não estavam previstos, não estavam previstos. O que estava previsto era a chegada dos novos Embraer. Houve atrasos nas entregas e, como a TAP tinha de voar para fazer receitas e para manter os *slots*, tiveram de ir à Air Bulgaria e já não me recordo bem qual era a outra companhia.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, isso é outra história, isso é a Xfly, que é a história da White e dos ATR. Estou a falar dos Embraer.

Aliás, eu tinha membros do Governo a perguntar-me, «Então, mas porque é que estou a voar num avião búlgaro? Porque a TAP não tem aviões para responder à procura.» Mas tínhamos de voar, e tínhamos de fazer receita, e foi essa receita que permitiu os resultados de 2022.

Quanto à recuperação. Atenção, porque há aqui uma coisa quando olhamos para os números da aviação a nível global, que é: olhando para os números de 2021, vimos uma recuperação extraordinária nos Estados Unidos, porque lá as companhias foram apoiadas a sério, não é? Não há cá Comissão Europeia... Foi o CARES (*Coronavirus Aid, Relief and Economic Security*) Act que injetou dinheiro a sério nas companhias americanas e permitiu uma recuperação do mercado muito mais rápida.

A Europa foi mais lenta, mas, mesmo assim, o mercado intraeuropeu recuperou muito mais rápido do que o mercado transatlântico. E porquê? Por causa dos problemas das mobilidades entre continentes e entre países.

Quem é que sofreu mais? A TAP. Ou seja, a nossa perspetiva era pior do que a das outras companhias, mesmo as *legacy*, porque voávamos imenso

para o Brasil. E o Brasil e Portugal... Enfim, havia restrições à mobilidade que dificultavam muito a vida da TAP.

As *legacy* sofreram mais do que as *low cost*, porque as *low cost* operam no mercado europeu, onde as restrições eram menores. As *legacy* sofreram mais do que as *low cost* porque tinham de atravessar o Atlântico, para ir para outros continentes. Das *legacy*, a TAP foi a que sofreu mais, porque voava para dois países — sobretudo para o Brasil, mas também para os Estados Unidos — cujas restrições eram poderosíssimas. E isso retirou muito dinheiro à TAP.

Sobre a Groundforce. Repare, as nacionalizações não são decididas por secretários de Estado. Tem de perguntar ao Sr. Ministro, mas eu acho que, na altura, ele fez várias declarações dizendo que não queria nacionalizar. As nacionalizações são decisões difíceis, que envolvem o Governo inteiro. São decisões colegiais, não é o membro da tutela que decide nacionalizar uma empresa, imagino.

Agora, se houvesse uma nacionalização, pelas regras, a empresa teria de ser vendida logo a seguir ou pouco tempo depois, por dois motivos. Primeiro, porque as regras europeias não permitem que o maior operador do *hub* detenha a maior empresa de *handling*, por questões de concorrência, regras com as quais podemos concordar ou discordar.

Mas, depois, havia uma segunda questão, que é o facto de haver uma regra fundamental no plano de reestruturação, pela qual a empresa não pode adquirir outras empresas. Uma empresa em reestruturação não pode utilizar o dinheiro da reestruturação para comprar partes noutras empresas. Talvez isso pudesse ser feito numa situação de emergência, porque podíamos chegar a Bruxelas e dizer, «Ouça, o nosso aeroporto vai parar, temos de nacionalizar aquela empresa.» Provavelmente, haveria luz verde, mas a venda teria de acontecer a prazo. Não sei se o prazo é de três, seis ou nove meses, mas ela não poderia ficar debaixo, ou dentro, da TAP.



Acho que respondi a tudo.

O Sr. **Presidente**: — Passo agora a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente, e obrigado, antecipadamente, ao Sr. Dr. Hugo Mendes.

Irei focar esta segunda intervenção especificamente no processo de saída de Alexandra Reis da TAP, para tentar emendar algumas pontas soltas.

Quanto à ideia de que existia o Estatuto do Gestor Público, já disse o Sr. Doutor que não o ignorava, até porque vários atos de gestão do Governo em relação à TAP o demonstravam.

Pergunto-lhe também se teve conhecimento dos diversos diferendos que o *Chairman* da TAP expôs ao Governo — quer ao Ministro das Finanças, quer ao Ministro das Infraestruturas, e imagino que também a si, enquanto Secretário de Estado — sobre a questão dos contratos de gestão, algo que decorria direta e incontornavelmente do Estatuto do Gestor Público.

Mais, houve um CFO que saiu da TAP e, mesmo não sendo o CFO indicado pelo Ministério das Infraestruturas mas pelo Ministério das Finanças, é um acontecimento que não deve deixar ninguém indiferente e que deve ter impacto nessa matéria.

E, apesar de publicamente ter sido dito que saía por questões pessoais, veio afirmar a esta Comissão que saiu por não haver os tais contratos de gestão, que decorriam também do Estatuto do Gestor Público, e por não haver um seguro para a sua atuação que garantisse, em particular, o pagamento de questões de litigância que ele tivesse fora de portas.

Face a esta realidade, foram, depois, pedidos um conjunto de documentos, em particular pelo *Chairman* da TAP e pela Administração, que expunham a obrigatoriedade do contrato de gestão com a cobertura de riscos.

Foram apresentadas várias versões desses contratos de gestão, e até encontraram um escritório de advogados, a Linklaters, para esse efeito.

Desse ponto de vista, portanto, não há nenhum ponto que se possa dizer que não fosse conhecimento disseminado e democratizado em todo o espaço — quer na empresa, quer no Governo —, que havia um Estatuto do Gestor Público que ali imperasse.

Também sobre essa matéria é taxativo o Estatuto do Gestor Público, dizendo que não pode haver qualquer tipo de indemnização quando há uma cessação por compensação de funções. Desse ponto de vista, o que a própria IGF reconheceu depois é que essa indemnização foi ilegal, o que levou à devolução do dinheiro nesse contexto.

No entanto, a sequência dos acontecimentos dá a ideia de maior conhecimento, por parte da tutela, e mesmo do Sr. Secretário de Estado, desta matéria do que aquilo com que temos sido confrontados nas suas declarações.

É certo que, na reunião de 4 de janeiro, apenas estiveram o Sr. Ministro e a CEO, mas, no dia 18, a própria CEO já manda uma proposta de reestruturação, com *PowerPoint*. Não sei se era apenas direcionado a si, mas teve, em particular, conhecimento desse *e-mail*.

No dia 19, a CEO e o CFO discutem a nova organização e o CFO procura até arranjar nomes para algumas das vagas que estavam em causa. No dia 25, é anunciada a Alexandra Reis, por parte da CEO, a intenção de que ela saísse da empresa. E, nesse contexto, logo no dia 25, o escritório de advogados que acompanhou a CEO nesse processo negocial envia uma primeira estimativa de pedido, para esse contexto.

Essa estimativa foi revista ao longo dos dias seguintes, mas, na verdade, passou-se cerca de uma semana. E há uma reunião por Teams, no dia 1 de fevereiro, com o Sr. Secretário de Estado, com a chefe de gabinete do Ministro Pedro Nuno Santos e com o representante do escritório de

advogados, em que são discutidos, e cito, «os termos e as condições da proposta efetuada por Alexandra Reis.»

Imagino que esta reunião não foi só para discutir um *e-mail* em abstrato, mas que teve conteúdo específico sobre as negociações. Como é óbvio, a pergunta que lhe faço é qual foi esse conteúdo. E insisto neste ponto: depois de todo este processo de negocial, depois de todos estes problemas gerais em torno do Estatuto do Gestor Público, não foi referido em momento algum que o Estatuto do Gestor Público também deveria ser contemporizado? Ou, por outro lado, da mesma forma que os contratos de gestão não estavam a ser cumpridos e isso era um incumprimento do Estatuto do Gestor Público, foi dito, «Bem, o estatuto de gestor público diz isto, mas é melhor a TAP fazer desta forma para não haver grandes chatices.»?

Esta reunião aconteceu no dia 1. Ainda no dia 1, há a possibilidade de se colocar algum valor, até comparado com realidades anteriores da TAP. No dia 2 há um novo *e-mail*, de César Sá Esteves à CEO, com um acordo final que depois é encaminhado para si, esse tal *e-mail* que refere que não tem o anexo, e depois há as consequências que já foram aqui referidas.

Servem estes dados todos, em primeiro lugar, para me corrigir se houver alguma informação errada neste contexto. Depois, para tentar expor que, de facto, havia um conhecimento disseminado sobre o Estatuto do Gestor Público, que houve um envolvimento da tutela, não apenas numa tomada de decisão que dizia respeito à CEO da TAP e à TAP, mas também uma aceitação, por parte da tutela. E a tutela tinha a obrigação de conhecer o Estatuto do Gestor Público, a par, já agora, do apoio jurídico da empresa.

Mas, por outro lado — e com esta frase termino, Sr. Presidente —, também existiu, por parte da CEO da TAP, um certo sonegar de informação ao restante Conselho de Administração, que só foi levado às conclusões quando elas já estavam materializadas para apresentar.

E eu pergunto, sobre isto tudo: Como é que tudo isto aconteceu, com estas reuniões em que participou, com esta proximidade em que esteve, e nunca, em momento algum, a questão do Estatuto do Gestor Público foi um alarme que soou para que se impedisse o tal pagamento de 500 000 €?

Ou era, de facto, aquela Administração da TAP, um mundo à parte, onde tudo era permitido, incluindo pagar indemnizações ilegais, porque se vivia acima das possibilidades do resto da TAP, que, naquele momento, estava a fazer cortes aos trabalhadores?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Relativamente a esses cortes dos trabalhadores, os administradores tinham um corte de 30 %. É só para não esquecer isso, porque as pessoas normalmente esquecem-se. E, no caso de Alexandra Reis, ela ganhava menos de 45 % do que o seu antecessor. Mas não quero fugir às questões.

Sr. Deputado, com toda a transparência, vou repetir o que já disse, porque não tenho outra forma de colocar as coisas de forma mais clara. Nós agimos neste processo como eu agi nos acordos de emergência e como eu agi no processo da Groundforce. Estávamos lá para acompanhar politicamente e não tínhamos um trabalho de *compliance* jurídico. Não tínhamos.

Podíamos não ter acompanhado esses processos, eu podia não ter estado nos acordos dos trabalhadores, mas achámos que era tão sensível e tão importante para apoiar a administração que estivemos lá.

Imagine que tinha sido cometida uma ilegalidade do Código de Trabalho. O responsável era um membro do Governo? Bom, mas estava lá uma bateria de advogados da TAP — do departamento jurídico, dos recursos humanos —, precisamente para garantir que não havia nenhuma violação do Código de Trabalho.

No caso da Groundforce, que foi um filme de terror, até do ponto de vista jurídico, demos acompanhamento jurídico; perdão, demos acompanhamento político. E tínhamos de dar, porque ali não estava apenas em causa a TAP. A Groundforce opera dois terços dos voos de Lisboa. Se a Groundforce parasse, não era só um problema da TAP, era um problema do País mesmo. Portanto, tivemos de nos envolver.

O apoio jurídico foi todo da TAP. Imagine que era cometida alguma ilegalidade nalgum daqueles passos, que o pedido de insolvência estava mal feito, de quem era a responsabilidade, do poder político ou da empresa, porque aquilo era um ato da empresa?

Aquilo é um ato da empresa, Sr. Deputado. Portanto, mais uma vez, o espírito da minha participação foi o mesmo. E aqui foi bastante mais reduzido, bastante mais circunscrito à questão do valor.

Eu não sei... Refere que, no dia 1, se citaram os termos do acordo. Eu não tenho essa informação, não sei de onde é que ela vem. Aquela reunião de dia 1 durou 10 minutos e, do que me recordo, o César Sá Esteves... Perdão, o nome da pessoa não é relevante. O escritório de advogados, o assessor jurídico da TAP, apresentou o percurso negocial e expôs a possibilidade de, talvez, 500 000 € serem possíveis.

Foi isto. Não se discutiu o enquadramento jurídico. Eu percebo que quem está de fora pense: «Mas as pessoas não sabem que o Estatuto do Gestor Público se aplica?»

Uma coisa é sabermos em abstrato, outra coisa é estarmos a discutir uma questão em concreto. É que eu pus-me na mão dos advogados, Sr. Deputado. Estou a falar com absoluta franqueza: o meu papel não era fazer *compliance* jurídica. Não era fazer *compliance* jurídica. Esse é um ato que, no nosso entendimento, é da empresa, e nunca foi levantado qualquer risco. Nunca foi dito o contrário. Nós agimos de boa-fé, respeitando o princípio da confiança e respeitando o princípio da responsabilidade dos gestores.

A mais interessada em que aquele ato cumprisse a lei era mesmo a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener e quem com ela coassinasse, porque são precisas duas assinaturas para vincular a sociedade. Esses são os mais interessados.

Depois, pergunta-me se a CEO sonegou informação. Repare, eu não sei, nem tenho de saber, quais os passos, do ponto de vista societário, que são dados a partir do momento em que a nossa intervenção cessa.

É a vida da empresa! A empresa tem um conselho de administração precisamente para garantir que todos os passos, do ponto de vista societário, são dados. Aquelas pessoas ganham muito dinheiro precisamente para isso. Não é a tutela que tem de garantir isso, senão gerimos a empresa a partir da Barbosa du Bocage. Já agora, com os salários deles!

Quer dizer, estou a explicar isto da forma mais honesta.

Sobre o *PowerPoint* do dia 18. Sim, houve um *PowerPoint* no dia 18. Mas repare, esse *PowerPoint* foi um prestar de informação por parte da CEO. Quando assumiram funções, em 24 de junho, não me enviaram nenhum *PowerPoint*, nem tinham de enviar. Ela fez isto por cordialidade e porque, tendo a autorização do Ministro para iniciar o processo de cessação de funções de Alexandra Reis, ela entendeu que isto fazia parte do mesmo domínio: «Vamos apresentar a estrutura ao Governo e vamos justificar porque é que o perfil de Alexandra Reis não se enquadra naquele novo bonequinho que aparece no *PowerPoint*, que se chama *transformation office*, ou qualquer coisa». Portanto, foi para explicar que a Alexandra Reis não cabia ali.

Admito que tenha sido essa a intenção da ex-CEO, mas a ex-CEO não tem de validar *PowerPoint* nenhum comigo. Aquilo é a forma como a empresa se organiza, eu não tenho de distribuir pelouros: «Você fica com os recursos humanos, você fica com as compras»... É a CEO e a equipa que tem de se auto-organizar. Ela disse, «Posso-lhe mostrar?», e eu disse, «Pode.» O que é que eu ia dizer? «Não, não quero saber»?

Tudo isto com a maior transparência e franqueza, porque eu tinha uma relação de proximidade e de confiança com aquela pessoa, e acho que foi uma mais-valia para a TAP termos conseguido construir aquela relação.

Não sei, se calhar falhei alguma pergunta, mas...

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado do Partido Socialista, Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Dr. Hugo Mendes, só para se organizar, eu vou dividir as minhas questões em três temas, e há uma quarta dimensão que deixarei para a terceira ronda.

O processo de Alexandra Reis; o processo da NAV, vou simplificar assim; e depois passo à questão dos administradores não executivos. Assim é mais fácil para se organizar.

Relativamente ao processo de Alexandra Reis, e para fecharmos a linha do tempo, porque estamos, de facto, nas últimas audições e isso facilita-nos, faço-lhe a mesma pergunta que fiz aos intervenientes na altura: Qual é, para si, o ponto zero desse processo, o momento em que sabe que isso vai acontecer? Fiz exatamente a mesma pergunta a todos.

Qual é o momento preciso, portanto, em que toma conhecimento que a Alexandra Reis sairá da TAP? Quem é a pessoa que o informa dessa saída? E confirma que não esteve nessa reunião de 4 de janeiro — era uma dúvida que ainda subsistia —, em que foi abordada a questão da reorganização da Comissão Executiva?

Ainda sobre este ponto, sabemos que, no dia 28 de janeiro, sexta-feira, surge a primeira proposta de Alexandra Reis, de quase 1,4 milhões de euros. E sabemos que no dia 31, na segunda-feira a seguir ao fim de semana, logo de manhã, a sociedade de advogados envia uma mensagem pelo WhatsApp à CEO que diz, «Na última sexta-feira, mencionei à Alexandra Reis que

poderia persuadir a TAP a aceitar 500 000 €, *all inclusive*.» Estou a citar. «Posso confirmar estes 500 000 € brutos, *all inclusive*?» A resposta imediata, penso que até no mesmo minuto, é, «Ok, obrigado.»

No final desse dia, a CEO envia-lhe isto por *e-mail* e avisa-o por SMS (*short message service*), e a sua resposta é do final da manhã do dia 1. É nessa resposta que é colocada a questão de o Sr. Ministro achar o valor muito alto. Responde isso à CEO, e a CEO responde com a mensagem que a sociedade de advogados havia proposto, que era, «Mas esse é um valor muito mais baixo do que já foi proposto ou pago ao Antonoaldo, e é um terço do valor que teria sido proposto.»

É aí que ela lhe pede a tal reunião por Teams, ao final do dia. E o que lhe pergunto é se essa reunião surge por causa da resistência a esse valor inicial; o que é que foi falado ou articulado nessa reunião — já abordou um pouco essa questão, a ex-chefe de gabinete também explicou um pouco, temos vários depoimentos nesse sentido —; e se foi nesse momento que ficou assente, ou formalizado, esse valor dos 500 000 €, que surge pela primeira vez, pela informação que temos e que recolhemos em todas as audições, nessa mensagem de segunda-feira, dia 31.

Ainda sobre este processo, há o famoso *e-mail* das 17 horas e 5 minutos que a CEO envia para si, onde escreve, «*Please find below the final agreement that I would recommend*». Pergunto-lhe, sobre isso em específico, se, em algum momento, recebeu — e pedia-lhe que confirmasse mais uma vez — o acordo que foi assinado pelos dois administradores; se leu, em algum momento, esse acordo até essa fase ou se lhe foi remetido em fase posterior; se foram discutidos consigo os termos de comunicação à CMVM; se deu alguma instrução sobre esse comunicado, e se foi assinado, ou não, esse comunicado; e se transmitiu sobre isso, e nessa fase, alguma informação ao Sr. Ministro.



Ainda a última questão sobre este processo. O acordo final, aquele que é assinado, a peça jurídica, vou simplificar assim, foi enviado às 2 horas e 43 minutos da manhã de sexta-feira pela sociedade de advogados para a CEO, que envia de manhã muito cedo para o Presidente do Conselho de Administração, que não responde durante essa manhã, isso também já apuramos factualmente, e que tem uma conversa consigo, telefonicamente, às 11 horas e 50 minutos, pelo aquilo que sabemos também do esclarecimento que aqui foi prestado, uma conversa curta.

O que lhe pergunto é que informação deu ao Presidente do Conselho de Administração, que indicação transmitiu nessa conversa e se, em algum momento, o Presidente do Conselho de Administração o alertou, ou tentou persuadir, a não prescindirem da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis.

Muito rápido, Sr. Presidente, peço a mesma tolerância.

Portanto, fecho este dossiê e abro o dossiê da NAV. No dia 22 de março contactou telefonicamente a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis e, segundo a audição nesta Comissão, para uma conversa exploratória, enfim, eventual possibilidade. Pergunto-lhe porque contacta a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis e como surge a ideia de poder ser um dos nomes para a NAV e se, em algum momento, formal ou informalmente, havia abordado este assunto anteriormente a esse dia 22; se voltou a contactar, ou só voltou a contactar, a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis já depois da posse do Governo e, portanto, já como Secretário de Estado das Infraestruturas e se, antes disso, houve alguma diligência formal nesse sentido; se depois da formalização, o processo seguiu para a CRESAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública) e se teve algum envolvimento nesse processo; e pergunto-lhe, também, quando soube que Alexandra Reis deixaria a NAV e se soube por que motivos.

Por último, só duas questões sobre os administradores não executivos, que foi uma das questões também aqui abordadas, sobretudo numa parte inicial desta Comissão de Inquérito.

O Conselho de Administração ficou sem dois administradores não executivos, a partir de 31 dezembro de 2021. Saiu José Silva Rodrigues e já tinha saído João Weber, subiu, entretanto, Gonçalo Pires e, portanto, faltavam ali dois administradores. E o ex-Presidente do Conselho de Administração disse aqui que, no dia 11 de maio, teve uma reunião com o Ministro Pedro Nuno Santos, que lhe disse imediatamente para avançar com o recrutamento destes investigadores e disse, estou a citar, «três meses medeiam, entendendo, embora que houvesse no Governo informação, foram um bloqueio provocado pelo Secretário de Estado, Hugo Mendes.» O que lhe pergunto é que bloqueio foi este para a não nomeação desses administradores executivos e onde estava a dificuldade para resolver esta questão que o Presidente do Conselho de Administração, na sua audição, referiu várias vezes.

Em outubro houve novamente a apresentação de uma lista para tentar resolver o mesmo problema e pergunto-lhe porque é que foi tão difícil concluir o processo de nomeação destes novos administradores — que, enfim, nessa audição, o ex-Presidente do Conselho de Administração refere que era uma questão crítica e que tinha desequilibrado profundamente o Conselho de Administração, e que essa era uma das dificuldades que existia na gestão da empresa.

Depois colocarei as outras questões, na terceira ronda.

O Sr. **Presidente**: — Dr. Hugo Mendes, faça favor.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, não sei se consegui apontar tudo, mas se falhar, por favor, recorde-me.

O ponto zero ocorre... Não consigo lembrar-me do dia exatamente, mas foi o Sr. Ministro que, em meados de janeiro, talvez uns dias depois de ter tido a reunião com a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener, me comunica, enfim, a situação e a decisão.

Só quero deixar aqui uma nota, que é para depois não se gerar confusão. Houve duas reuniões nesse dia. No dia 4 há uma reunião de todo o Conselho de Administração comigo, e depois há uma outra, a sós, entre o Sr. Ministro e a Sr.<sup>a</sup> CEO. Eu não sabia da existência dessa reunião. Não sei se foi antes ou se foi depois, foi tudo por Teams. Se quiser perguntar ao Sr. Ministro, talvez ele se lembre.

O que eu sei é que, nesse dia 4, a Sr.<sup>a</sup> CEO quis segmentar os temas. Na reunião do Conselho de Administração, não falou do bónus e não falou da Alexandra Reis.

Agora estou um bocado perdido na questão dos 500 000 € e da cronologia. Mas, recorrendo àquilo que eu sei e que consigo recuperar, aquela reunião, de dia 1 de fevereiro, ocorre porque há uma proposta concreta.

Eu recebo o *e-mail* na segunda-feira, à noite, à hora de jantar. Era hora de jantar, não vi aquele *e-mail*, só o vi no dia seguinte. Quando recebo o *e-mail* percebo que eles têm uma proposta. Ao contrário daquilo que havia no início do processo, em que ninguém estava de acordo com aquela possível proposta de 1 milhão e meio, naquele momento eu percebo que eles estão — eles, Christine e quem estava materialmente a negociar o acordo — dispostos a aceitá-la. Aí é que eu penso: «calma, que agora estamos a chegar a um momento mais decisivo.» Por isso é que terei, então, falado com o Sr. Ministro, para perceber da sua sensibilidade sobre o valor, e é aí que ele diz que era para baixar.

É nesse momento a seguir, ao final da tarde, que eu também peço à chefe de gabinete do ex-Ministro para estar presente na reunião, uma reunião

muito curta, em que é feito o histórico das rondas negociais, e em que eu me apercebo de que o consultor da TAP defendia aquilo que eu ouvi que o Sr. Deputado disse, mas eu não sabia que ele já tinha dito, uns dias anteriores, que estava convencido que era possível fechar por 500 000 €. Agora percebo porque é que naquela reunião ele disse aquilo, porque aparentemente ele já achava isso há mais dias. Mas agora estou a ser confrontado com informação nova, atenção, porque está a falar, provavelmente, de conversas entre a Eng.<sup>a</sup> Christine e o advogado, onde eu não estou, onde eu não sou participante. Portanto, não há um valor definido nessa reunião.

Aliás, no outro dia estava a ouvir o Prof. Miguel Cruz a falar, aqui, dos 55 milhões de euros e ele disse uma frase que define, praticamente *ipsis verbis*, o que eu terei dito, «tentem baixar o mais possível para que se obtenha um acordo.» Tão simples quanto isto.

Eu não recebi o acordo, pedi-o à Eng.<sup>a</sup> Christine no dia 26 de dezembro, porque já que havia alarme social, então gostava de ver o acordo, como eu só sabia a parte correspondente à indemnização e aos benefícios acessórios, já agora queria que me mostrassem o acordo, porque eu queria saber o que é que estava em causa, o que é que estava lá escrito. Isto foi a 26 de dezembro.

Fez uma questão sobre a CMVM que, desculpe, não me recordo.

O Sr. **Presidente**: — Faz favor de repetir, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Vou só ler, para ler igual: em algum momento foram discutidos consigo os termos da comunicação à CMVM, e houve alguma instrução sobre essa comunicação?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, nenhuma. Nenhuma discussão sobre a CMVM.

E se informei o Sr. Ministro sobre isto da CMVM, também?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Não. Se, concluído o processo, deu alguma informação ao Sr. Ministro.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, do nosso lado, o processo cessou pelas 18 horas e 15 minutos, do dia 2 de fevereiro.

Sobre a conversa telefónica com o *Chairman*... Ele estava, penso eu, um pouco espantado por estar perante uma situação em que lhe estavam a pedir que assinasse um acordo, e perguntou o que é que nós pensávamos. Eu disse ao *Chairman* o que disse à Eng.<sup>a</sup> Christine: por nós, daquilo que nós sabemos do valor indemnizatório, está *ok*. Não disse mais nada porque eu não sabia mais nada. Do nosso lado está *ok*.

Ele, como Presidente do Conselho de Administração, é que tinha de decidir o que fazer. Se falava com as Finanças... O Dr. Manuel Beja, e eu lembro-me disto porque ele o disse aqui, «teve uma longa conversa», estou a citá-lo, aquando da saída do Dr. João Weber Gameiro, porque, se bem me recordo — e eu lembro-me porque isso também nos envolveu —, estava preocupado com o comunicado à CMVM, e estamos a falar do final de setembro de 2021.

Qual era o problema? Tanto quanto me recordo, as Finanças não queriam que fosse indicado um administrador interino, financeiro, e a TAP estava preocupada porque tinha de dizer ao mercado que ia ficar alguém com o pelouro das Finanças, nem que fosse interinamente. Nós achávamos que a TAP tinha razão e lá se colocou o nome do Dr. Gonçalo Pires no comunicado.

Mas, repare: o *Chairman* tem uma longa conversa, numa situação de renúncia, com o Secretário de Estado do Tesouro, com quem supostamente não devia falar, sobre um pormenor de um comunicado para a CMVM;

depois, aparentemente, tem resistências sobre a saída da administradora. Então, porque é que não ligou ao Secretário de Estado do Tesouro e teve outra longa conversa com ele?

É que a questão era mais séria, não era só um comunicado para a CMVM. Se ele, verdadeiramente, estava contra a saída, e era legítimo que estivesse, porque é que não interveio junto das Finanças? Dizia: «olhe, não assino o acordo. Vou falar com o Secretário de Estado do Tesouro, vou falar com quem efetivamente tem a tutela acionista.» Porque é que não disse isto?

Sobre a NAV: como surge a ideia de ser a Alexandra Reis? Nós, perante a ausência de soluções óbvias — e como eu disse, os currículos que tínhamos reunido não eram extraordinários —, não tínhamos avançado com nenhum processo de recrutamento porque nos tínhamos autoimposto aquela espera.

Quando começamos a ficar com a ideia de que vamos ficar na mesma pasta, começamos a olhar para os *slots* de administradores nas várias empresas que temos de preencher, e a Alexandra Reis — se estivesse no mercado, não sabíamos, já tinha passado um mês e tal — parecia que poderia ser uma boa hipótese. Para nós, reunia condições excelentes para ser uma administradora da NAV, e era isso que era fundamental.

Não sei se isso responde à questão do Deputado Bruno Dias, mas acho que é uma reflexão muito importante de fazer: a privatização da ANA privou o setor da aviação público de enormes recursos humanos. Temos dificuldade em encontrar pessoas especialistas em aviação porque a ANA ficou com eles, porque era a empresa que os tinha. E isto não é nenhuma crítica à privatização, não vou entrar nesse debate, eu estou a constatar um facto: há, em Portugal, poucas pessoas especialistas em aviação que não estejam ou não tenham estado na ANA, porque esta, como uma grande empresa que é, concentra grande parte dos recursos. Portanto, isto pode responder, se calhar, a algumas das suas dúvidas. No nosso caso, sou franco, era difícil encontrar

peessoas para a NAV e a Alexandra Reis apareceu-nos como uma boa oportunidade.

Outra questão era se falei com o Ministro. Claro, tudo o que é órgãos sociais eu falava com o Ministro, não decidia isso, podia propor-lhe nomes, mas, neste caso, aos dois pareceu-nos uma boa hipótese.

Pergunta se voltei a falar... Eu só fiz o convite, o convite é endereçado depois da tomada de posse do XXIII Governo Constitucional, claro. O processo da CRESAP é instruído pelo meu, na altura, chefe de gabinete, e é um processo formal, no qual se pede ao putativo administrador, ou administradora, ao candidato, que preencha o seu lado, nós instruímos o processo, mandamos para a CRESAP, e depois é esperar o relatório.

Creio que o relatório veio como positivo no dia 26 de abril, mas estivemos muito tempo à espera. Isto não é nenhuma crítica, porque as próprias Finanças tiveram de encontrar a sua própria pessoa, mas o processo atrasou-se um pouco porque terá sido mais difícil do lado das Finanças encontrar um CFO, que também teve de se submeter à CRESAP, e, *by the way*, não podia entrar logo a 1 de julho, portanto, entrou mais tarde na empresa.

A questão sobre os não executivos, é uma história muito interessante e agradeço a pergunta, porque me permite esclarecer o que se passou nesse processo, porque eu ouvi, com atenção, o Dr. Manuel Beja dizer que eu era força de bloqueio, logo eu. Força de bloqueio...

Bom, então o que é que se passou? O Dr. Manuel Beja, legitimamente, depois da saída de dois administradores, ou melhor, depois de o Conselho de Administração ter ficado reduzido a nove, com quatro não executivos, procurou recuperar dois administradores não executivos. Excelente.

Ele disse-me isso poucos dias depois da saída, recordo-me que ele quis iniciar um processo de recrutamento logo a seguir à saída da Alexandra Reis da empresa. A partir daquele momento a Comissão Executiva passou a estar

em maioria e ele quis iniciar um processo de recrutamento. Já não me recordo exatamente porque,... aliás, sou tão acusado,... informalismo por informalismo, todas as nossas conversas eram telefónicas, quase não tenho *e-mails* do Dr. Manuel Beja.

Recordo-me da conversa e disse-lhe o que disse a muitas pessoas. A primeira coisa foi «administradores é com o Ministro, não sou eu que decido administradores, é com o Ministro, tente falar com o Ministro.» A segunda coisa que lhe disse foi «porque é que vai iniciar um processo de recrutamento, que vai custar dinheiro à TAP, se o Ministro até já pode ter dois nomes? Imagine que o Ministro já tem dois nomes, porque é que o *Chairman* vai iniciar um processo de recrutamento para apresentar uma *shortlist* ao Governo se o Ministro já tem dois nomes?»

E a terceira coisa foi «olhe, o Ministro se calhar não vai ser Ministro no futuro. Portanto, o melhor mesmo é esperar.» E repare-se, estamos, se calhar em meados de fevereiro, não sabíamos que a espera ia ser até 30 de março. Quando lhe digo «vamos esperar» é no sentido «se calhar passa mais uma semana e podemos reiniciar o processo todo, aí já na plena legitimidade de funções.»

Se ele entende isto como força de bloqueio, eu vejo isto do lado da legitimidade democrática. Eu achava que devíamos esperar pelo novo ministro, que até não... Imagine que há um novo ministro que até tem os seus dois nomes para o Conselho de Administração.

Portanto, eu achava que ele devia esperar, não necessariamente três ou quatro meses, mas que devia esperar. Pelos vistos só consegui encontrar um *slot* de agenda, para reunir com o Ministro, no dia 11 de maio, mas não sou eu que controlo a agenda do Sr. Ministro.

Mas há uma coisa curiosa no meio disto tudo, porque, a meio das férias, eu tenho aqui uma mensagem já de 2022 — portanto, já é do XXIII Governo, só para não surgirem dúvidas — do dia 19 de agosto, mais de três



meses depois, e vou lê-la: eu pergunto «Boa tarde, caro Manuel. Espero encontrá-lo bem. Não sei se está de férias, mas gostaria de saber em que pé está o trabalho de prospeção dos administradores não executivos e quando o acionista poderia ter acesso a uma *shortlist* para fazer a sua escolha. Obrigado e abraço, Hugo.» É a 19 de agosto! Eu, a força de bloqueio, envio-lhe, três meses depois, uma mensagem a perguntar onde é que está a *shortlist* e a *shortlist* só chega um mês e meio depois. Não sei se isto é muito ou pouco tempo, mas sei que fiz uma *shortlist* de quatro pessoas para contratar a CEO em um mês e meio, não precisei de seis meses, precisei de um mês e meio.

Portanto, sobre os não executivos, primeiro, não fui força de bloqueio, achei que a legitimidade democrática era mais importante do que a pressa do Dr. Manuel Beja. Segundo, fui eu que em agosto, vários meses depois, o lembrei deste processo. Terceiro, nós temos uma lista em outubro, que quando olhamos para ela tem um ex-administrador da Air France. Quando nós e as Finanças olhámos para aquilo, pensámos: «Agora, quando a empresa pode vir a abrir o capital a uma empresa e uma dessas empresas pode ser a Air France, se calhar não é boa ideia.»

E poucas semanas depois saímos do Governo e não sei como é que está o processo. Espero ter respondido a tudo.

O Sr. **Presidente**: — Passo agora a palavra ao Sr. Deputado do PSD, Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Cumprimento novamente o Sr. Dr. Hugo Mendes.

Queria fazer-lhe uma primeira pergunta sobre o comunicado da TAP sobre a saída da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis. O Sr. Doutor já disse que a entidade emitente, naturalmente, foi a TAP, mas queria fazer-lhe uma pergunta mais abrangente, isto é, como Secretário de Estado, como membro do Governo,

ao ler aquele comunicado e pelas razões, obviamente, de conhecer o processo em detalhe, imediatamente constatou, penso eu, que aquilo era mentira.

Portanto, a pergunta primeira que lhe faço é se não se sentiu na obrigação de comunicar à TAP e dizer «os senhores estão a prestar uma informação que é uma mentira à CMVM, ao regulador dos mercados de capitais.» Isto é, não sente esta obrigação, enquanto membro do Governo, enquanto Secretário de Estado, e pela razão de conhecer em profundidade o processo e, por conseguinte, a manifesta mentira que continha este comunicado?

A segunda pergunta que lhe faço tem a ver com os resultados da TAP de 2022. Como sabe, *grosso modo*, foram 66 milhões de euros, dos quais temos, digamos, a influência de um corte de 20 % na massa salarial, temos praticamente 50 % que advém de benefícios, créditos fiscais por conta dos prejuízos acumulados. Não acha que deveria constar deste resultado a cota-parte referente à capitalização da companhia? Isto é, houve uma injeção de 3,2 mil milhões de euros e, portanto, este valor do juro deste montante não deveria estar a ser levado a custos da companhia? Naturalmente, seria a situação normal, qualquer empresa que fosse a um banco ou a uma entidade de crédito que lhe concedesse um empréstimo, teria de pagar juros sobre esse capital, mesmo, como no caso da TAP, se parte do empréstimo fosse convertido em capital social. Portanto, há aqui uma distorção destes resultados por eles não fazerem refletir o custo do dinheiro dos contribuintes que lá foi colocado.

Uma terceira questão, e que foi uma questão emblemática do que pode ter sido a ingerência política na gestão da TAP, tem a ver com aquela famosa renovação, ou proposta de renovação, de frota automóvel. A primeira pergunta que lhe queria fazer, neste ponto, era se o *renting* para a frota BMW passou por si.

E, não tendo sido o caso, queria perguntar-lhe se eventualmente esta solução, sendo, ou podendo ter sido, economicamente mais vantajosa, não avançou pela celeuma que criou e por uma intervenção política junto da administração da TAP, ou se não avançou porque houve outra razão de orientação, e instrução da tutela, sobre a opção de gestão da TAP.

Finalmente, quero também questionar sobre a questão muito importante que é a manutenção no Brasil. Vimos aqui o Dr. Lacerda Machado dizer que tinha sido provavelmente o melhor negócio dos últimos 50 anos da TAP — já parece o Dr. Pedro Nuno Santos que se autointitula o melhor Ministro das Obras Públicas dos últimos 50 anos do País, mas adiante, enfim, parece que a garantia dos 50 anos é uma mais-valia para os governantes socialistas. O Dr. Manuel Beja diz que vender a Manutenção e Engenharia Brasil (M&E Brasil) foi como arrancar um quisto da TAP.

A pergunta que lhe faço é, conhecendo como conheceu este processo e a companhia, qual é verdadeiramente o entendimento que tem sobre a M&E Brasil, quer em negócio, quer em mais-valia para a TAP SGPS? Já agora, se nos puder esclarecer, porque é que não foi alienada mais cedo?

Última pergunta. Como sabe, o Dr. Frederico Pinheiro teve aqui várias menções ao longo desta Comissão e queria-lhe perguntar a sua opinião, enquanto ele colaborou na equipa do Ministério, sobre a sua capacidade profissional, sobre a sua competência, a sua dedicação. Qual é a sua experiência, uma vez que, presumo, trabalhou naturalmente com ele de perto?

No seu caso, quando deixou o Ministério, gostava que nos detalhasse como é que foi o processo da devolução do seu computador ao Ministério. Naturalmente, quis salvaguardar dados que tinha. Quanto tempo depois é que devolveu o computador? Continuou com acesso à nuvem?

**O Sr. Paulo Rios de Oliveira (PSD):** — Se foi de noite...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Suponho que foi numa hora normal, imagino que não terão sido os serviços secretos a ir à sua rua buscar o computador.

Enfim, peço-lhe que nos explique como é que, no seu caso, se processou a devolução, ou a entrega, do computador que lhe estava adstrito no âmbito do Ministério.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Dr. Hugo Mendes, faça favor.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Obrigado, Sr. Deputado. Vou começar pelo fim.

Entreguei o meu computador no dia 2 ou 3 de janeiro, que foi quando estava a arrumar as minhas coisas do gabinete. Portanto, é um processo normal, entrega-se ao técnico informático, ele formata o computador e o computador segue a sua vida seguinte.

Em relação a Frederico Pinheiro, tenho a melhor das opiniões. Conheço o Doutor e trabalhei com ele durante cerca de seis anos e só lhe reconheço qualidades: do ponto de vista intelectual, é um trabalhador incansável, obediente, espírito crítico, um excelente adjunto.

Quanto à M&E Brasil, percebo a dificuldade em fazer avaliações muito definitivas sobre a empresa, também ouvi as declarações do Dr. Lacerda Machado e confesso que não percebi, porque ele falou de receitas, mas o problema não são as receitas, são os resultados líquidos. A não ser que nos consigam provar, talvez uma auditoria o permita fazer, que a TAP teve mais receitas do que perdas com a M&E Brasil. Mas isso também era um bocado difícil, porque então aí a TAP SA teria resultados extraordinários e não teve.

Portanto, sem ter a história inigualável, ou que alguém possa igualar, do Dr. Lacerda Machado sobre a VEM Brasil, porque de facto ele é um poço de conhecimento sobre o dossiê, quando me perguntam sobre questões mais factuais, eu acho que a equação não fecha. O que teve mesmo de ser fechado foi a empresa, porque senão...

Acerca do *renting* dos carros, como disse na intervenção inicial, soubemos pela notícia de jornal. Isso é microgestão, nós não temos nada a ver com os carros que eles escolhem, se é um *Skoda*, um *Peugeot*, ou um *Renault*. Reconheço que se gerou alarme social naquela manhã, no feriado de 5 de outubro; há declarações do Sr. Presidente da República, há declarações de vários partidos políticos, há declarações de sindicatos da TAP indignados.

A nossa avaliação política — nossa, entenda-se minha e do Ministro —, foi que um problema político, em que aquilo que deixou de ser um problema operacional passou a ser um problema político, exige resolução política. Até utilizei a metáfora «travão de mão» porque foi uma coisa brusca e excepcional, é uma coisa que também não estamos sempre a puxar nos carros. Portanto não aconteceu mais nenhum episódio.

Como disse também, não sei como é que a TAP resolveu, já ouvi que havia uns cheques Uber, não sei. Nós só pedimos que, da próxima vez, tivessem bom senso, porque como tinham percebido, os carros eram questões simbólicas — não é o dinheiro, é a questão simbólica e isso, nas empresas e na sociedade, conta.

Sobre os resultados, Sr. Deputado, acho que para sermos inteiramente justos com a TAP... Já sei que procuram reduzir os resultados da TAP a duas rubricas excepcionais, que são os benefícios fiscais e os cortes dos trabalhadores, temos de fazer o jogo todo, e o jogo todo é: onde é que a TAP foi prejudicada excepcionalmente?

Pagou mais de 300 milhões de *jet fuel* do que estava à espera, 300 milhões! Teve a vaga Ómicron, no 1.º trimestre, que lhe estragou as contas todas; houve o caos nos aeroportos na Europa e nos Estados Unidos que levou ao cancelamento de centenas, se não de milhares de voos; houve a mudança dos sistemas de controlo aéreo, *TopSky*, em França e em Portugal, que levou ao cancelamento de milhares de voos; houve redução de alguns cortes salariais em várias categorias profissionais e depois há o problema do câmbio, em que a relação entre o dólar e o euro mudou de tal forma que prejudicou brutalmente a TAP.

Se queremos mesmo fazer as contas, se queremos olhar para a *big picture* das contas de 2022, vai ver que se não tivesse acontecido metade destas coisas, se calhar a TAP tinha 100 ou 200 milhões de lucros. Mas peçam as contas à TAP, e aí é, como a frase conhecida, fazer as contas.

Sobre os resultados da TAP, distribuição dos resultados e comunicado a CMVM, o Sr. Deputado desculpe, mas agora já não sou eu o responsável pelos comunicados da TAP à CMVM. Já nos está a colocar como responsáveis pelos relatórios e contas, e pela dimensão da contabilidade. Não lhe sei responder sobre essa questão do juro, não sei responder, Sr. Deputado.

Acerca da questão do comunicado para a CMVM, nós terminámos a nossa intervenção neste processo no dia 2 de fevereiro às 18 horas e 15 minutos. Demos por bons — princípio de boa-fé, princípio de confiança — todos os atos subsequentes, sejam aqueles de que não tivemos conhecimento, sejam aqueles de que tivemos conhecimento, como é o que acontece no comunicado à CMVM, cujo emitente, recorde, é a TAP.

Mas se quiser esclarecer, a questão do relatório e contas do efeito contabilístico e do juro, por favor, eu não percebi bem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Moniz, faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Aquilo que lhe perguntei sobre essa matéria do juro foi sobre a afetação dos resultados pelos créditos fiscais, pelo efeito da redução da massa salarial, mas falta nesta contabilização o custo dos juros do capital que lá foi metido, que foram os valores dos contribuintes que foram aportados à companhia.

Isso sim é a situação real com qualquer empresa que tem um suprimento e um reforço de capital, se for à banca ou a qualquer mecanismo, aquele capital tem um custo, tem um juro. A questão é, evidentemente, quando olhamos para os resultados e o juro deste capital é zero, nestes resultados, não está contabilizado, aquilo não é real.

A questão que lhe queria colocar é, exatamente, se não entende que, quando se olha para aqueles lucros, eles têm a afetação da redução da massa salarial, têm a afetação dos benefícios fiscais, mas não têm uma parte que pesa muito, que são os juros dos valores que foram colocados na TAP.

Esta era a questão, independentemente dos outros «azares», que mencionou hipoteticamente, e é outra análise. Mas objetivamente, dos valores que foram colocados de capitalização na TAP, há que afetar os resultados do juro, se a TAP — num exemplo mais perceptível, se quiser — fosse à banca buscar 3,2 mil milhões de euros.

Não sei se assim fui suficientemente claro.

O Sr. **Presidente**: — Penso que sim.

Dr. Hugo Mendes, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Deputado, foi claro, mas repare, sinceramente essa é uma questão a que não lhe sei responder.

Julgo que a TAP segue as melhores práticas de reporte de informação ao mercado e de uso de convenções contabilísticas. Se não usar, então acho que isso deve ser uma observação que deve ser colocada ao CFO ou à

Comissão Executiva para que o reporte de resultados da próxima seja mais fiel. É a única coisa que lhe posso dizer.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, chegámos assim ao fim da segunda ronda, pelo que vou aceitar agora as inscrições para a terceira ronda. Quem se quer inscrever?

*Pausa.*

A Mesa regista as inscrições dos Srs. Deputados Hugo Carneiro, Pedro Filipe Soares, Bruno Dias, Bruno Aragão e Bernardo Blanco.

O Sr. Dr. Hugo Mendes responderá no final, em conjunto. Sugiro-lhe que vá registando as perguntas para que depois não se esqueça delas, para não termos de, depois, reiterar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Hugo Mendes, parece-nos que teve aqui uma entrada de leão e eventualmente terminará esta audição, esta inquirição, com uma saída de sendeiro, porque entrou indignado com a Comissão de Inquérito e depois foi acalmando no tom, e ainda bem que o fez. De facto, há aqui muita coisa por explicar que os portugueses querem saber.

Fez-nos crer que existiu um acordo que não conheceu porque existia um anexo, sendo esse anexo as condições financeiras. Essas, conhecia, porque constavam de um *e-mail*, mas o acordo propriamente não conhecia. Foi isso que disse.

Faço-lhe uma pergunta, que é a pergunta cuja resposta todos os portugueses querem saber, que é: era essencial, ou não, para haver um acordo



que essas condições financeiras fossem acordadas? Não era isso um elemento essencial do acordo? Ou seja, há este pagamento da indemnização, há estas condições extra, além desse pagamento e, se não existirem, não há acordo. É assim ou não é? É um elemento essencial, ou não, do acordo? Gostava de saber se concorda comigo porque me parece que era um elemento essencial do acordo.

Depois, sobre a questão da saída de Alexandra Reis, diz-nos que a CEO queria constituir a sua equipa e que era legítimo que pudesse querer constituir a sua equipa. Pergunto-lhe se abordou Alexandra Reis e, nomeadamente, o que lhe disse nessa abordagem ou o que é que ela lhe disse a si. Isto porque o que nos foi contado aqui, nas inquirições, foi que havia divergências. Ora, o Dr. Hugo Mendes tentou hoje desvalorizar essas divergências, referindo que não eram tanto as divergências, mas o direito que, no seu entender, a CEO tinha de constituir a sua equipa. Portanto, gostava de saber que conversas é que teve, ou não, com Alexandra Reis sobre as verdadeiras razões da saída. Isto porque há aqui uma névoa. Não se percebe a sua posição, a sua opinião, com o que nos foi dito antes.

Seguidamente, também acho curioso que na sua intervenção inicial tenha lançado sobre a Comissão de Inquérito um conjunto de considerações, invocando até antigos Deputados do PSD, no sentido de que houve pressões políticas para abrir rotas aqui ou abrir rotas ali. Percebo o que está a tentar fazer. Mas não podemos ignorar que, durante muito tempo, este Parlamento andou, por exemplo, a pedir o plano de reestruturação ao Ministério, e o que nos mandaram foram duas ou três folhas que não explicavam coisa nenhuma. Os senhores omitiram informação ao Parlamento!

Assim, como é que justifica que quando o Parlamento quis fazer o seu trabalho não tenha tido condições de o fazer suficientemente, porque os senhores não enviavam ao Parlamento a informação sobre o que estava a

acontecer na TAP? O Parlamento não é propriamente uma associação qualquer, de vão de escada, que não mereça respeito.

Para terminar, disse ainda — não serei rigoroso na citação, porque não a consegui transcrever — que não passava pela cabeça de ninguém, incluindo a si, à Eng.<sup>a</sup> Christine e à Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, que a lei não estivesse a ser cumprida na questão do acordo.

Portanto há uma pergunta que se impõe: se fez fé no que os advogados lhe transmitiram e se, do que disse, as outras duas senhoras também fizeram fé no que os advogados lhes disseram, então a demissão da CEO e do *Chairman* foi uma demissão que não devia ter acontecido, porque elas cumpriram o seu papel tanto quanto o senhor cumpriu o seu?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, do Grupo Parlamentar do BE.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Hugo Mendes, disse, logo nas suas primeiras respostas, que as pessoas podem não perceber, mas no Ministério das Infraestruturas todos os projetos custam muito dinheiro e todos os projetos são gigantescos, pelo que 500 000 euros, parecendo muito dinheiro para um cidadão comum, não era muito, tendo em conta o valor que estavam a ser envolvidos nos projetos das infraestruturas.

Contudo, numa das suas respostas ainda agora, reconheceu que a questão dos carros na administração da TAP — a frota de carros para os administradores — também não era um problema de dinheiro, mas era o valor simbólico que estava em cima da mesa.

Por isso é que, creio, há a estupefação do País todo pelo facto de não haver uma preocupação para esclarecer até ao cêntimo uma indemnização a uma administradora de meio milhão de euros. Creio que essa estupefação não é incompreensível para o Sr. Doutor, porque a reconheceu exatamente

nos mesmos termos no valor simbólico que a mesma teria noutros contornos, como é, por exemplo, o caso dos carros da administração.

Mas queria insistir numa outra matéria. Dá uma certa ideia de que se passa uma carta branca aos escritórios de advogados para tomar decisões em vez do tesouro público, assumindo sempre o pressuposto de que o escritório de advogados vai defender, com a melhor sabedoria, com a melhor capacidade, o melhor resultado possível.

No entanto, olhamos para os 55 milhões de euros pagos a Neeleman e há advogados que vêm a esta Comissão dizer que não percebem porque é que foi pago esse dinheiro. Não obstante, os responsáveis políticos dizem que foi pago esse dinheiro porque foi o valor que os escritórios de advogados, entre eles, aceitaram que seria justo.

Vamos para a questão de Alexandra Reis e perguntamos: mas era o que era justo? Era o que era legal? A IGF diz-nos que não e que é ilegal o que foi pago. Mas à pergunta de como é que se chegou ao meio milhão de euros, a resposta é que foi porque os escritórios de advogados, os representantes legais de Alexandra Reis e os representantes legais da TAP, aceitaram que esse seria o valor normal, um valor aceitável.

Por isso, temos aqui uma espécie de governação por *outsourcing*, em que se assume permanentemente que as decisões mais difíceis são entregues a uma consultadoria jurídica, que nunca fica responsabilizada por nenhuma das suas decisões.

Sei que sobre esta matéria o Sr. Doutor dirá: «Mas nós não tínhamos de fazer essa parte. Isso era da TAP. A TAP é que teve essa responsabilidade. A TAP é que contratou quem quis contratar» E aí a pergunta até será outra. Foi a TAP ou foi a CEO da TAP? A tal toda-poderosa a quem vocês quiseram dar todo o poder na TAP e que, no final de contas, fez a gestão em função dos seus interesses?

Permita-me também que lhe pergunte outra coisa, porque não ficou esclarecida em nenhuma destas audições: quais são as tais incompatibilidades irreconciliáveis? Antes que nos diga «Bem, mas não estive nessa reunião e não sei quais eram. Foi o Sr. Ministro que lá esteve», faço-lhe outra pergunta. Não acha coincidente que, mal o acionista privado que deu aso a que Alexandra Reis pudesse ficar na TAP sai, logo aí é que se criam umas incompatibilidades irreconciliáveis para se promover as mudanças da alteração, para darem mais poder ainda à CEO da TAP?

Poderá dizer, como já disse: «Bem, queríamos dar todas as condições à CEO da TAP». Perante isso, creio, qualquer cidadão português perguntará: Mas 500 000 euros não era condição suficiente para ela fazer o seu trabalho? Ou quem ganha o salário mínimo ou pouco mais do que isso é que tem de ser profissional e trabalhar com quaisquer ferramentas que tenha à frente ou com quaisquer pessoas que lhe ponham nas suas equipas? Não, a CEO com os seus 500 000 euros de salário anual — mais os prémios, mais a casa, mais o carro — é que poderia ter essas condições todas?

Bem, mas a CEO não está aqui a ser julgada e o que terá de ser julgado são os seus atos de gestão, vários dos quais foram ilegais, incluindo uma demissão pela qual pôs a TAP a pagar um valor que a IGF considerou que era ilegal e incluindo uma comunicação à CMVM que, aparentemente, e até nas suas palavras, pode ter sido uma mentira.

Por isso, pergunto-lhe se acha que esta forma de gerir as empresas públicas é a forma que salvaguarda quer o interesse estratégico do Estado, quer o erário público.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, há uma questão que surgiu muitas vezes na discussão sobre o processo de reestruturação da TAP, que é a famosa palavra «TAPzinha». Há muita gente que pensa que a palavra «TAPzinha» surge do debate sobre a reestruturação da TAP, na crise pandémica, mas, pelo menos por parte do PCP, começou a ser utilizada, não em 2020, mas em 2016 — ainda o senhor não era Secretário de Estado.

Isto porquê? Porque ainda há pouco, a propósito dos consultores da Boston Consulting Group (BCG), nos disse — não quero ser injusto —, ou manifestou alguma valorização em termos das competências das pessoas da BCG naquele processo, que tinham as respostas muito rapidamente, que tinham os dados muito rapidamente, tinham os elementos, as propostas, tinham aquilo na ponta da língua, no âmbito da elaboração do plano de reestruturação, porque aquilo, no fundamental, estava feito há quatro anos.

Era o projeto RISE — era um corte tremendo nas condições de trabalho dos trabalhadores na sua contratação coletiva, era a alienação de áreas importantes da intervenção e operação da companhia e, até, de património da companhia. A discussão sobre o reduto TAP, a questão da nova sede, etc.

Aquilo aparece por encomenda da gestão privada, que traz para dentro de casa a BCG — não é que não os conhecessem, não se conheciam mal —, naquela linha estratégica de dismantelar partes importantes da companhia, alienando-as, levando também mais longe aquela perspectiva que também referiu, e que é verdade, em relação à privatização da ANA.

Finalmente! Os governantes começam a concordar connosco quando saem do Governo.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Eh, lá! Têm de sair mais, têm de sair mais!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — No que diz respeito à privatização da ANA — o que a gente defendia, que era a reversão da privatização, na altura não podia ser —, o impacto é evidente e é tudo verdade o que disse sobre a privatização da ANA e o seu impacto, para o País e para o setor, até para o conhecimento que o País tem no domínio da aeronáutica civil.

É muito parecido com o que aconteceu com a EDP (Energias de Portugal), que depois foi dividida entre a EDP e REN (Redes Energéticas Nacionais), como a ANA foi dividida entre a ANA Aeroportos, que depois foi vendida à Vinci, e a NAV, que era tudo aeroportos e navegação aérea.

Portanto, esse impacto está a fazer mal à TAP ainda hoje, e a TAP está a sofrer por causa disso.

A questão é sobre a opção política acerca das decisões de fundo para a TAP. Queria colocar-lhe esta pergunta, assim como a do projeto RISE e do conhecimento que os senhores tinham, ou não, relativamente à origem daquelas opções estratégicas para o plano de reestruturação que apresentaram.

Aquilo veio de algum lado, e veio, desde logo, do projeto que a gestão privada encomendou à Boston Consulting, a quem pagou aqueles milhões todos, ao longo dos anos!

Termino, Sr. Presidente, com esta questão.

Quando se fala do futuro da PGA, que é indissociável das opções de aquisição de aeronaves, fala-se das opções de frota, os Embraer — quem diz Embraer diz PGA, quem diz PGA diz contratação coletiva da PGA —, e agora aliena-se?! Digo, aliena-se, em termos de operação. Estou a falar de áreas críticas ditas «não *core*».

Não estou a dizer que vão alienar a PGA. O que estou a dizer é que há uma opção estratégica de visão de curto prazo, para a qual, na altura, chamámos a atenção relativamente à compra que condicionava depois a própria organização e o desenho da estrutura da operação aérea da TAP.

A questão é: isto resulta de opções internas ou resulta de ideias lançadas por consultores externos?

Digo isto porque, de facto, há uma coisa que transparece ao longo desta Comissão de Inquérito, em muitas discussões: Há poder de decisão a mais, do ponto de vista das linhas estratégicas para a companhia, vindo dos escritórios de advogados e dos consultores externos, e há uma dependência estratégica em questões que são, de facto, muito perigosas relativamente ao futuro da TAP, ao longo do tempo, neste processo e nesta discussão.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra, agora, ao Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Sr. Presidente, Dr. Hugo Mendes, há uma dimensão final que tem a ver com a comunicação e com os canais de gestão, que foi uma matéria muito discutida em várias audições. Mais uma vez, sem qualificar, num esforço que manteremos até o final.

Nas mensagens disponibilizadas por Manuel Beja, há uma que lhe é enviada no dia 18 de outubro de 2021, que diz assim: «A nível pessoal, há consideração e muita estima, que não devem ser postas em causa, indiferentemente das nossas responsabilidades. Farei por preservar essa boa vontade, essa estima e essa consideração».

Quando questionado sobre o sentido ou a razão desta mensagem, em audição, o ex-Presidente do Conselho de Administração respondeu que a mensagem havia sido enviada no seguimento de uma conversa telefónica.

Passo a citar a resposta que foi dada nesta Comissão: «Uma insistência que fiz, por vários canais, incluindo junto do Secretário de Estado, foi para a participação do Presidente do Conselho de Administração nos contactos entre a TAP e os membros do Governo, o que seria cordial».

Continuo a citar: «Teve respostas positivas por parte do Ministro, mas tudo passaria pelo Secretário de Estado. Voltei a insistir com esse tema, e o Secretário de Estado terá dito que só faria essas reuniões conjuntas se fosse obrigado a isso».

Pergunto-lhe se essa conversa aconteceu, se aconteceu e decorreu destes termos, se foi dada alguma indicação ao ex-Presidente do Conselho de Administração para não interagir com a tutela acionista ou se, em algum momento, foi coartada a ação do ex-Presidente do Conselho de Administração quanto às suas funções.

Por fim, passo a um tema relativamente ao qual penso que não lhe foi colocada nenhuma questão, embora o tenha abordado na sua intervenção inicial, que foi aquela mensagem de junho de 2022 que enviou à Eng.<sup>a</sup> Christine e que foi simplificada por diferentes motivos — que também não vou qualificar —, mas que completa.

Dizia, Christine, outra vez: «Todas as questões relacionadas com o Governo devem ser encaminhadas através de nós. Isto já aconteceu tantas vezes que já não sabemos o que dizer. A TAP é a única empresa que se comporta assim. O Ministério das Infraestruturas e Habitação é a única porta de entrada no Governo. Não há ligações diretas entre a TAP e os outros Ministérios.»

Não lhe vou perguntar se confirma a mensagem, porque já o fez. A minha questão agora é em que outros momentos isto aconteceu, se depois desta mensagem os canais ficaram devidamente operacionalizados, digamos assim, se voltou a acontecer alguma questão sobre isto ou se, em algum momento, esta desarticulação gerou alguma dificuldade acrescida.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar este conjunto de inquirições, dou a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Blanco, do Grupo Parlamentar da IL.



O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, começo por dar uma nota, a meu ver, positiva, no sentido de que, obviamente, já assumiu a responsabilidade política que havia para assumir. Parece-me ser positiva, pelo menos, a assunção de dois erros: no caso do despacho e no caso da alteração do voo do Sr. Presidente da República.

Tenho, apenas, uma pergunta final.

Na sua intervenção inicial, tinha dito que o setor da aviação estava muito sujeito a pressões de privados, da sociedade civil, etc. E deixou uma pequena nota no sentido de que também havia, ou tinha havido, pressões e preocupações internas, dentro do Governo, sobre a operação da TAP. Gostava de saber quais é que foram.

O Sr. **Presidente**: — Para responder todas as questões em conjunto, tem a palavra o Dr. Hugo Mendes.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Sr. Presidente, perdão, tenho de respeitar a ordem?

O Sr. **Presidente**: — Não, forçosamente. Desde que responda a todas.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Eu respondo a todas.

Começo por responder já ao Deputado Bernardo Blanco.

Sr. Deputado Bernardo Blanco, no meu texto fiz questão de diferenciar entre pressões e preocupações, porque as pressões eram externas e as preocupações eram internas. Uma das preocupações era, precisamente, a questão levantada há pouco pela bancada do PSD sobre as ligações às comunidades, que são preocupações legítimas.

Devo dizer que sempre as encarei com normalidade, porque são preocupações que, obviamente, as comunidades portuguesas passam aos

embaixadores, os embaixadores passam aos Membros do Governo da tutela e esses Membros do Governo — respeitando o circuito — vêm falar com a pessoa que tutela a operação da TAP.

Falo de preocupações e elas são legítimas. Com a minha frase, não quis atacar ninguém, só quis defender.

A nossa resposta era sempre a mesma: quem decide para onde a TAP voa é a comissão executiva. A minha interpretação é que eles estavam a fazer o trabalho deles e eu estava a fazer o meu. Portanto, era nesse sentido.

Passando ao Sr. Deputado Hugo Carneiro, em relação à questão sobre se era importante a dimensão financeira. Naturalmente que era, claro. Foi mesmo aquela onde estivemos presentes, porque era importante. Só que aquilo não é todo o acordo. A única questão que quis deixar absolutamente clara é que há um acordo com um anexo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sem isso, não há acordo!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Bem, sem alguma coisa, não há acordo. Não é?

Mas, repare, eu não estou a diminuir. Não estou a tentar jogar com a linguagem. Estou a dizer que é claro que a dimensão financeira é essencial.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pronto!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Até pode dizer que é a mais importante.

Só quis distinguir a dimensão indemnizatória do enquadramento jurídico, porque essa é a questão verdadeiramente central aqui. Nós não estávamos a par do enquadramento jurídico.

Não estou com isto a dizer que o dinheiro não era importante. Não estou a dizer que os 500 000 € mais os benefícios acessórios não eram importantes. Não estava a qualificar dessa forma, estava, se quiser, a traçar uma fronteira entre aquilo que é parte quantitativa e aquilo que é o clausulado, tão-só. E o clausulado tem por base um pressuposto, um enquadramento legal, em cuja discussão nunca participámos e para o qual não fomos alertados.

Quanto à pergunta sobre se abordei a Alexandra Reis, não sei se foi antes ou depois. Eu não falei com... Julgo que nunca falei com a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis durante o mês de janeiro. Portanto, não, não falei com ela durante este período.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E no final de dezembro?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Nem no final de dezembro. Não respondi àquele *e-mail*, que era dirigido ao Sr. Ministro.

Repare, a partir do momento... Eu concentro os meus contactos na Eng.<sup>a</sup> Christine Weiner, como CEO, e no Dr. Gonçalo Pires como CFO. Quanto aos outros, às vezes falava com o Ramiro Sequeira. Não tinha razão para falar com a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, porque as questões estavam centralizadas na Eng.<sup>a</sup> Christine Widener. Ela tinha as compras, tinha os recursos humanos, creio, mas não havia motivo para eu comunicar regularmente com ela.

No que diz respeito ao conhecimento das divergências, eu não tinha conhecimento das divergências. Não tinha mesmo! Não sei se o Sr. Ministro tinha, ele responderá amanhã. Portanto, eu não tinha. Ninguém mas comunicou, não sei se eram profundas, não as consigo qualificar.

Depois, falou da omissão de informação. Quer dizer, omissão de informação não é certamente, para mim, Hugo Mendes. Eu não omiti

informação nenhuma, só se foi o Ministério... Pode estar a queixar-se do atual Ministério das Infraestruturas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Foi o outro!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Repare, até mesmo entre o Parlamento e plano de reestruturação, se houve alguém que quis trazer o plano de reestruturação ao Parlamento foi, enquanto Ministro, o Dr. Pedro Nuno Santos. Quis trazê-lo ao Parlamento. Portanto, essa é uma discussão antiga.

Agora, em relação a 2022, não fui notificado para entregar informação nenhuma! Portanto, não estou em falta com informação da qual não fui notificado para entregar. O Sr. Deputado pode estar descontente com outra entidade, mas não sou eu.

Quanto à questão sobre se a demissão, desculpe, escrevi aqui que a demissão não devia ter conhecido.

O Sr. **Presidente**: — Pode repetir, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Está a referir-se à última pergunta, não é?

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Creio que sim.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Disse aqui — e eu tentei citar o mais próximo possível das suas palavras — que não passava pela cabeça de ninguém, nem a si, nem à Eng.<sup>a</sup> Christine, nem à Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, que a lei não estivesse a ser cumprida. E diz isto quando se está a referir ao acordo...

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Exato.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... e ao Estatuto do Gestor Público.

Portanto, se para si não existia essa dimensão, porque estava aconselhado por advogados, também a Eng.<sup>a</sup> Christine e a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis estavam aconselhadas por advogados. Portanto, não lhe é exigido a si mais do que a elas. Foi esta a pergunta que lhe fiz. Ou seja, em termos de responsabilidade sobre a celebração de um acordo que, afinal, é ilegal.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Repare, sobre o acordo, admito que sim.

Agora, há todo um conjunto de passos de dimensão societária que, pelos vistos, não foram seguidos. Mas, volto a dizer, a Eng.<sup>a</sup> Christine e a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis não assinaram aquilo sozinhas, com o seu conhecimento jurídico profundo ou pouco profundo. Elas dotaram-se do apoio jurídico essencial para permitir avançar e concluir aquela operação.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É isso!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — O Sr. Deputado Pedro Filipe Soares colocou a questão dos 500 000 €. Desculpe, não me recordo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A minha pergunta era sobre o facto de serem valores que decorrem de decisões ou de indicações de escritórios advogados e não de quem politicamente deveria ter uma decisão e um papel na matéria.

A outra pergunta é sobre o facto de a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener ter apenas criado as incompatibilidades insanáveis com a Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, no momento em que Alexandra Reis deixava de ser validada pelo acionista privado.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Pois. Repare, mais uma vez, não sei a origem, a profundidade, a dimensão das incompatibilidades irreconciliáveis — para utilizar a expressão convencional.

Mas há uma coisa: janeiro é o momento em que a TAP inicia, em que se vira uma página. Isto porque o plano foi aprovado no dia 21 de dezembro e naquele mês, a partir de 1 de janeiro, a TAP tem uma vida nova.

Compreendo que a CEO queira reorganizar-se. Já estive seis meses na empresa. Já fez o seu período de treino, já conhece a equipa com quem vai trabalhar, supostamente nos próximos anos, e entende que é uma pessoa que não tem o perfil para a transformação da comissão executiva que queria fazer.

Não consigo associar isso à saída do acionista privado, mas não posso responder pela Eng.<sup>a</sup> Christine. O que para mim faz sentido, colocando-me nos sapatos dela, é que há um momento novo na vida da TAP. A TAP vai iniciar a aprovação.

Estivemos um ano — no caso dela, seis meses — a negociar um plano. O plano foi aprovado. Agora, é uma vida nova, com exigências diferentes. Portanto, ela quis reconstruir a equipa.

Sobre a questão da governação por *outsourcing*, Sr. Deputado, as decisões não são dos advogados. Os advogados prestam apoio jurídico. A decisão é do membro da tutela — por exemplo, no caso dos 55 milhões, é uma decisão do Governo, não é uma decisão dos advogados.

Aqui tinha de ser um ato próprio da empresa. Tinha de ser um ato próprio da empresa. Era a empresa que tinha de instruir o processo corretamente, do ponto de vista societário.

Vai-me perguntar — e é uma pergunta legítima — se deveria haver menos recurso a escritórios de advogados. Repare, Sr. Deputado, este Governo — vou falar agora a nível mais macro — criou um centro de competências jurídicas e é uma instituição importante.

Se calhar não é uma instituição que possa responder a tudo e mais alguma coisa, em tempo útil. Muitos destes processos são céleres.

Quer dizer, às vezes uma pessoa pede um parecer à JurisApp. Não vou dizer: «Olhe, preciso desse parecer em 48 horas», porque, provavelmente, do outro lado não vou encontrar recetividade. Eu próprio também não sei a dimensão da JurisApp. Portanto, é natural.

E estamos a falar da TAP, não estamos a falar do Governo.

A TAP trabalha com quem quer. Posso ter a minha opinião pessoal sobre se há demasiados escritórios de advogados e departamento jurídico a menos. Mas imagine que tinham encontrado um *e-mail* meu em que eu digo: «Vocês não podem contratar advogados. Têm agora de gerir os recursos de outra forma». Bem, seria um «Aqui d' El Rei!», por ingerência política, porque eu não deixo a empresa organizar-se como entende.

Portanto, tenho dificuldade em dizer muito mais do que isto, porque as empresas se organizam e é por isso que são empresas. É por isso que são organismos com autonomia, que têm vida própria, têm a sua autonomia financeira, jurídica e operacional, para poderem responder e dizer: «Para esta missão, preciso destas pessoas. Estas pessoas estão dentro da casa, excelente. Para aquela missão, já é mais difícil. Por isso tenho de contratar fora.»

Ora, não é o Secretário de Estado que vai indicar uma coisa ou outra. O Secretário de Estado tem de confiar na gestão, porque é para isso que eles estão lá.

Posso ter falhado em alguma questão que me tenha perguntado.

Sr. Deputado Bruno Dias, quanto ao BCG, não tenho memória nem experiência do projeto RISE.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Admito que muitas das soluções que o Projeto RISE tivesse na gaveta tenham sido aproveitadas agora. Admito.

Mas, repare, nós estávamos em emergência. A sua reflexão é interessante, mas estávamos numa emergência.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado!

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Não, não. Não estou a desvalorizar.

Há uma frase que recordo e nunca mais me esquecerei, que ouvi nesta CPI, e foi expressa pelo Dr. João Weber Gameiro: «Nós tínhamos tantas emergências que não conseguimos tratar do que era importante». Eu acho que é uma frase que retrata exatamente a vida da TAP nestes últimos dois anos.

Os Srs. Deputados dizem: «Ah, mas era importante isto, isto e isto. Não viram?» Não vimos porque havia outras coisas mais importantes. Havia prioridades de 24, 48, 72 horas. Às vezes, havia coisas que era importante fechar ou trabalhar, mas, na ordem de prioridades, na sequência temporal, havia emergências. A empresa vivia sempre sob emergências e nós vivíamos uma emergência mais alargada, que era a construção de um plano de reestruturação, com o tiquetaque de termos a 10 de dezembro um plano que pudesse ser apresentável à Comissão Europeia.



Portanto, admito que muitas dessas propostas tenham sido recuperadas. Não vou fazer juízos de valor, mas no que estávamos focados era em encontrar uma solução que impedisse a empresa de fechar. Impedir a empresa de fechar era o nosso foco.

Sobre a alienação, repare, a questão da alienação de participadas, do chamado *non-core*, é menos uma escolha do acionista do que uma imposição que resulta das orientações do *Rescue and Restructuring*. É o chamado *burden sharing*, isto é, tem de haver uma imposição de perdas ao beneficiário de ajuda e essas perdas representam uma certa abertura ao mercado de alguns setores.

Portanto, a venda da Cateringpor, na perspetiva da Comissão, abrirá o mercado a outros *players*, a venda da Groundforce, *idem*. Não são vendas... Quer dizer, essa venda não traz nenhum valor significativo para a TAP do ponto de vista financeiro, a nível macro. Mas é lógica da Comissão Europeia impor abertura de concorrência, onde os «remédios maiores» foram os *slots*. Isso sim, isso tinha muito valor e foi uma batalha de dois meses em que nos queriam impor muito mais do que os 18 que conseguimos negociar.

Não sei se respondi a tudo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sobre a dependência dos administradores externos.

O Sr. Dr. **Hugo Santos Mendes**: — Mais uma vez, posso doutrinariamente defender que as empresas devem ter uma posição, ou seja, estarem dotadas internamente de capacidades e de recursos robustos que evitem o recurso externo. Eu posso defender isto doutrinariamente, mas, como membro do Governo, em que eu nomeio — «eu», o Governo —, encontro um Conselho de Administração, a partir daí, a minha doutrina já não conta. A partir daí, conta a escolha que o Conselho, neste caso, a

Comissão Executiva, faz, porque é para isso que ela está lá. Senão, nós governávamos a TAP a partir do gabinete e não dava, era impossível, era operacionalmente impossível.

Portanto, tem de ser, temos de delegar. É um trabalho de confiança e de delegação. É extraordinariamente difícil e podemos falhar. Mas a construção de uma Comissão Executiva é um trabalho de delegação e de confiança. Isto é, nós vamos entregar a vida corrente daquele organismo, que é gigantesco e onde o País meteu imenso dinheiro, àquelas pessoas. E são aquelas pessoas que vão gerir a empresa, bem ou mal, sendo que a TAP era uma empresa que estava todos os dias nos jornais e que nós, obviamente, tínhamos de gerir, muitas vezes, politicamente, o impacto de decisões que eram próprias da gestão.

Creio que faltam as questões do Sr. Deputado Bruno Aragão, certo? Sobre a mensagem do Dr. Manuel Beja, o que se passou nessa mensagem foi que... Bom, isto exige que eu rebobine um bocadinho, porque acho que esta questão nunca foi falada aqui, mas...

Tentei fazer reuniões entre a CEO, o Presidente do Conselho de Administração e o CFO, porque ele queria ser informado e, obviamente, tinha toda a legitimidade. Creio que fiz duas reuniões que correram muito mal. Correram mal, porque eu percebi que havia uma forte tensão entre as pessoas. Foi meu entendimento, outra pessoa poderia ter agido de outra forma, segmentar as reuniões. Eu recolhia a informação da CEO e do CFO através de reuniões com eles e transmitia tudo o que sabia ao Dr. Manuel Beja.

Foi uma opção, outra pessoa podia ter tomado outra. Foi a opção que me pareceu melhor, porque, às tantas, eu não queria estar ali a mediar o que me parecia serem tensões entre administradores. Quer dizer, não era o meu trabalho. O meu trabalho era obter informação, acompanhar a empresa e fazer com que a informação circulasse, e ela circulou sempre.

Nunca me furtei a prestar qualquer informação ao Dr. Manuel Beja. Nunca.

Depois daquela mensagem, e, repare, aquela mensagem é do início de junho — eu estive mais seis meses no Governo —, não me recordo, de facto, de voltar a ter, pelo menos, conhecimento. Não houve mais situações que tenham espoletado aquela minha reação, que era membros do Governo virem ter comigo e dizer: «Olha, esta questão da TAP, como é que é?» E eu não saber.

Creio que, a partir daí, a Eng.<sup>a</sup> Christine Widener percebeu que... Quer dizer, a porta de entrada é mesmo isso, a porta de entrada, depois, pode distribuir-se por várias divisões e a TAP pode resolver os seus problemas com quem quiser, mas, pelo menos, que o Ministério, que a tutela tenha conhecimento mínimo do que se passa. Porque, senão, perdemos a capacidade de acompanhar a empresa e a empresa precisava de acompanhamento e, para voltar ao meu início, não apenas enquanto Estado acionista, mas enquanto Estado soberano prestador de um auxílio do Estado.

O Sr. **Presidente**: — Pediu a palavra o Sr. Deputado Carneiro, para que efeito?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, é só para fazer um ponto de ordem à Mesa sobre a condução dos trabalhos, porque foi dita aqui uma coisa sobre a intenção do, então, Ministro das Infraestruturas para remeter o plano de reestruturação ao Parlamento, mas, na verdade, o que queria fazer era uma discussão sobre esse plano para efeitos de vincular o Parlamento a esse plano, quando isso é uma decisão política. É importante que isto fique registado para que fique enquadrado.

Aquilo que foi enviado ao Parlamento foram duas ou três folhas, inclusivamente com rasuras, portanto, nunca veio o plano, quando nem sequer estava classificado nessa altura.

O Sr. **Presidente**: — Fica o registo em ata.

Muito obrigado a todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. Agradeço mais uma vez ao Dr. Hugo Mendes, pela sua presença nesta comissão.

Boa noite a todos e até amanhã.

Está encerrada a reunião.

*Eram 21 horas e 3 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.